

## Direitos das Mulheres Um consenso aparente



A igualdade de direitos para as mulheres é um valor de esquerda. Só uma política de esquerda está em condições de a protagonizar e de lhe dar êxito.

■ **Fernanda Mateus** Pág. 20

## Em louvor da precarização

A flexibilidade nas relações laborais é hoje quase uma regra imposta pelo patronato com a cumplicidade do Governo.

■ **Lino de Carvalho** Pág. 21

### PCP

## Ensino Superior Um balanço desolador

O PCP considera desolador o balanço que faz da política de ensino levada a cabo pelo Governo do PS e aponta a necessidade de novas orientações para o desenvolvimento do Ensino Superior.

Pág. 8

## O escândalo na distribuição de ajudas comunitárias

«Há proprietários no Alentejo e Ribatejo que recebem de ajudas públicas mais que todos os pequenos e médios agricultores de uma freguesia, ou mesmo de um concelho do Norte do País!»

Pág. 9

### INTERNACIONAL

## El Salvador Vitória da FMLN

Os resultados definitivos somente serão conhecidos nos próximos dias. Mas desde já se pode afirmar que, a partir de agora, nada será igual.

■ **Miguel Urbano Rodrigues** Pág. 19

## Protestos em Bruxelas

As ruas de Bruxelas foram invadidas por cem mil pessoas, manifestando-se contra o desemprego e a insegurança no trabalho nos países da União Europeia.

Pág. 18

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

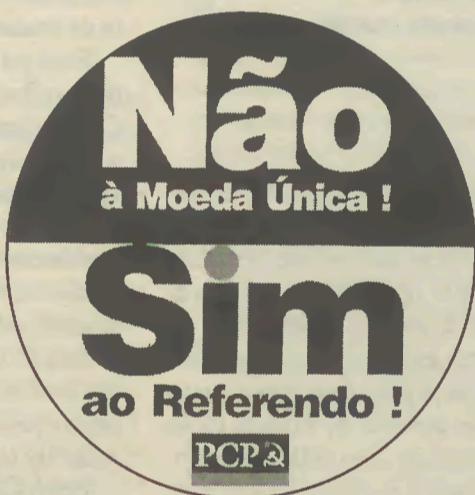
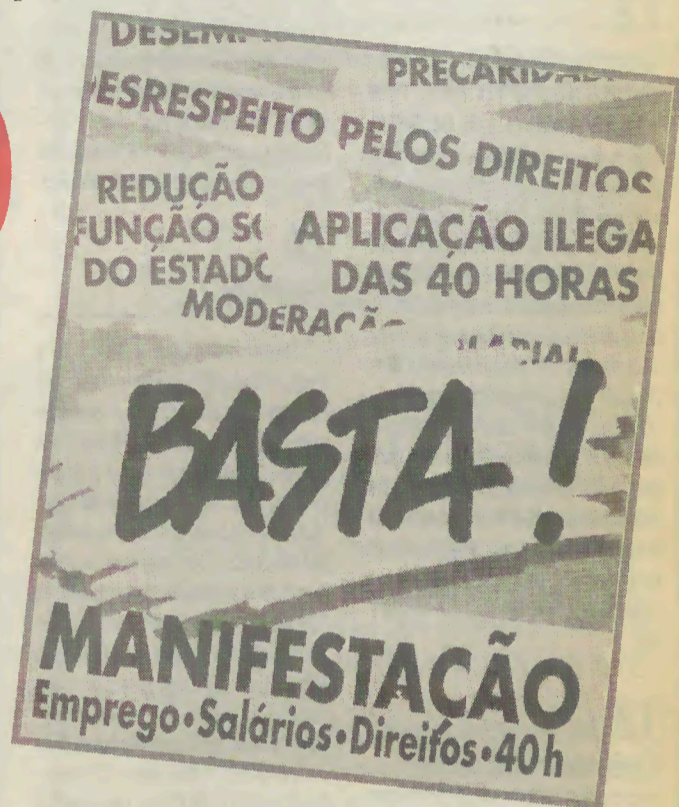
Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Março de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1216 • Director: Carlos Brito

## Manifestação no sábado, em Lisboa

# Protesto na rua

Juntando numa só voz as razões que têm estado na base de acções nas empresas e sectores, as Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal promovem manifestação que parte às 15 horas de sábado do Marquês de Pombal.

Pág. 5



Págs. 12 e 13

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PCP exige referendo sobre a moeda única e um novo rumo para a política económica e social

• Depoimento de Octávio Teixeira



### BARREIRO

## A tradição do progresso

■ **Henrique Custódio**

Centrais





Carlos Carvalho em Vila Franca de Xira

## RESUMO

12  
Quarta-feira

A Inspeção-Geral de Saúde refere, no seu relatório, o mau funcionamento das urgências de seis hospitais ■ Em Tirana, três depósitos de armamento são pilhados pelos populares ■ A Autoridade Palestiniana pede a intervenção da comunidade internacional no processo de paz do Médio Oriente ■ A câmara baixa do parlamento russo condena formalmente a nomeação de Anatoli Chunbais para vice primeiro-ministro ■ A empresa de reprocessamento de combustíveis nucleares japonesa, palco de um incêndio no dia 11, informa que a fuga radioactiva atingiu 35 operários.

13  
Quinta-feira

Os bancários cumprem greve ■ A Federação dos Sindicatos da Função Pública avisa que irá decretar greve em Abril, se o Governo não integrar nos quadros os trabalhadores com vínculos precários ■ No seu julgamento, o presumível violador de Coimbra alega amnésia alcoólica em sua defesa ■ O presidente albanês pede a intervenção internacional no país ■ O Parlamento Europeu apela para a «suspensão imediata» da construção de um novo bairro judeu em Jerusalém oriental ■ Sete jovens israelitas são mortas a tiro por um soldado jordano, na fronteira entre os dois países ■ A polícia francesa detém 166 pessoas por posse de cassetes de vídeo pornográficas envolvendo menores ■ Representantes de governos e diversas organizações de 80 países reúnem-se, no Rio de Janeiro, para analisar a evolução da ecologia.

14  
Sexta-feira

O PCP inicia uma campanha contra a adesão de Portugal ao euro ■ O primeiro-ministro diz que 57 mil escudos anuais de propinas para o ensino superior é um preço «simbólico» ■ A violência alastra na Albânia ■ Israel rejeita a resolução das Nações Unidas e prepara-se para seguir em frente com o seu projecto de colonização ■ A UNITA afirma que só aceitará integrar o novo governo angolano se houver uma discussão prévia do programa do executivo.

15  
Sábado

O ministro Jorge Coelho admite demitir-se se a regionalização não tiver avançado até Abril de 1998 ■ A União Europeia mostra-se disposta a enviar uma missão à Albânia, em colaboração com a OSCE ■ Os rebel-

des zairenses tomam a cidade de Kisangani ■ As forças de segurança argelinas matam 43 islamitas ■ Numa conferência internacional sobre o processo de paz, Yasser Arafat volta a apelar à não construção de novos bairros israelitas em Jerusalém.

16  
Domingo

Carlos Carvalho desloca-se a Portel e Beja ■ Termina o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos, na Guarda ■ No Sabugal, um guarda da GNR é morto por um proprietário de uma discoteca ■ Cem mil pessoas manifestam-se em Bruxelas contra o desemprego e a insegurança no trabalho nos países da UE ■ As autoridades japonesas anunciam que vão pedir a Cuba e à República Dominicana que acolham o comando do MRTA encerrado na sua embaixada de Lima ■ O exército turco assassina 23 membros do PKK ■ O rei Hussein da Jordânia vai a Israel pedir perdão pelo massacre de quinta-feira.

17  
Segunda-feira

O PCP exige medidas urgentes do Governo para salvar a agricultura portuguesa ■ Os trabalhadores da administração local entram em greve, devido ao atraso das negociações com o governo... ■ ... e os funcionários da Grundig, em Braga, contra a prevista redução dos postos de trabalho ■ A União Europeia aprova os programas revistos de convergência ao euro apresentados pela França e a Alemanha ■ O líder socialista albanês apela à demissão imediata de Sali Berisha, enquanto milhares de refugiados chegam às costas italianas ■ John Major confirma a realização de eleições legislativas no Reino Unido no dia 1 de Maio ■ O presidente egípcio aconselha Netanyahu a demitir-se e afirma que a paz se fará «com ele ou sem ele».

18  
Terça-feira

Carlos Carvalho visita Vila Franca de Xira, discutindo os problemas e as realidades locais ■ ... e à tarde participa numa acção de esclarecimento em torno da moeda única e de recolha de assinaturas pela realização do referendo ■ Governo apresenta medidas no sentido de reduzir a burocracia e facilitar a adopção de menores ■ Uma missão de peritos europeus visita a cidade de Durres, Albânia, para avaliar hipóteses de reabertura das instalações portuárias recentemente pilhadas ■ Rupert Murdoch e o conservador «The Sun» apoiam o candidato trabalhista Tony Blair ■ O chefe do Governo do Zaire, Kengo Wa Dondo, é demitido das suas funções pelo Alto Conselho da República-Parlamento de transição.

## EDITORIAL

## A manifestação

A situação dos trabalhadores portugueses e os interesses do País tornam imperioso que a manifestação do próximo sábado, dia 22, seja um inequívoco êxito - uma grande manifestação.

As condições são favoráveis a este objectivo.

É uma altura especialmente apropriada para colocar o Governo PS e a sua política de direita perante uma maciça e enérgica condenação do movimento dos trabalhadores e de todos que se reclamam da solidariedade com o mundo do trabalho.

Está adquirido um largo consenso nacional acerca da coincidência do essencial da governação de Guterres com a do seu antecessor Cavaco Silva, que nenhuma demagogia à volta da regionalização disfarça. O PS defraudou todas as promessas e esperanças de mudança com que seduziu o voto dos portugueses. O seu descarado desrespeito pelos compromissos assumidos é especialmente escandaloso no domínio social. A vigarice das 40 horas e o desonroso incumprimento da antecipação da idade da reforma das mulheres são dois flagrantes que falam por si. Fazem parte, contudo, de uma política que tem optado sempre pelos interesses do grande capital e inclui, como aspectos mais salientes, a «contenção salarial», a precarização do emprego, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, as ameaças de privatização da segurança social. É a política responsável pelo aumento incessante do desemprego e pelo alastramento das manchas de miséria e de exclusão.

Com toda a razão, pois, a manifestação está a ser convocada com um significativo Basta!

Saliente-se, por outro lado, que o Governo e o PS se apresentam mais desmascarados e mais desgastados por uma contestação muito geral, que se levanta com força do mundo do trabalho, mas que também se verifica noutros sectores da sociedade, incluindo a partir de dentro do próprio PS.

Esta contestação atingiu expressões especialmente significativas a propósito da posição do primeiro-ministro no caso do aborto e das posições da direcção PS no acordo de revisão da Constituição com o PSD, mas estende-se a muitas outras matérias. É já o caso da lei da liberdade religiosa em que o primeiro-ministro correu a público para concordar com as críticas de alguns bispos católicos ao projecto de proposta de lei que o seu próprio Governo pôs à discussão pública. Não hesitou, assim, em desautorizar o ministro responsável pela proposta - o da Justiça - e a equipa que com ele trabalhou e revelar, ao mesmo tempo, nítidas dificuldades para aceitar a liberdade religiosa. É só barracas!

Entretanto, os efeitos combinados da corrida cega para a moeda única com outras perversas orientações da política de direita continuam a flagelar duramente a economia nacional.

Acentua-se a regressão industrial. Não há lei Mateus que valha às empresas em dificuldade. Mais fábricas e oficinas fecham as portas, algumas apresentam-se à falência. Alastram os salários em atraso, os despedimentos acontecem todos os dias e pairam novas ameaças.

Em relação à agricultura, o PCP alertou, em conferência de imprensa na passada segunda-feira, a que damos tratamento destacado noutro lugar desta edição do «Avante!», para o carácter conjuntural da «recente evolução positiva» que não garante «a saída da agricultura portuguesa do buraco a que foi conduzida pela política agrícola de direita e a integração europeia».

Os comunistas denunciaram, na mesma ocasião, a escandalosa desigualdade com que são distribuídos os apoios públicos e comunitários - «Em Portugal 90% dos apoios comunitários e nacionais são absorvidos por 3 a 5% das explorações» - e avançaram uma série de medidas para modificar a situação, a começar pela necessidade de uma nova reforma da PAC.

A política de direita, a que a governação PS se converteu, é incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, chame-se o seu executor Aníbal Cavaco Silva ou António Guterres.

Esgotadas as ilusões que o PS conseguiu espalhar há dois anos, a necessidade de uma nova política baseada em opções e valores de esquerda apresenta-se a um número crescente de portugueses como uma imperiosa necessidade para o nosso país.

Esta evolução abre novas perspectivas à luta por uma alternativa democrática, favorece as possibilidades de acção comum nas diversas frentes em que ela se deve concretizar, propicia o reforço da influência do PCP como grande pólo aglutinador essencial para garantir o indispensável movimen-

to de mudança.

Estas perspectivas estiveram presentes na recente reunião conjunta da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP com os responsáveis das Direcções das Organizações Regionais do Partido tendo em vista a dinamização da actividade do PCP.

Como noticiamos noutro lugar desta edição, tratou-se fundamentalmente de favorecer «a coordenação da intervenção» nas principais tarefas partidárias do ano corrente, assim referidas: a dinamização da luta social contra a política do Governo, a batalha política em torno da revisão constitucional, a campanha do PCP contra a moeda única e pelo referendo e, com especial destaque, a preparação das eleições autárquicas.

Entretanto, a campanha contra a moeda única recebeu um significativo impulso da parte dos comunistas com a recolha de assinaturas na baixa de Lisboa para o apelo a exigir o referendo, em que participou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, e a interpelação ao Governo na Assembleia da República, ontem efectuada, sobre as ruinosas consequências, para o nosso país, da adesão a UEM.

A manifestação do próximo de 22 de Março, promovida pela CGTP e as Uniões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, beneficia deste quadro complexo de problemas, das lutas e acções em curso e da dinamização da intervenção política, especialmente da que é assegurada pelo PCP. A realização da manifestação intervém, contudo, como um factor que vai com certeza impulsionar a luta muito mais para a frente.

«Ninguém pode ficar indiferente», salienta a DORL do PCP, no seu apelo à participação na manifestação.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A,  
— 1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Cupa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Hélio Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Juras de Coelho

As juras do ministro Jorge Coelho a propósito da regionalização dão que pensar.

O «para-raios» do PS, como lhe chamou Fernando Gomes, declarou solenemente: «Não serei eu dirigente do PS se, até final da legislatura, não houver referendo e eleições regionais.»

O ministro fez esta declaração sentado entre os presidentes das câmaras do Porto e de Matosinhos que têm alardeado fortes discordâncias com a direcção do PS sobre o congelamento do processo de regionalização. Logo alguns engraçados se apressaram a concluir que o dirigente do PS tinha procedido como um coelho entalado. A própria imprensa deu credibilidade a esta interpretação ao assinalar que Jorge Coelho não se quis comprometer com nenhuma data para o referendo quando chegou à reunião, mas ao discursar entre aqueles senhores não hesitou em defender a data de 25 de Abril do próximo ano.

Não nos parece, contudo, que as juras de Jorge Coelho sejam apenas uma questão de entalço, nem uma iniciativa individual

para prevenir os perigos das trovoadas que atravessam o PS.

As juras de Coelho têm que ver com a proximidade das eleições autárquicas e representam uma tentativa de antecipação por parte da direcção do PS em relação ao severo julgamento que o eleitorado autárquico não deixará de fazer às manobras governamentais que conduziram ao bloqueamento do processo.

O ponto de vista dos eleitos das assembleias municipais, que maciçamente se pronunciaram a favor da regionalização, é um sério aviso ao PS e ao Governo.

Curioso registar é que Coelho ameace com a sua demissão para tentar credibilizar a promessa de que a regionalização vai avançar.

Isto dá a medida de como os próprios dirigentes do PS já interiorizaram a crise de credibilidade do Governo e do partido governamental. Por este andar, não admirará se ouvirmos um dia destes António Vitorino declarar: «Eu seja ceguinho se houver aumento de impostos.» Nem causará espanto, ouvirmos Guterres proclamar. «Eu mato-me se for desrespeitada a representação proporcional.»

Para um Governo que se habituou a mentir, estas juras graves rapidamente se transformam em puras figuras de retórica.

A verdade, no que respeita à regionalização, é que o PS negociou com o PSD, na revisão da Constituição, um estatuto tão intrincado que lhe será difícil desenlear, ainda que venha a ter uma grande vontade política de o fazer, o que é duvidoso, apesar das juras.

É mais lógico pensar que tudo foi preparado para que o bloqueio continue.

Basta reparar na complexidade da tramitação estabelecida: aprovação da lei da delimitação; elaboração e aprovação da lei que contemple os dois referendos previstos - o nacional e o regional - que conta além do mais com a dificuldade do voto dos emigrantes; realização e apuramento dos dois referendos que podem envolver situações contraditórias; e finalmente as eleições regionais.

Muito mais simples seria pôr de lado o acordo de revisão e regressar ao texto actual da Constituição.

■ Carlos Brito

## Outra luta

Quando, analisando o discurso e o programa eleitoral de Guterres, começámos a dizer que um eventual governo do PS iria levar por diante uma política no essencial igual à de Cavaco, fomos acusados de estarmos a fazer do PS o nosso adversário principal.

Quando, mais tarde, observando a realidade concreta, afirmámos que, nem com forte lupa, era possível descobrir diferenças entre a política que um praticara durante 10 anos e a que o outro estava a praticar, fomos acusados de coisas ainda piores - quer por Guterres, quer por dirigentes vários do PS, quer pelos comentadores políticos de serviço à política de direita.

Hoje, não só ninguém contesta a nossa apreciação como até já há quem explique e fundamente e teorize a inevitabilidade de Guterres fazer a política de direita que está a fazer. É certo que ninguém diz: «os comunistas tinham razão e nós sabíamos disso, só que não nos convinha dizê-lo, as verdades nem sempre se podem dizer, não é verdade?». Mas percebe-se que assim seja porque confissões desse tipo não se fazem... nem no confessionário. Outra coisa (bastante diferente dessa confissão impossível) é proceder-se à inteligência moderna da situação criada e, a partir daí, explicar, fundamentar, teorizar... Como fez, por exemplo, Teresa de Sousa (TS) no domingo passado, no inevitável «Público», no qual a eminente comentadora «confessou» tudo o que à «esquerda moderna» interessa «confessar» no momento actual. Diz-nos ela que «Esquerda, direita, a mesma luta», ou seja: «Guterres governa à direita?» - claro que governa; «Podia fazer de outro modo?» - claro que não; «O que distingue Guterres (...) de Cavaco?» - nada. E não há motivo para espantos, é naturalíssimo que assim seja - ensina-nos a fogosa analista traduzindo e adaptando, à lusa realidade, prosas dos seus pares europeus. Com do e adaptando, à lusa realidade, prosas dos seus pares europeus. Com efeito, toda a Europa sabe que não há nem faz sentido que haja qual-

quer diferença entre esquerda e direita. Isso são coisas do passado, do tempo da luta de classes e dessas coisas assim. Patetas, ou pelo menos distraídos, são todos aqueles que quando ouvem ou vêem «um jovem e moderno líder socialista» defender ou praticar uma política de direita, «soltam o desesperado grito de "traição!"». Pois não é verdade que «ao aceitar, primeiro, o Mercado Único e, depois, a União Económica e Monetária, a esquerda europeia rendeu-se (...) à ortodoxia monetarista e ao liberalismo económico», ou seja, à direita?

Pois não é igualmente verdade que «há muito que a "família socialista" (...) se rendeu às virtualidades do capitalismo, aprendeu a venerar o mercado e a iniciativa individual, fez da democracia a sua principal bandeira política e da justiça social apenas uma vaga cruzada moral?». Então, se tudo isto é verdade - e é -, à «esquerda moderna» só resta a hipótese de ser direita. Mais: a «esquerda moderna», mesmo quando dispõe do apoio da maioria do eleitorado, não tem outra hipótese que não seja a de praticar uma política de direita.

Assim sendo, não seria mais natural, mais normal e sobretudo mais sério que a «esquerda moderna» passasse a chamar-se pura e simplesmente direita?

Seria. Mas parece que tal não é possível porque - se bem perceber a essência da análise de TS - a direita não deixa.

É claro que TS não sabe (porque não quer, não pode, não lhe deixam saber) que para além da direita e da esquerda há a Esquerda - substantiva, rejeitando adjectivações camuflantes, vertical, vertebrada, fiel a princípios, valores e objectivos, profundamente humanista e disponível para lutar por eles, que não pede nem pedirá a ninguém para ser o que é e quer ser: Esquerda. Mas esta é outra luta...

■ José Casanova



marco-97  
Mário Alberto

Desenho: Mário Alberto

MOBUTU  
O fim

É dos livros. Os povos acabam por derrubar as ditaduras e os ditadores. A repressão e a opressão não são eternas por mais que o queiram fazer crer os seus defensores e beneficiários. O Zaire, apesar de Mobutu estar no poder há mais de trinta anos, não podia ser excepção. Tem 2.435.400 km quadrados, é o segundo em superfície e um dos mais ricos de África. Ao longo de trinta e um anos de despotismo, Mobutu transformou-o numa coutada para si e seus amigos. A rapina que levou a cabo, no país onde o povo vive em condições de miséria extrema, fez dele um dos homens mais ricos do mundo. As riquezas do país, em vez de estarem ao serviço do desenvolvimento nacional, passaram para as mãos de Mobutu, que se tornou num dos símbolos de corrupção e do nepotismo. Rodeou-se de um aparelho de fiéis oriundos da sua região para impor o terror ao povo zairense.

O choque com as populações chegou a tais extremos que ao longo destas três décadas de mobutismo várias foram as sublevações contra a ditadura. Só que para além do aparelho repressivo tirânico da ditadura, Mobutu fez do país um entreposto de interesses de algumas potências ocidentais, sobretudo da França e da Bélgica. Foram as tropas destes dois países que em várias ocasiões salvaram o ditador.

No conflito angolano, desde o início que Mobutu apoiou Holden Roberto e mais tarde abriu as fronteiras de Angola aos homens de Jonas Savimbi. Por ser um entreposto de interesses franceses na região e no continente, Mobutu abriu o seu país aos extremistas hutus que constituíram dentro do Zaire um exército de milicianos, os interahamwes, para manter reféns as centenas de milhares de refugiados ruandeses e, por outro lado, para voltar ao Ruanda e impor a sua tirania étnica. A França tinha, aliás, sido o principal apoiante do regime sanguinário de Juvenal Habyarimana, do Ruanda.

O agravamento dramático da situação socioeconómica do Zaire, a base guerrilheira que Kabila tem mantido ao longo de quase trinta anos, a vitória da Frente Patriótica no Ruanda, a doença de Mobutu criaram condições para a actual sublevação da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire que acaba de tomar a terceira cidade do país, Kisangani. Os relatos dão conta da forma calorosa com que as populações apoiam os rebeldes de Kabila e da fuga desordenada da tropa de Mobutu.

As ameaças de intervenção externa ou a eventual intervenção de forças externas não têm outro objectivo que não seja o de manter o Zaire, com ou sem Mobutu, na órbita dos interesses franceses e C<sup>a</sup>. É aos zairenses que cabe decidir o seu futuro. É legítimo os povos pegarem em armas para derrubar os tiranos. É o que se está a passar no Zaire. Não é legítima nem aceitável qualquer intervenção para manter o tirano e a tirania no poder. Como os correspondentes internacionais dão conta, até as crianças esperam Kabila em Kinshasa. Assim, o que era previsível parece ter-se tornado inevitável: o fim de Mobutu e do seu regime. Nem o brutal aparelho do regime nem os amigos ocidentais estão em condições de manter Mobutu no poder.

A vitória anunciada de Kabila vem reconfirmar os ensinamentos da História: pode-se governar contra a vontade de um povo durante muito tempo, mas não se pode governar sempre contra a vontade de um povo.

■ Domingos Lopes

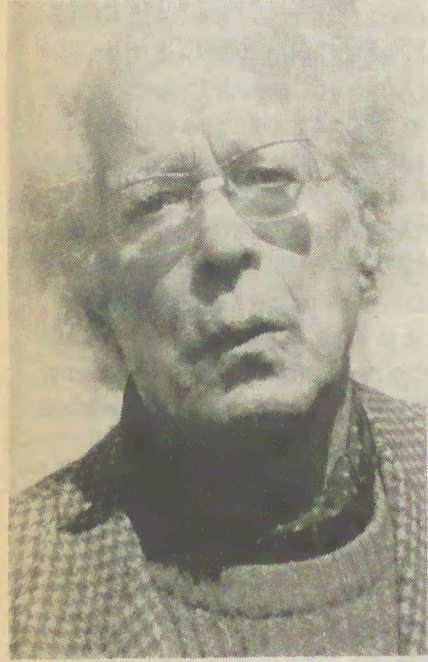


## SEMANA

## Obras de Lopes-Graça em «Concerto de Inverno»

Organizado pela AMI, Assistência Médica Internacional - e com receita a reverter a favor desta Fundação - realizou-se na passada segunda-feira o chamado «Concerto de Inverno», preenchido

com obras compostas pelo Maestro Fernando Lopes-Graça e que teve lugar na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. Constava do programa do concerto a participação da



mezzo-soprano Dulce Cabrita, do guitarrista Walter Lopes e da Orquestra de Almada sob a direcção do Maestro Délio Gonçalves. Entre as obras executadas, destacam-se canções de Lopes-Graça para poemas de Luís de Camões, Florbela Espanca, Fernando Pessoa, Vitorino Nemésio, Eugénio de Andrade e Sophia de Mello Breyner Andresen.

## Agrava-se situação no Zaire

Agrava-se a situação no Zaire com os rebeldes a aproximar-se da capital, Kinshasa, enquanto já tomaram algumas importantes cidades do país. No princípio desta semana as autometralhadoras desfilaram pela primeira vez nas ruas da capital, num

aparente esforço das autoridades governamentais mostrarem que detêm o controlo da situação. Entretanto o primeiro-ministro, Kengo Wa Bondo, não pôde no início desta semana receber o secretário de Estado das Comunidades Portuque-

sas, José Lello, por ter passado o dia em sucessivas reuniões com os ministros e os militares. Quanto ao ditador Mobutu, continua ausente do país em tratamento clínico de uma enfermidade que os rumores dão como muito grave e num estado avançado.

## Caos na Albânia

A situação na Albânia continua caótica e confusa, com um crescente fluxo de refugiados a quererem sair do país a todo o custo e os bandos armados a proliferarem por todo o país, aparentemente ao sabor dos mais desencontrados interesses e abrindo caminho a actos de pilhagem e puro banditismo um pouco por todo o lado. Entretanto, o líder do Partido Socialista, Fatos Nano, amnistiado este fim-de-semana pelo presidente Sali Berisha, fez imediatamente

o apelo para que este se demitisse, exigência que é, aliás, comum aos vários partidos da oposição. Entretanto, uma calma aparente parece regressar ao país após duas semanas de violência que provocou 81 mortos e mais de 600 feridos, registando-se esta semana a novidade da devolução, por populares, de armas roubadas ao exército, embora continuem em parte incerta um número de armas 100 vezes superior às até agora devolvidas.



## Inspeção põe a nu ineficácia hospitalar

Segundo apurou o *Diário de Notícias*, uma nova auditoria da Inspeção-Geral de Saúde (IGS) a vários hospitais revelou uma situação caótica: há unidades onde doentes aguardam uma consulta externa há mais de dois anos ou uma intervenção cirúrgica há mais de oito anos,

onde não são feitos planos ou relatórios anuais de actividade e não há qualquer controlo sobre o funcionamento dos serviços. Segundo afirma o *DN*, os passivos sobem todos os anos, a gestão é anárquica e ninguém presta contas a ninguém. A auditoria feita o ano passado pela IGS a

10 hospitais - Garcia da Orta, Abrantes, Beja, Covilhã, Guarda, Portimão, Vila Nova de Famalicão e Vila Franca de Xira - revela que estes podem perder mais de três milhões de contos só pela não cobrança atempada de dívidas a seguradoras e a subsistemas de Saúde a quem prestaram

cuidados. Afirma o relatório que é urgente «uma maior responsabilização das chefias intermédias, como direcções de serviços e das próprias administrações», se se quiser «uma gestão transparente e eficaz na Saúde e na utilização dos dinheiros públicos».

## Juppé critica «processo Renault»

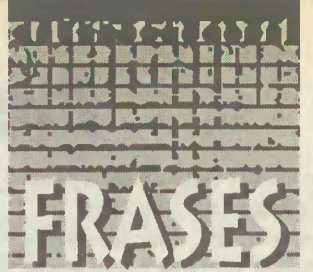


Fazendo-se eco das afirmações recentemente proferidas pelo presidente Jacques Chirac, criticando com severidade a Renault pelas consequências sociais provocadas pela sua política de encerramento de fábricas na Europa, o primeiro-ministro francês Alain Juppé, embora continuando a defender a reestruturação em curso na Renault - que considera «inevitável» num quadro de «grande competição internacional» -, criticou o encerramento da secção da Renault em Vilvorde, na Bélgica. Todavia, nas mesmas declarações dadas a um canal francês de televisão, Juppé continuou a «advertir» que se uma empresa não se adaptar à concorrência internacional e deixe uma das suas unidades continuar a laborar com «custos elevados» (como a Renault diz ser o caso de Vilvorde), poderá «pôr em perigo todo o projecto empresarial».

## Confrontos com o GIA provocam 50 mortos



Segundo anunciou o diário *Le Soir d'Algerie*, o exército argelino matou cerca de 50 presumíveis terroristas, 43 dos quais no passado sábado em Relizane, 400 quilómetros a Oeste de Argel, a capital do país. Os ditos terroristas foram abatidos numa operação de busca realizada pelo exército nos últimos dias e presume-se que integravam os partidários do fundamentalista Kada Benchiha, chefe do Grupo Islâmico Armado (GIA) no Oeste do país, morto há alguns meses. O exército argelino utilizou meios pesados e confiscou quantidades indeterminadas de bombas, metralhadoras pesadas e ligeiras e pistolas automáticas. Estas operações do exército argelino ocorrem na sequência do recrudescimento de sangrentos atentados fundamentalistas no país.



“Há proprietários no Alentejo e Ribatejo que recebem de ajudas públicas mais que todos os pequenos e médios agricultores de uma freguesia, ou mesmo de um concelho do Norte do País.”

(Agostinho Lopes, em conferência de imprensa do PCP, realizada em 17.03.97)

“... Ou que recebem ajudas com dinheiro dos contribuintes mais que 100 trabalhadores com salários mínimos durante um ano!”

(Idem, ibidem)

“... Ou ainda que estes maiores beneficiários, totalizando só aqui cerca de 5,5 milhões de contos, recebem, só por si, 12 por cento da totalidade dos apoios pagos pelo INGA em 1996, às culturas arvenses a mais de 300 mil explorações agrícolas.”

(Idem, ibidem)

“Quase dois anos decorridos desde a tomada de posse do actual Governo, o balanço da acção do Ministério da Educação em relação aos problemas do Ensino Superior é (...) desolador.”

(Edgar Correia, em conferência de imprensa da Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP, realizada em 13.03.97)

“Deputados do PS chumbam revisão.”

(Título de 1ª página do “Semanário”, de 15.03.97, referindo-se a uma “consulta por voto secreto ao grupo parlamentar” do Partido Socialista)

“A revisão não se esgota no acordo. Há outras propostas que estão para além do acordo, que serão agora submetidas à apreciação da Comissão Eventual de Revisão Constitucional.”

(António Vitorino, em entrevista ao “Semanário”, 15.03.97)

“Não estou a dizer que haverá menos deputados...”

(Idem, ibidem)

“Voluntariamente ou não, as alterações só partidariam a revisão, em vez de porem a Constituição o mais possível acima dos partidos.”

(Manuel Villaverde Cabral, in “Diário de Notícias”, 17.03.97)

“... Toda e gente sabe que o PS e o PSD se recusaram a referendar o Tratado de Maastricht, quando a opinião pública o exigia maciçamente. Esta é, pois, uma revisão justificada e consensual. Porém, nenhuma outra das alterações o é.”

(Idem, ibidem)

“Marcelo não vai cair, mas se cair cairei com ele.”

(Alberto João Jardim, citado pelo “Diário de Notícias” de 16.03.97)

“Vou reunir religiões.”

(Mário Soares, citado por “A Capital” de 17.03.97)



## TRABALHADORES

Sábado à tarde

# Trabalhadores protestam em Lisboa

DESEMPREGO  
 DESRESPEITO PELOS DIREITOS  
 REDUÇÃO DE FUNÇÃO DO ESTADO  
 MODERAÇÃO SALARIAL  
 PRECARIDADE  
 APLICAÇÃO ILEGAL DAS 40 HORAS

Às 15 horas do próximo sábado, parte do Marquês de Pombal para os Restauradores uma manifestação, promovida pelas uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal.

A CGTP pretende assim juntar numa só voz as razões que têm estado na base de diversas movimentações sectoriais e de empresa nestes dois distritos. Desde o início deste ano, milhares de trabalhadores - da Administração Pública, central e local, da metalurgia e metalomecânica, das têxteis, química e farmacêutica e eléctricas, da construção civil, do comércio, escritórios e serviços, da Banca, dos caminhos-de-ferro - levaram a cabo greves, concentrações, plenários e outras acções, em protesto contra a política de direita, designadamente os seus reflexos sociais, e contra a cobertura dada pelo Governo ao patronato.

Os problemas mais graves dos trabalhadores da área metropolitana estão reflectidos nos objectivos da manifestação: contra o desemprego e a continuada destruição de postos de trabalho, contra a precariedade, por emprego efectivo, qualificado e bem remunerado; contra a aplicação fraudulenta da Lei

21/96, pela redução efectiva dos horários e a semana de 40 horas; contra a diminuição das funções sociais do Estado; pela defesa dos direitos dos trabalhadores; contra a exigência patronal de novas alterações à legislação laboral; por aumentos significativos dos salários e das pensões - como é referido no folheto da CGTP que apela à participação na manifestação.

O recente acordo PS/PSD sobre a revisão da Constituição, representando uma séria ameaça de eliminação de direitos e desfiguração do regime democrático, surge também como forte motivo de contestação por parte dos trabalhadores. A direcção regional de Lisboa do PCP, num comunicado aos trabalhadores e à população do distrito, denuncia as consequências da política levada a cabo pelo Governo de António Guterres e sublinha: «há outros caminhos, que não sejam os de penalizar os mais desfavorecidos, concentrando a riqueza cada vez mais num reduzido grupo de velhos e novos senhores do capital», «outros caminhos que não sejam os da submissão aos ditames de Maastricht».

Uma vez que «a política de direita, que o PSD defende, no Governo ou na oposição, que o CDS apoia tacitamente e que o PS está a executar com o aplauso do grande capital, não é uma fatalidade», a DORL do PCP exorta a que «cada um dê o sinal do seu descontentamento e faça sentir o seu protesto, para que isto possa mudar».

# BASTA!

## MANIFESTAÇÃO

Emprego • Salários • Direitos • 40h

22 de Março - 15h

Marquês de Pombal/Restauradores

CGTP  
 INTERSINDICAL INOVAR

## Congresso de Setúbal em ambiente de luta

Virado para a acção e para um reforçado empenhamento na dinamização das lutas de trabalhadores, realizou-se sexta-feira em Palmela o 5º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal.

Ao apresentar o relatório de actividades do Conselho Distrital cessante, Rui Paixão começou precisamente por salientar o facto de esta reunião magna ter lugar 27 anos depois de uma manifestação de trabalhadores do comércio pela redução do horário de 48 para 44 horas semanais, com descanso ao domingo. Os manifestantes, concentrados junto à Assembleia Nacional a 14

de Março de 1970, foram fortemente reprimidos pela polícia e pela PIDE, mas o objectivo da luta acabou por ser alcançado - recordou o coordenador da USB e membro da Comissão Executiva da CGTP, notando que, nos dias de hoje, volta a estar na ordem do dia a luta pela redução do horário de trabalho.

Em várias intervenções foi referido o trabalho de mobiliza-

ção para a manifestação do próximo sábado, em Lisboa. O apelo à participação dos trabalhadores e ao empenhamento dos sindicatos foi sublinhado com a aprovação de uma moção sobre as lutas em curso. Neste documento aponta-se para a dinamização de uma quinzena de esclarecimento e luta, que irá decorrer a nível nacional entre 15 e 30 de Abril.

A par da luta dos trabalhadores - cuja importância determinante foi várias vezes sublinhada no congresso, lembrando experiências destes últimos três anos - a União dos Sindicatos de

Setúbal viu aprovada uma carta reivindicativa, onde são actualizadas e sistematizadas as propostas do movimento sindical unitário para a resolução dos graves problemas sociais e económicos do distrito (de entre estes, o enfoque foi colocado no desemprego, que atinge uma taxa de 16 por cento, mais de metade dos quais são desempregados de longa duração). As propostas sindicais incluem a imediata preparação e implementação de um Plano Integrado de Desenvolvimento para o distrito, o acompanhamento

pelos sindicatos da gestão dos fundos comunitários, a definição de um plano regional de formação profissional, a diversificação industrial na região, a paragem das privatizações em curso, a resolução de situações de crise que se arrastam há muito (como a Torralta, Renault/Sodia, Valfrio e Agaerre), uma nova reforma agrária, a renovação das pescas, a definição de uma estratégia planificada para o desenvolvimento turístico. No plano social, reclama-se a extensão do subsídio de desemprego, particularmente

aos desempregados mais idosos e sem direito a reforma; a revisão do fundo de garantia salarial para assegurar os pagamentos aos trabalhadores nos morosos processos de falência; a aplicação geral do rendimento mínimo garantido; medidas para alargar os serviços de saúde a zonas com grande crescimento demográfico; actuação imediata para travar as tendências endémicas na Ford Electrónica; a construção de um conjunto de infra-estruturas fundamentais de transportes aéreos, fluviais, rodoviários e ferroviários.



O congresso da maior organização social do distrito reuniu centenas de dirigentes e delegados sindicais no Cine S. João, em Palmela

## Deontologia à pressão na Aliança UAP

A companhia de seguros Aliança UAP distribuiu aos seus funcionários um «código deontológico» onde, entre outros mimos e em estilo de catecismo, pretende que cada um se comprometa a não praticar «assédio sexual, político ou religioso».

O livrinho - com 30 pequenas páginas de frases curtas, peremptórias e redigidas na primeira pessoa do singular ou num «nós» que abrange os interesses da empresa e dos «colaboradores» - foi entregue no princípio de Janeiro, seguindo-se uma leva de «cursos de formação», de frequência obrigatória e que terminavam com cada trabalhador a declarar, por escrito, o seu empenho em cumprir e fazer cumprir o referido código deontológico.

Estas acções de formação, que ainda decorrem, foram consideradas, por uma fonte da Comissão de Trabalhadores, como uma farsa. O «código» é apresentado como proposta colectiva («processo contínuo de reflexão interna que envolve e envolverá todos os colaboradores da

Aliança UAP»), mas o que se passa é que os «formadores» repetem todo o dia as teses da empresa e, no final, dão dez minutos para que, em trabalho de grupo, os «formandos» elaborem propostas de alteração. Os esclarecimentos pedidos pela CT sobre detalhes deste processo não têm sido atendidos pela administração.

O «código deontológico» começa por, na introdução, explicar que este é o meio para «atingir a nossa visão da empresa». Dos 4 breves parágrafos que resumem tal visão, diz o primeiro que «seremos uma empresa (...), em que cada um se sinta importante, feliz e integrado numa equipa coesa e empenhada na concretização de objectivos comuns».

O capítulo da Carta de Valores começa pela relação com o cliente, o mercado, a sociedade, os accionistas, a empresa, os colegas, os colaboradores e as hierarquias. Aqui se escreve que «a rentabilidade da minha empresa é o futuro de todos nós» e que «cada um de nós é

um representante dos accionistas»; que «a empresa respeita-me como pessoa e reconhece-me como seu principal activo», «garante-me um ambiente estável, feliz e criativo», «preocupa-se em prover bem-estar social»...

A fechar, 19 negações constituem «princípios éticos», tais como: «Eu não deixo de informar a minha Empresa sobre qualquer assunto ou situação que colida com os seus interesses.» «Eu não permitirei que os Colaboradores de menor hierarquia assumam, na minha presença, o pagamento de despesas de serviço.» «Eu não aceito presentes ou convites que possam ser entendidos como meios de pressão e que me comprometam e à Empresa. Estarei particularmente atento ao seu valor material e, na dúvida, buscarei a opinião do meu superior.» «Eu não porei em causa, com as minhas actividades extraprofissionais, a minha normal capacidade de desempenho na Empresa.»



## TRABALHADORES

## Congresso em Aveiro

Realiza-se amanhã o 5º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro, que decorrerá no Centro de Cultura e Congressos, sob o lema «Emprego com direitos para todos, saúde e segurança social, organizar e lutar». Uma nota da USA/CGTP adianta que vão estar em discussão «temas da maior importância para os trabalhadores do distrito», como o emprego, os direitos laborais e sindicais, os salários e os horários de trabalho, a segurança social, a saúde e a educação. Os cerca de 200 delegados de mais de duas dezenas de sindicatos vão igualmente discutir questões relacionados com a organização dos trabalhadores nas empresas, a sindicalização, a reestruturação sindical e administrativa, a actividade dirigida a jovens, mulheres e reformados.

## Jogos podem parar

A administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa deveria iniciar negociações com os trabalhadores do departamento de jogos até amanhã, prazo-limite definido em plenário do pessoal, no dia 12. Em causa estão as implicações da prevista implementação do sistema «on-line», o regulamento do pessoal com contrato individual de trabalho, a não aprovação do diploma sobre correcção de anomalias e comissões de serviço, o regulamento de contagem (folgas), o vencimento único e o regulamento interno. A resolução do plenário, divulgada pelo sindicato da Função Pública do Sul e Açores, prevê a entrada em greve, de 25 a 31 de Março, se as negociações com os representantes dos trabalhadores não começarem até amanhã.

## Lisboa do desemprego

A União dos Sindicatos de Lisboa afirmou terça-feira existirem actualmente 115 mil desempregados no distrito, onde 70 empresas encerraram desde 1995, ou estão em vias de encerrar. Os números resultam de um levantamento efectuado pela USL/CGTP, abrangendo um universo de 300 empresas de 20 sectores de actividade. Segundo Arménio Carlos, ao contrário das afirmações da ministra do Emprego sobre a criação de mais emprego, no período decorrido desde a posse do Governo) foram extintos mais de 5500 postos de trabalho, em 38 empresas de nove sectores de actividade, com destaque para a Hidrosorefame (154 trabalhadores), a Vitrohm (70), Regisconta (42), Hospital Ordem Terceira (20), Gate Gourmet (50).

STAL considera atingidos os objectivos da greve  
Pessoal das autarquias avisou o Governo

A greve nacional dos trabalhadores da Administração Local, na segunda-feira, «atingiu plenamente os seus objectivos, pela adesão que registou em condições de manifesta adversidade», e «revelou a existência de condições objectivas de mobilização no sector para formas de luta de maior endurecimento e de âmbito, eventualmente, mais alargado».

O balanço desta luta e as formas de acção sindical no futuro serão analisados hoje e amanhã, no Porto, durante uma reunião da Direcção Nacional do STAL. No entanto, em nota de imprensa divulgada ao princípio da noite de segunda-feira, o sindicato avançava já o comentário que citámos, afirmando que a adesão à greve ultrapassou os 70 por cento, o que constitui «um sério aviso ao Governo».

Este resultado, salientava a comissão executiva do STAL, tem ainda mais valor face à elevada precariedade de emprego, à «ampla campanha de desinformação levada a efeito por alguns autarcas ligados ao partido do Governo e pelo pseudo-sindicato divisionista que vegeta no sector».

O secretário de Estado da Administração Pública, comenta a nota da comissão executiva do sindicato, «tentou esconder à opinião pública, em declarações à comunicação social, que o Governo não está a cumprir com o acordo que celebrou com o STAL em 24 de Janeiro de 1996». São apontados três pontos essenciais, que constituíram fortes razões para a greve de dia 17:

- o subsídio de insalubridade, penosidade e risco deveria, segundo o acordo, estar regulamentado até 30 de Junho do ano passado, mas ainda não existe qualquer regulamentação;

- na declaração do ministro Jorge Coelho, apensa à acta do

acordo, consta o compromisso de efectuar um reajustamento que conduza ao equilíbrio do valor do salário mínimo no sector (índice 100) pelo valor do salário mínimo nacional; o compromisso continua no papel e o Governo, apoiado pela UGT/Fesap, acentuou ainda mais a diferença que existia;

- segundo o acordo de 1996, deveria ter sido reposto até 31 de Outubro o direito às ajudas de custo, mas passaram cinco meses sem que tal esteja realizado.

Entre os níveis de adesão mais elevados (superiores a 95 por cento) estão, segundo o



Os transportes municipais e a recolha de lixo foram dos sectores mais afectados

STAL, os sectores operários e de recolha de lixo, os transportes urbanos de Aveiro, Braga e Bragança, as câmaras de Serpa, Barcelos, Fafe, Sertã, Arraiolos, Borba, Montemor, Portel, Redondo, Vendas Novas, Silves, Amadora, Loures, Alcácer do

Sal, Almada, Palmela, Seixal, Sesimbra, Santiago do Cacém, Sines, Nisa, Coruche, Alpiarça, Lagoa (Açores), Horta, e muitas juntas de freguesia.

Há dois anos que não tinha lugar uma greve nacional na Administração Local.

## «Furo» em Évora

A meio da tarde de segunda-feira, a Direcção Nacional do STAL reagiu à notícia da SIC sobre um pretense sequestro de trabalhadores na Câmara Municipal de Évora, lamentando o destaque concedido, «pois de facto não se trata de mais do que 31 fura-greves que viram assegurada a possibilidade de trabalhar e que, por se encontrarem manifestamente de consciência pesada pela sua própria traição aos interesses dos colegas, procuraram um destaque que, em condições normais, nunca teriam». Para o sindicato, «este destaque pode eventualmente aplacar as suas consciências, mas não desvaloriza os motivos da greve, a adesão que esta mereceu, nem a forma conscienciosa com que o piquete de greve acompanhou a situação no local».

A federação distrital do Partido Socialista,

que emitiu um comunicado mostrando «apreensão pelo clima intimidatório» que se teria vivido na CME, a direcção regional do STAL retorquiu que «devia preocupar-se, isso sim, com o facto do acordo, assinado entre o Governo, na pessoa do senhor ministro Jorge Coelho e dos secretários de Estado Fausto Correia e Manuela Arcanjo, e os sindicatos da Frente Comum da Administração Pública, em Janeiro de 1996, não estar a ser cumprido por uma das partes: o Governo».

No «caso» de Évora, segundo o sindicato, dos 200 trabalhadores houve 31 que manifestaram a vontade de trabalhar e «o piquete em serviço no local garantiu essa possibilidade, assegurando, no entanto, as acções necessárias à segurança das instalações».

## Rosas com hipocrisia

«A atitude assumida pela gerência da empresa, na véspera do Dia Internacional da Mulher, ao distribuir uma rosa a cada trabalhadora, em vez de corresponder às suas legítimas expectativas de verem actualizados os salários, só pode ser entendida como um acto de hipocrisia e de falta de sensibilidade para com a dignidade da

mulher trabalhadora» - afirma-se numa resolução que o pessoal da Kansas Confeccões aprovou, em plenário, no dia 10 de Março.

Exigindo o cumprimento do acordo firmado pela gerência a 10 de Fevereiro, o plenário responsabilizou também pelo conflito a delegação de Almada da Inspeção do Trabalho, que veio dar sustentação à ilegal aplicação da lei 21/96.

Os trabalhadores da Kansas manifestaram o seu apoio ao projecto de lei do PCP para clarificar os conceitos de duração do trabalho, em discussão pública até 2 de Abril.

A luta pela efectiva redução dos horários prossegue também no Norte do País, onde as greves do pessoal dos turnos entraram na 16ª semana. A União dos Sindicatos de Braga revelou, entretanto, que no distrito foram já recolhidos milhares de assinaturas apoiando a iniciativa legislativa dos comunistas. A Federação dos Têxteis convocou para ontem um plenário geral de sindicatos para analisar a situação e as medidas a tomar.



## Mantém-se greve na CP

A Federação dos Ferroviários declarou segunda-feira que mantinha o pré-aviso de greve para os dias 18, 20 e 21 de Março. Esta série de greves parciais iria passar por uma paralisação de duas horas, a contar da hora marcada para o primeiro serviço, do pessoal em serviço nos comboios, na terça-feira; hoje, em período idêntico, param os trabalhadores de estações e passagens-de-nível; amanhã estas paralisações repetem-se e entram em greve, de tarde, os restantes trabalhadores da CP e da EMEF. Estas formas de luta inserem-se nas acções desenvolvidas pela FSTFP/CGTP para que o Governo ponha termo à continuação do desmembramento do que resta da CP, para que o ministro João Cravinho dê garantias claras e escritas de salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos conquistados, que seja cumprido o acordado relativamente ao Regulamento de Carreiras, à redução do horário das guardas de passagem-de-nível e à diminuição da carga de trabalho, e que sejam resolvidos diversos problemas laborais nas empresas do Grupo CP.

## Bancários

Os três sindicatos de bancários reafirmaram anteontem a disposição de endurecer as formas de luta contra a posição patronal nas negociações salariais para 1997. Esta posição conjunta segue-se a um comunicado, divulgado no final de Fevereiro, em que eram anunciadas iniciativas que culminaram com a realização, na semana passada, de acções de rua.

Para os representantes dos trabalhadores da banca a proposta patronal é inaceitável, uma vez que «num sector que acumula lucros de muitos milhões de contos e em que os trabalhadores se vêem obrigados a prestar milhares de horas de trabalho suplementar não remunerado, os banqueiros recusam-se a aumentar os salários reais dos bancários e a rever a carreira salarial».

## Autosil em greve

Reivindicando aumentos salariais justos para 1997, os trabalhadores da Autosil estiveram em greve no dia 10 de Março, sendo de admitir o recurso a novas formas de luta a breve prazo. A par da actualização dos salários e das diuturnidades, os trabalhadores - representados pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas - reclamam ainda a redução do horário, que ainda não foi feita, uma vez que a administração deixou de considerar as pausas como tempo de trabalho.





## Campanha de Fundos prossegue a bom ritmo

A Campanha Nacional de Fundos que o Comité Central lançou no princípio de Março, e que terminará em Dezembro, continua a merecer a adesão não só dos militantes mas também de muitos simpatizantes e amigos do Partido.

Para isso tem contribuído o facto de, em numerosas iniciativas que as organizações têm levado a cabo, designadamente as que dizem respeito à comemoração do 76º aniversário do PCP, os responsáveis locais não deixarem de lembrar aos presentes que é com a sua ajuda que o Partido conta para alcançar a importância que se propôs - 200 mil contos - e os objectivos que presidem à mesma - custear as despesas com a campanha para as eleições autárquicas.

Algumas organizações têm, entretanto, descurado a necessidade de dar a conhecer o montante das recolhas, queixa-se a Comissão Nacional responsável pela coordenação da campanha, que afirma ver assim dificultado o balanço que periodicamente se propõe fazer.

Como já foi referido em edições anteriores, a campanha tem como materiais de apoio um cartaz, uma carta/apelo, cupões de diversos valores e listas de fundos. E quem o desejar pode enviar a sua contribuição directamente para a conta da campanha na Caixa Geral de Depósitos nº 0680/002022431.

## Madeira Ontem como hoje mulheres erguem a voz

Com a presença de Rosa Rabiais e Margarida Andrade, as mulheres comunistas da Madeira comemoraram, no passado sábado, o Dia Internacional da Mulher.

A assinalar o 8 de Março realizou-se também uma exposição alusiva a várias lutas em que se destacaram algumas mulheres madeirenses e procedeu-se à entrega de um Louvor (uma salva de prata) a Inês Márcia Afonseca, mulher que se destacou na luta contra a Colónia e que presenteou a assembleia cantando algumas quadras relacionadas com essa luta.

«Hoje, como ontem, as mulheres têm razões de sobra para erguer a sua voz, reivindicar e lutar», disseram, a propósito desta comemoração, as mulheres comunistas.

Tiveram e têm razões para lutar «as mulheres atiradas para o desemprego e obrigadas a regressar à situação de "donas de casa", como aconteceu, por exemplo, na Electrónica, na Madequibre, nas Fábricas de Bordados, no Hotel Atlantis, na Sheenoto».

Tiveram e têm razões para lutar «as mulheres discriminadas no trabalho, nas categorias profissionais, nos salários, em situação de trabalho precário, como acontece, por exemplo, nos grandes hiper e supermercados.»

Tiveram e têm razões para lutar as mulheres que, pese embora a igualdade na lei, «estão sujeitas a humilhações, vexames, violência, até no seio da própria família», consideram ainda as comunistas madeirenses, referindo as estatísticas que afirmam que 52 por cento das mulheres portuguesas foram já vítimas de maus tratos.

Por isso, as mulheres têm razões «mais que suficientes para continuar a comemorar o dia 8 de Março», defendem as comunistas, lembrando a necessidade de persistir na luta, uma vez que «as grandes conquistas sociais da Humanidade só foram possíveis com a participação activa e destemida da mulher».

# Carlos Carvalho no Alentejo Ninguém pode calar o PCP!

Depois de ter assistido, na parte da manhã, à inauguração do Centro de Trabalho do PCP em Portel e de ter participado num concorrido almoço comemorativo do 76º aniversário do PCP, no Pavilhão da Câmara Municipal de Portel, Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, deslocou-se a Beja para visitar a que é considerada a maior feira a sul do Tejo.

«A Ovibeja demonstra que o Alentejo tem grandes potencialidades que lhe permitiam que se desenvolvesse mas, infelizmente, continua a desertificar-se e a envelhecer porque não há uma política correcta para a região nem para o país», disse Carlos Carvalho, na visita que efectuou no passado domingo à Feira do Alentejo.

Acompanhado do deputado Rodeia Machado, de António Vitória, membro do Comité Central e responsável da DORBE, de José Soeiro, membro da Comissão Política e responsável pelo Alentejo, do presidente da Câmara, Carreira Marques, e outros membros do Partido, Carlos Carvalho adiantou que o Alentejo tem condições para se desenvolver, que

tem futuro. Mas, para que isto aconteça «é preciso uma política que fixe as pessoas, que aumente o seu nível de vida, tornando-se necessário resolver os problemas da água, da terra, da industrialização da região, com a criação de uma política que desenvolva o país, que crie emprego».

O Secretário-geral do PCP, ao comentar as informações prestadas pelo ministro da Agricultura, na inauguração da Ovibeja, de que o sector regista nos últimos três anos uma recuperação económica, referiu que «não é com discursos de oásis e de mel ou cor-de-rosa que se resolvem os problemas. Os problemas resolvem-se com realismo. E o certo é que os agricultores estão endividados, a agricultura está muito mal, não é devidamente

rentabilizada, porque os agricultores têm problemas de escoamento dos seus produtos, de crédito, de competitividade, com grandes extensões de terra não aproveitada».

Na sua deslocação a Beja, Carlos Carvalho participou ainda no jantar comemorativo do 76º aniversário do PCP, evento que juntou no salão dos Bombeiros cerca de 250 militantes e simpatizantes do Partido.

Ao evocar os 76 anos de vida, de obra e de luta do PCP, Carlos Carvalho teceu críticas ao partido do Governo que «não cumpre as promessas feitas na campanha eleitoral» e que, pelo contrário, aumenta os preços dos bens de consumo, cria aumento do desemprego, das dificuldades das pequenas e médias empresas. Referiu-se ainda à «vergonhosa» intervenção do PS na Assembleia da República no debate sobre a interrupção voluntária da gravidez, acrescentando que «muitas mulheres que votaram no PS vão lembrar-se, nas próximas eleições, da hipocrisia do Primeiro-Ministro».

Ao referir-se mais uma vez ao abandono e à preocupante e cada vez maior desertificação do Alentejo, Carlos Carvalho denunciou o facto de o novo Plano Ferroviário admitir que Beja possa ficar sem o serviço público de transporte ferroviário.

Corroborando afirmações de membros locais do seu partido sobre o governador civil do distrito de Beja, António Saleiro, que «não percebeu ainda onde acaba a sua responsabilidade de governador civil e onde começa a de responsável do PS», Carlos Carvalho apelou à mobilização dos militantes e simpatizantes do PCP de modo a que «digam aos primeiros-ministros e aos saleiros deste país que não nos calam nem nunca nos calarão».

Ao concluir a sua intervenção, o Secretário-geral dos comunistas adiantou que «não há alternativa sem reforço do PCP», pelo que importa, desde já, mobilizar todos os meios para que nas próximas eleições a CDU se apresente como a alternativa dos portugueses.

## Dinamização da actividade do PCP

Realizou-se na passada segunda-feira uma reunião conjunta da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central com os responsáveis das Direcções das Organizações Regionais. Na reunião participaram também o director do «Avante!» e membros do Grupo de Trabalho para as Autarquias Locais.

Essa reunião foi promovida para possibilitar uma informação e debate sobre aspectos essenciais da situação política e favorecer a coordenação da intervenção relativamente às principais tarefas do Partido no ano em curso, designadamente a dinamização da luta social contra a política do Governo, a batalha política em torno da revisão constitucional, a campanha do PCP contra a moeda única e pelo referendo, tendo sido largamente abordada a preparação das próximas eleições autárquicas.



Esta reunião permitiu ainda debater e aprofundar orientações e linhas de trabalho audaciosamente voltadas para o reforço da influência do PCP na sociedade portuguesa e para uma sua mais forte afirmação como grande pólo aglutinador dos valores e aspirações de esquerda em alternativa à política de direita seguida pelo Governo PS.

## Zona Oriental de Lisboa

# Comunistas realizam 4.ª Assembleia

Realizou-se no passado sábado, na Junta de Freguesia de São João, a 4ª Assembleia de Organização da Zona Oriental de Lisboa.

A Assembleia contou com a participação de 150 delegados que ao longo da tarde proferiram diversas intervenções abordando vários aspectos da situação política e partidária

O reforço do Partido e a sua ligação às massas, as direcções prioritárias do trabalho de direcção, e a preparação do trabalho eleitoral foram algumas das questões aprofundadas pelas cerca de 30 intervenções havidas.

A 4ª Assembleia culminou, aliás, um amplo debate preparatório, tendo a Resolução Política que aprovou sido discutida em 18 plenários, 4 assembleias das organizações e outras iniciativas em que participaram cerca de 450 militantes.

No decurso desta reunião magna dos comunistas da Zona Orien-

tal de Lisboa, foram aprovadas moções e apelos à participação nas jornadas de luta de 22 de Março, 25 de Abril e 1º de Maio. E, ainda, contra a revisão da Constituição cozinhada pela direita e por um grande debate nacional e o referendo sobre a moeda única. Aprovada foi também uma moção de solidariedade com a luta dos povos de Timor e de Cuba.

Os delegados eleitos à 4ª Assembleia de Organização da ZORL aprovaram, por fim, a Resolução Política e o Organismo de Direcção da Zona Oriental. Do novo Organismo de Direcção, que integra 47 membros, constam 18 militantes eleitos pela primeira vez.

Na 4ª Assembleia participou o camarada Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, que, na intervenção de encerramento, realçou o papel das assembleias no reforço do Partido e abordou a situação e luta política actuais.



## ANGRA DO HEROÍSMO PCP estuda problemas

Do encontro que manteve com o administrador do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, o Secretariado do PCP da Ilha Terceira concluiu faltarem médicos em algumas especialidades e 23 enfermeiros, prevendo-se ainda, a curto prazo, graves problemas de alojamento.

Trata-se de uma situação difícil que a nova administração herdou e que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, através da Direcção Regional de Saúde, deve solucionar.

Para a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra, com cuja directora reuniram, os comunistas da Ilha Terceira defendem a inclusão num plano a médio prazo da construção de raiz de um novo edifício e consideram haver falta de pessoal técnico superior, neste «pilar fundamental para grande parte dos estudantes, intelectuais, autodidactas e público em geral» que é a Biblioteca.

Em relação ao Rádio Clube de Angra, o Secretariado do PCP da Ilha Terceira entende que é aos sócios da estação emissora que cabe julgar da veracidade e credibilidade do relatório e contas de 1996. O não cumprimento da legislação de trabalho e o pagamento de ordenados segundo as tabelas profissionais deverá ser a Inspeção Regional de Trabalho a analisar, não sendo com «entrevistas radiofónicas de simples politiquice que o ainda presidente do R.C.A. vai conseguir intimidar quem quer que seja».

## BEJA Arrasta-se crise nas Pirites

«A falta de medidas, a omissão de dados, o não assumir compromissos claros com os trabalhadores» demonstram de forma «cabal» a falta de coragem e vontade política do Governo em resolver a situação das Pirites Alentejanas, que se arrasta e agrava dia a dia, diz a Direcção Organização Regional de Beja do PCP. Condenando a forma como o processo está a ser conduzido, e o facto de não ter sido dado a conhecer o projecto que em 1995 serviu de base à apresentação de candidatura ao PEDIP, os comunistas afirmam que este estudo é tanto mais importante quanto é sabido que os indicadores do valor do dólar e metais estão hoje a valor superior ao do estudo.

Face a esta situação, perguntam: Porquê atrasar a viabilização do projecto? Porquê manter os trabalhadores a recibo verde? Porquê estar a alugar e a vender equipamento se se pretende de facto viabilizar o projecto? Que critérios e orientações justificam esta situação?

Assim, ao mesmo tempo que exige a tomada de medidas que assegurem a reabertura da Mina, a DORBE manifesta aos trabalhadores a sua profunda solidariedade.

## FAIAL Democrata homenageado

Mais de uma centena de pessoas, muitas das quais de outros partidos ou sem filiação partidária, participaram no almoço-convívio promovido pela organização do PCP e da CDU da Ilha do Faial, de homenagem a Luís Carlos Decq Mota, médico muito admirado e respeitado pelos faialenses e pai do coordenador regional do PCP/Açores, José Decq Mota.

Conhecido como «o pai dos pobres», Luís Carlos Decq Mota assumiu-se sempre como um democrata de corpo inteiro - na vida e na política - tendo sido vogal da Assembleia Municipal da Horta durante vinte anos, a maior parte dos quais em representação da CDU.

Durante a homenagem, entrevistaram Luís Bruno, da Comissão da Ilha do Faial do PCP, António Medeiros, da Comissão da CDU, o actual e o anterior presidente da Assembleia Municipal, respectivamente Prof. Ruben Rodrigues, do PS, e dr. Brito e Melo, do PSD, os representantes dos grupos do PS e do PSD na Assembleia Municipal e Paulo Valadão, deputado regional, em nome da DORAA.

## GRÂNDOLA PS tapa sol com peneira

Na impossibilidade de apresentar críticas justas, o PS de Grândola resolveu tapar o sol com uma peneira, recorrendo a propaganda «barata e sem conteúdo» na folha «Grândola Socialista», denuncia a Concelhia de Grândola do PCP.

Ignorando as promessas feitas e não cumpridas - como a da revisão do Protali ou as obras de Grândola que o OE nem sequer contempla -, e os «sacos azuis» com que o Governador Civil do distrito de Setúbal, ao serviço de interesses partidários, faz campanha eleitoral, os socialistas são capazes de falar de falta de segurança das populações - cuja solução passa pelo Ministério da Administração Interna - ou dos problemas do Lousal. Esquecem-se, no entanto, de mencionar importantes iniciativas para a reanimação económica e social da população levadas a cabo pela Câmara Municipal e as suas propostas para a inclusão no PIDDAC de obras fundamentais para o desenvolvimento do concelho a que o Governo não deu atenção.

Convicto que a população de Grândola e muitos dos socialistas do concelho «não se revêm na forma e no discurso dos autores do "Grândola Socialista"», o PCP afirma-se confiante nos resultados das próximas eleições autárquicas.

## PCP

# Ensino Superior Um balanço «desolador»

Para apresentar as oito orientações que defende para uma nova política para o ensino superior, o PCP realizou no passado dia 13 de Março uma conferência de imprensa. Na mesa, para além de Edgar Correia, membro da Comissão Política, encontravam-se Bernardino Aranda, estudante e membro da Direcção Nacional da JCP, da DORL e da Comissão Nacional do Ensino Superior, e João Luís Lisboa, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro da Comissão Nacional do Ensino Superior.

Apesar de, enquanto oposição, o PS acompanhar o diagnóstico crítico do panorama existente no ensino superior e dos compromissos assumidos em relação à satisfação das principais reclamações que as instituições escolares e os seus protagonistas faziam, os principais problemas do sector mantêm-se inalterados, quase dois anos lectivos decorridos desde a tomada de posse do actual Governo.

O balanço feito é «desolador» - considera o PCP -, quer ao nível dos factores de qualidade do ensino e das condições para a investigação científica, quer dos factores democratizadores do acesso e do sucesso escolares.

Em relação ao financiamento, mantêm-se a política dos anteriores governos, de subfinanciamento do ensino público e interferência no exercício da autonomia das instituições; quanto à autonomia, apesar da proclamação verbal do seu respeito, na prática prosseguem a acentuam-se os mecanismos que limitam o papel dos estabelecimentos públicos de ensino superior; a iniciativa legislativa de alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo - não antecedida por qualquer debate -, para além de fomentar divisões entre politécnicos e universidades, conduziu à elitização do acesso às escolas universitárias; no acesso ao ensino superior, mantiveram-se as orientações dos anteriores governos do PSD, com o agravamento da selectividade da avaliação dos alunos do secundário e o prosseguimento de uma política de vagas no ensino superior que privilegia a oferta das escolas privadas; quanto ao ensino privado, prossegue uma política de liberalização da abertura de novas escolas e de novos cursos, sem garantias mínimas de qualidade do ensino e de credibilidades dos seus diplomados.

### Oito orientações

Duas linhas centrais condensam, face a aos problemas deste sector, a postura política e ideológica do PCP: crítica das orientações neoliberais que levam à desresponsabilização do Estado e à mercantilização dos saberes e da formação, com a correspondente diminuição do peso e a desvalorização do ensino público; a elaboração de uma nova política para o sector consubstanciada num Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e de diversas iniciativas legislativas e outras tomadas de posição.

A Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP, sublinhando a necessidade de adopção de um conjunto de políticas interligadas, defende para o sector um conjunto de oito orientações fundamentais.

**1ª - A integração num único sistema de ensino superior de todas as universidades e escolas politécnicas, com respeito pela identidade, especificidade e criatividade de cada instituição.**

No quadro deste sistema único - e garantidas as regras gerais - haverá, no entanto, lugar para soluções organizativas diferenciadas, conteúdos científicos e modelos pedagógicos diversos. Deverá ser consagrado um único grau de formação inicial de nível superior e a atribuição de graus académicos será determinada pelos currículos, duração dos cursos, qualidade do corpo docente e avaliação do ensino.

**2ª - A defesa e o aperfeiçoamento da autonomia do ensino superior, consagrada na Constituição e nas leis 108/88 e 54/90.**

## Iniciativas em curso

A Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP, para além de chamar a atenção para a particular importância do projecto de Lei Quadro do Financiamento e Gestão Orçamental e Financeira do Ensino Superior Público apresentado pelo PCP na presente sessão legislativa, anunciou a concretização de outras iniciativas, designadamente:

- Realização de uma Audição sobre a autonomia do ensino superior e o seu aperfeiçoamento, a 8 de Abril, na Assembleia da República.
- Reponderação e apresentação de anteriores posições legislativas do PCP, sobre acção social escolar e um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior.
- Promoção de um encontro sobre os problemas do ensino superior, no decurso do terceiro período lectivo.
- Iniciativa em torno dos problemas do ensino privado, com vista à defesa da sua qualidade e dos direitos educativos dos alunos.

Entendida como capacidade de definição e concretização de objectivos próprios e como garante da independência académica e da livre criação intelectual, científica e artística, a autonomia do ensino superior assentará num quadro de financiamento público, suficiente e previsível.

**3ª - A aprovação de uma lei quadro do financiamento e da gestão orçamental e financeira do ensino superior público.**

Esta lei consagrará a responsabilização do Estado em relação ao financiamento integral do sistema do ensino público de modo a concretizar a sua progressiva gratuitidade, a expandir o número de vagas e eliminar o *numerus clausus*, a alargar as condições de frequência do ensino superior por trabalhadores-estudantes. Quanto

aos orçamentos - suficientes, estáveis e em base plurianual para cada instituição pública - eles serão ponderados de acordo com o número de vagas anualmente preenchidas, número de alunos diplomados, área científica e duração dos cursos, oferta de estágios, número de alunos inscritos em cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento, número e qualificação de docentes.

**4ª - O prosseguimento e generalização dos processos de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior.**

Deverá proceder-se à análise das causas do insucesso escolar, à promoção do sucesso escolar e da adequação profissional e à criação

de sifificações obtidas nos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade. Cada exame nacional deverá ter duas oportunidades de realização cumulativas, sendo considerada a nota mais elevada.

**6ª - Uma significativa elevação e alargamento da acção social escolar.**

A acção social efectivar-se-á nos domínios da alimentação, assistência médica e medicamentosa e apoio para transportes e material escolar, entre outros, e, ainda, na atribuição de bolsas de estudo e concessão de alojamento a quantos, não tendo recursos económicos, manifestem capacidade para a frequência do ensino superior. A acção social - que deverá



de um sistema de avaliação comum a todo o ensino superior, independente, que dê garantias de objectividade, de rigor e de isenção das suas apreciações.

ter nos seus órgãos de decisão a representação dos estudantes e ser objecto de legislação específica - estender-se-á ao ensino privado e cooperativo enquanto se mantiver o *numerus clausus*.

**7ª - Defender a qualidade e os direitos educativos dos alunos do ensino privado.**

O reconhecimento da legitimidade deste ensino não autoriza uma política oficial de permissividade face a situações de falta de qualidade e de cedência a *lobbies* de interesses. Deverá ser assegurado um processo credível de avaliação do ensino privado, procedendo-se ao encerramento de escolas onde se verifique um grave e continuado incumprimento das disposições legais vigentes e a qualidade do ensino ministrado e a credibilidade dos diplomas conferidos se encontrem seriamente afectados. Deverão ser fixadas regras mínimas comuns ao ensino público e ao ensino privado para a contratação de docentes e para a respectiva carreira docente.

**8ª - Dignificação e valorização das carreiras docentes.**

A política em relação às carreiras docentes e aos respectivos estatutos remuneratórios é um instrumento muito importante na promoção da qualidade do ensino. Assim, é necessário concretizar a revalorização das carreiras docentes, manter ou alargar as condições para a obtenção dos graus académicos, reconhecer e recompensar o mérito individual, valorizar a componente pedagógica da actividade dos docentes, regulamentar de forma adequada os concursos e provas, de modo a garantir a transparência e equidade de processos.



## LISBOA

## Uma oferta valiosa

Na passada semana, o camarada Manuel Alho, preparador de farmácia reformado, organizado no sector da Saúde de Lisboa, fez ao «Avante» a oferta de muitas centenas de valiosos autocolantes. Sensibilizado, o colectivo do «Avante!» quer tornar público o seu agradecimento.

## ALENTEJO

## Um acordo grave

A propósito do acordo PS/PSD para a revisão Constitucional, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP considera que ele acarreta graves consequências para regiões como o Alentejo, quer no domínio da sua representação na AR, quer em matéria da criação e instituição das Regiões Administrativas.

Se, como pretendem o PS e o PSD, diminuir o número de deputados, o Alentejo, região desertificada e com reduzida presença na Assembleia da República, será uma das regiões mais prejudicadas. Basta, por exemplo, reduzir para 220 o número de deputados para que o Alentejo perca dois dos 11 que hoje elege (4 por Beja, 4 por Évora e 3 por Portalegre). Esta situação será tanto mais grave quanto maior for a redução.

Quanto à regionalização, o acordo firmado entre PS e PSD mostra que esses partidos não querem qualquer tipo de regionalização e preferem manter as CCRs e os governadores civis de nomeação governamental, «enquanto instrumentos dóceis da sua política», denuncia o OIRA do PCP.

## LISBOA

## Uma política de «vale tudo»

«A intenção do Governo de privatizar a ANA-EP é uma prova de que vale tudo»: não interessa que seja esta uma empresa estratégica e que o serviço que presta seja de carácter eminentemente público; não interessa que em resultado da sua actividade revertam para o Orçamento do Estado uns milhares de contos; não interessa que seja uma empresa potencialmente geradora de postos de trabalho. O que interessa é entregá-la a grupos capitalistas, diz a célula do PCP na empresa.

Manifestando-se contra esta decisão, os comunistas afirmam a sua disponibilidade para continuar a lutar contra a privatização da empresa, que prejudica o país e põe em causa os postos de trabalho, os direitos e regalias dos trabalhadores.

A célula do PCP na Carris, por sua vez, afirma que esta empresa subestima o potencial dos seus trabalhadores - pagando-lhes baixos salários e empurrando-os para rescisões de contratos -, não cumpre os seus compromissos contratuais e está a estrangular as Oficinas de Miraflores, ao mesmo tempo que manda recuperar carroçarias ao Porto.

Considerando que é tempo de agir com vista ao desenvolvimento da Carris, os comunistas insistem na implementação de um meio rápido de transporte que ligue Lisboa a Odivelas, fazendo reverter para a empresa a gestão desta linha.

## MONTEMOR-O-VELHO

## Uma «mãozinha» a tempo

É estranho, diz a Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho do PCP, que só agora, numa altura em que o IP3 está adjudicado no troço que vai servir o concelho e a EN 111 vai perder importância, o Governo decida gastar dinheiro e alargar esta via há tanto tempo em estado precário.

Será que os autarcas PS de Coimbra e Figueira continuam a insistir no pagamento de portagens no IP e a penalizar Montemor que, como consolação, apanha uns remendos na estrada antiga? Ou, vistas bem as coisas, o Governo quer dar uma mãozinha à Câmara PS do concelho que nada tem feito?

São questões que o PCP levanta, ao mesmo tempo que manifesta a sua preocupação com a segurança das populações, já que o alargamento da estrada se está a fazer para junto das casas, em Montemor, nas Meãs e em Tentúgal, levando a que quem sai de casa saia directamente para a estrada.

Alertando a população para tentativas de fazer esquecer 4 anos de atraso, a concelhia do PCP anuncia a candidatura da CDU nas próximas eleições autárquicas à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesias.

## LOURES

## Empresas encerram

Agravou-se no concelho de Loures a situação social e laboral, afirma a Comissão Concelhia do PCP. A demonstrar o que afirma, o PCP refere o fecho das empresas Malhas Cordeiro (Moscavide) e Móveis Olaio (Bobadela), os cerca de 23 inscritos nos Centros de Emprego de Loures e Moscavide, as actualizações irrisórias - que se traduzem pela redução dos salários reais dos trabalhadores - verificadas na Dyrup, na Robialac ou no Grupo UniLever, o desrespeito dos direitos dos trabalhadores na MEC, Triunfo Internacional, Hovione e Joca. Responsabilizando a política de direita do Governo PS pela situação, e saudando as importantes lutas desenvolvidas pelos trabalhadores de Olaio, MEC e Rodoviária, a Concelhia de Loures considera ser o caminho da luta e do protesto o único que pode travar essa política.

## Agricultura

## PCP denuncia «escândalo»

## na distribuição de ajudas comunitárias

Com a participação de Agostinho Lopes e de José Soeiro, membros da Comissão Política, e de Lino de Carvalho, deputado e membro do Comité Central, o PCP realizou na passada segunda feira uma conferência de Imprensa onde, através da divulgação dos dados obtidos sobre os 100 maiores beneficiários individuais e colectivos das ajudas comunitárias e nacionais decorrentes da Reforma da Política Agrícola Comum, demonstrou o verdadeiro escândalo que se verifica na distribuição dessas ajudas à agricultura portuguesa.

«Há proprietários no Alentejo e Ribatejo que recebem de ajudas públicas mais que todos os pequenos e médios agricultores de uma freguesia ou mesmo de um concelho do Norte do País! Ou que recebem de ajudas com dinheiros dos contribuintes mais que 100 trabalhadores com salários mínimos durante um ano! Ou ainda que estes maiores beneficiários, totalizando, só aqui, cerca de 5,5 milhões de contos, recebem, só por si, 12% da totalidade dos apoios pagos, pelo INGA, em 1996, às culturas arvenses a mais de 300 mil explorações agrícolas».

Mas o escândalo maior, sublinha o PCP, diz respeito às verbas atribuídas ao pousio voluntário. «Isto é, do dinheiro de todos nós, pagam-se milhões de contos a meia dúzia de proprietários agrícolas que, de livre e espontânea vontade, sem que a legislação comunitária obrigue, decidem não cultivar milhares de hectares de terra! Milhões de contos para que o País não produza o que depois tem de importar. Milhões de contos para que não se criem postos de trabalho!»

As listas divulgadas são apenas a ponta do iceberg, garantem os comunistas. Falta, por exemplo, «a lista dos beneficiários com subsídios ao gado bovino e ovino - os maiores dos quais são os mesmos beneficiários dos apoios às culturas arvenses e ao pousio - também no valor de muitos milhões de contos».

Esta imoral distribuição de dinheiros públicos deve ser entretanto «articulada com a igualmente injusta e desigual distribuição dos apoios ao investimento, em que as grandes empresas do Alentejo e Ribatejo absorvem mais de 50%; com os 60 milhões de contos do Orçamento do Estado com que a política de direita do PS/PSD e CDS resolveu «indemnizar» os mesmos senhores, pelos alegados e, sobretudo, inventados, prejuízos da Reforma Agrária; com os cerca de 40 milhões de contos de dívidas não pagas e de frutos pendentes indevidamente recebidos; com as ajudas especiais da Comunidade Europeia para a extensificação animal nas regiões da grande propriedade, no valor de mais de 20 milhões de contos; com os baixíssimos ou nulos níveis de fiscalidade colectados sobre a grande propriedade agrícola e florestal.»

A presente situação resulta da «política agrícola decorrente da PAC, que a reforma da PAC agravou: 20% das explorações agrícolas comunitárias absorvem 80% dos fundos; as culturas dominantes nos países do Norte (cereais, carnes, leite, beterraba) são fortemente apoiadas e protegidas (e as do Sul pouco ou nada apoiadas e pouco protegidas); os apoios comunitários são, em todos os Estados, muito superiores aos verificados em Portugal».

Mas as responsabilidades não são só da PAC. O PSD e o PS «nunca aproveitaram suficientemente a margem de manobra existente, quer a decorrente do princípio da especificidade da agricultura portuguesa, que foi abandonada, quer pelas escolhas que fizeram em matéria de aplicabilidade dos regulamentos comunitários», denuncia o PCP, sublinhando que «em Portugal, 90% dos apoios comunitários e nacionais são absorvidos por 3% a 5% das explorações».

A comprovar as suas afirmações, cita o recente Relatório sobre os progressos verificados na coesão económica e social (Julho de 1996) que revela que «Portugal é contribuinte líquido da PAC, mas no País, o Alentejo (isto é, a grande propriedade latifundiária) é um receptor líquido!».

«Uma conclusão se impõe desde já: não há qualquer razão económica que justifique que o Governo do PS negue os apoios que a pequena e média agricultura necessita. Não há qualquer razão financeira, técnica ou constrangimento comunitário que possa pôr em causa ou inviabilizar os apoios à recolha e concentração de leite nas regiões com dificuldades naturais, os apoios à completa electrificação das explorações agrícolas, os apoios ao desendividamento das cooperativas e explorações agrícolas, os meios para uma completa e eficaz intervenção na sanidade animal, uma suficiente bonificação dos prémios nos seguros agrícolas.»

## A necessária nova reforma da Política Agrícola Comum

«O PCP foi o único partido português que, frontal e explicitamente, se opôs à reforma da PAC em 1992», estando, assim, à von-

tade para exigir uma outra PAC, ao contrário de outros que só agora, tarde e a más horas, descobriram os seus malefícios, afirmou Agostinho Lopes.

«Uma PAC que permita desenvolver a nossa agricultura para os níveis de produtividade dos restantes países europeus, que nos garanta a segurança alimentar (que não significa a satisfação a 100% das nossas necessidades com produção nacional) que garanta um nível de rendimento satisfatório aos nossos agricultores e trabalhadores agrícolas, que trave a desertificação do mundo rural.

«Uma PAC que estabeleça uma modulação das ajudas ao investimento e ao rendimento, em função do diferente desenvolvimento das agriculturas comunitárias, das características das suas estruturas agrárias, discriminando positivamente as explorações de pequena e média dimensão e o trabalho agrícola, fixando-se um limite máximo a receber por exploração.»

Referindo, depois, a recente declaração do ministro da Agricultura, na Assembleia da República, de que «a actual PAC não serve os interesses da agricultura portuguesa e constitui mesmo um obstáculo à sua transformação (...), Agostinho Lopes considerou necessário «que o ministro e o Governo tirem todas as ilações desta autorizada, embora tardia e não original, constatação.»

«Ilações na escolha da estratégia adequada para enfrentar a reforma anunciada da PAC» que, segundo o PCP, passa pela inversão total da política agrícola até agora desenvolvida, pelo repúdio de uma nova reforma da PAC feita às fatias, como pretende o comissário Fischler ao anunciar, para Abril/Maio próximos, documentos de reflexão sobre as Organizações Comuns de Mercado (OCM) dos cereais, carnes e leite, favorecendo um tratamento desigual e discrimina-

tório das produções agrícolas predominantes no Sul.

«Ilações para um posicionamento de claro repúdio da reforma em curso da OCM do azeite, da reforma em «estado de suspensão» da OCM do vinho, da necessária renegociação da própria OCM dos hortofrutícolas, desfavorável e não favorável ao País, como pretende o senhor ministro da Agricultura.

«Ilações sobre a necessária legislação e disponibilidades financeiras para o desendividamento das explorações e cooperativas agrícolas, e não o quem vem sendo anunciado que, a concretizar-se, constituiria uma verdadeira mistificação face ao que tem sido prometido pelo Governo.

«Ilações sobre a necessidade de um forte incremento das verbas do Orçamento do Estado para o sector agrícola, fortemente penalizado pelas consequências dos critérios de convergência de Maastricht e pela moeda única.»

## Impõem-se medidas de urgência para a agricultura portuguesa

Por fim, o PCP insiste nas reclamações recentemente apresentadas na Assembleia da República.

«A necessidade de evitar qualquer nova baixa de preços do leite (que estará prevista para Abril) e a intervenção no apoio ao escoamento da batata a um preço remunerador. Idêntica preocupação com o estagnado mercado dos vinhos. O encontrar soluções que impeçam os produtores de cereais de serem penalizados pelo corte de ajudas comunitárias, com o argumento de terem produzido de mais.

«O combate à continuada e volumosa (e quantas vezes fraudulenta) importação de produtos agrícolas. A rápida concretização do Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agroalimentares, recentemente aprovado na Assembleia da República por proposta do PCP, pode ser importante contributo para esse combate.

«Medidas urgentes para a necessária reorganização e funcionamento dos serviços (centrais, regionais e locais) do Ministério da Agricultura, a resposta a gravíssimos problemas de sanidade animal (valor das indemnizações por abate sanitário, Agrupamentos de Defesa Sanitária, serviços de controlo e fiscalização), a dinamização dos processos de aprovação e pagamento dos investimentos feitos no âmbito dos programas comunitários, e a recusa de uma reestruturação do aparelho de Estado do Ministério feita com o objectivo de desmantelar serviços e privatizar as respectivas funções.»



Não há qualquer razão económica que justifique que o Governo do PS negue os apoios que a pequena e média agricultura necessita, afirmou Agostinho Lopes



76º  
aniversário  
PCP

1921-1997



# Comemorações prosseguem

No passado fim-de-semana, as organizações do PCP continuaram a comemorar em todo o País os 76 anos de existência do Partido, que no passado dia 6 de Março se completaram.

Cerca de três centenas de militantes e simpatizantes comemoraram, com grande entusiasmo e alegria, o 76º aniversário do PCP, num jantar-convívio realizado em pleno coração da cidade do Funchal, o maior de sempre realizado pelo Partido no âmbito das comemorações do aniversário na região.

Depois de curtas saudações da JCP, do padre Mário Tavares, da Organização das Mulheres Comunistas e do deputado independente da CDU, Edgar Silva, entrevistaram a camarada Rosa Rabiais, membro do secretariado do Comité Central, e o camarada Leonel Nunes, membro do CC e deputado regional.

Na sua intervenção, Rosa Rabiais abordou as grandes tarefas e preocupações do Partido face à situação nacional, nomeadamente o acordo PS/PSD de revisão constitucional, e sublinhou as responsabilidades do Governo PS na execução da política de direita em convergência, nas questões fundamentais, com o PSD e com o CDS/PP.

Os graves problemas sociais da população madeirense, a intensa exploração a que os trabalhadores estão sujeitos e as enormes carências dos sectores mais desfavorecidos da população, nomeadamente na área da habitação, foram temas vigorosamente abordados por Leonel Nunes, que manifestou a sua confiança no trabalho da CDU para as eleições autárquicas e reafirmou a persistência que anima os comunistas na «construção de uma sociedade mais justa, o verdadeiro socialismo».

guês podem contar para a defesa dos seus interesses, para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida, para uma nova política, uma política de esquerda para Portugal», disse Francisco Lopes. E prosseguiu: «O PS, e António Guterres que andou pelo país a pedir votos em nome da mudança, está cada vez mais parecido com o PSD, converge naquilo que é fundamental com o PSD».

É assim «na corrida para a moeda única», no «escandaloso processo de privatizações», no processo da «vigiarice» das 40 horas, no «vergonhoso» acordo PS/PSD para a revisão constitucional. É toda uma política a que, segundo Francisco Lopes, «é preciso dizer não» e que «exige o desenvolvimento do protesto, da luta dos trabalhadores e das populações».

Depois de abordar a batalha eleitoral que se avizinha, o dirigente comunista falou na necessidade de uma nova política para Portugal, de uma política de esquerda que passa «pelo reforço do PCP, força aglutinadora da esquerda e de uma alternativa democrática».



O PCP é o único partido com que os trabalhadores podem contar, disse Francisco Lopes em Lamego

Jerónimo de Sousa, na sua intervenção, referiu que o PCP, tendo sido um Partido de resistência evoluiu após o 25 de Abril para um Partido de construtores mas, se necessário, passará novamente a Partido de Resistência. Na génese do PCP, disse o dirigente comunista, esteve sempre presente a defesa dos trabalhadores, e essa sua essência o PCP nunca trairá.

Fundamentando as razões do seu alerta, Jerónimo de Sousa falou da lei das 40 horas e da lei da interrupção voluntária da gravidez, considerando ainda que a adesão à moeda única é uma «caminhada cega» e que o acordo de revisão constitucional firmado entre o PS e o PSD é um acto «vergonhoso».

## Emigração

A organização de Luanda, Angola, associou-se também às comemorações do 76º aniversário do PCP e realizou, nos arredores da cidade, um piquenique com cerca de 30 pessoas para assinalar o evento. Esteve patente uma exposição de materiais e também funcionou uma banca de livros, leilou-se um bolo e foi feita uma intervenção alusiva à data. Durante o convívio, recolheram-se assinaturas para o abaixo-assinado de apoio ao referendo à moeda única.

Também em S. Paulo, Brasil, se realizou um almoço que contou com a presença de 30 pessoas. Foi feita uma intervenção onde foi ressaltada a importância do alargamento do Partido e colocada a necessidade do empenhamento de todos os camaradas e amigos na mobilização para as eleições do Conselho das Comunidades, a realizar no dia 27 de Abril, tendo sido feito apelo ao apoio à lista "Independentes pela Cidadania". Referidas foram ainda as comemorações do 25 de Abril que, este ano, serão realizadas pelo Movimento 25 de Abril pela Libertação de Timor-Leste, de S. Paulo, em conjunto com outros movimentos brasileiros participantes na denúncia das atrocidades praticadas pela Indonésia e na luta pela libertação daquele território.

## Lamego

Também na cidade de Lamego, com a presença de mais de meia centena de militantes e amigos do Partido, se realizou-se no passado domingo um almoço comemorativo do 76º aniversário do PCP.

A iniciativa contou com a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política do Comité Central, que, numa curta intervenção, abordou a situação política e as tarefas prioritárias dos militantes comunistas no momento actual.

«Hoje, como ontem, o PCP é o único partido com que os trabalhadores e o povo portu-



No Montijo, os comunistas comemoraram o 76º aniversário do Partido com um almoço em que participaram mais de 50 pessoas e que contou com a presença e intervenção de Jorge Pires, da Comissão Política do CC

## Figueira da Foz

Na passada sexta-feira, com a presença de uma centena de militantes e amigos do PCP e a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, realizou-se na Figueira da Foz um jantar comemorativo do aniversário do Partido.

Nelson Fernandes, que interveio em nome da Comissão Concelhia, não poupou o executivo municipal pela sua inércia e incapacidade em cumprir as promessas eleitorais, sublinhando a necessidade de voltar a existir na Câmara Municipal - onde a hegemonia do PS tudo esmaga - uma voz de esquerda.

## CAMARADAS FALECIDOS

### Abel Gandra

Faleceu recentemente em Lisboa, com 80 anos de idade, o camarada Abel Gandra, natural de Moçambique. Professor reformado, foi desde a sua juventude um democrata e homem de esquerda, tendo-se filiado no Partido logo a seguir ao 25 de Abril.

Tendo iniciado a sua actividade profissional na escola secundária de Silves, teve oportunidade de contactar de perto com o operariado corticeiro. Foi ainda um pedagogo de muito valor e muito amigo das crianças.

### José Joaquim Calado Piteira

Faleceu, no dia 16 de Março, o camarada José Joaquim Calado Piteira.

Militante muito activo, e membro do Partido desde 1974, o camarada pertencia à Comissão Concelhia de Évora. Era Presidente da Junta de Freguesia dos Canaviais e Presidente da CUOP, em cujos cargos empenhou todos os seus esforços e energias.

### Edgar Martins Valente Colaço

Faleceu recentemente, com 56 anos de idade, o camarada Edgar Colaço. Organizado na freguesia do Alto Seixalinho, foi durante alguns anos membro da célula da Equimetal, onde trabalhou.

### Miguel Gonçalves Horta

Com 71 anos de idade, faleceu, no passado dia 6 de Março, o camarada Miguel Gonçalves Horta. Foi trabalhador de «o diário» durante os anos de publicação deste periódico. Sempre disponível para o trabalho do Partido, estava organizado no sector da Comunicação Social do Sector Intelectual da O.R.Lisboa.

### António Francisco dos Ramos

Faleceu no dia 6 de Março, com 50 anos de idade, o camarada António Francisco dos Ramos, natural de

Corte Pinto, Mértola. Actualmente reformado, fez parte da célula da Trefilaria. Estava organizado em Sacavém.

### Sebastião Antunes Vasconcelos

Faleceu também no dia 6 de Março, com 84 anos, o camarada Sebastião Antunes Vasconcelos. Reformado da Indústria Hoteleira, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, sendo actualmente dirigente da Associação de Reformados de Braga.

### Alice Conceição Silvestre

Com 78 anos, faleceu recentemente a camarada Alice Conceição Silvestre, técnica de contas, reformada. Militante activa do Partido desde o 25 de Abril, desempenhou várias tarefas, enquanto a saúde o permitiu. Actualmente estava organizada na freguesia do Campo Grande.

### José António Farinha

Com 49 anos, faleceu no dia 16 de Março o camarada José António Farinha, natural de Abela, Grândola. O camarada estava organizado no Feijó, onde desenvolvia várias actividades.

### Francisco Gomes

Faleceu recentemente, com 79 anos de idade, o camarada Francisco Gomes, natural de Salir, Loulé. Estava actualmente organizado no Feijó.

### Irene Delfim

Faleceu recentemente, em Lisboa, a camarada Irene Delfim. Organizada em Benfica, a camarada fazia parte da Comissão de Freguesia, onde era responsável pelo trabalho de organização.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Espinho

### 3.ª Assembleia elege concelhia

A Organização concelhia de Espinho assinalou no passado sábado a passagem do 76º aniversário do Partido com duas iniciativas particularmente participadas - a 3ª Assembleia de Organização Concelhia e um jantar-convívio.

A 3ª Assembleia decorreu no Centro de Trabalho, durante a tarde, com a presença de três dezenas de delegados. Os trabalhos foram presididos por uma mesa constituída pelos camaradas Fausto Neves, responsável pela organização concelhia, António Salavessa, responsável pela DORAV, e Francisco Lopes, do Secretariado do Comité Central.

Foram produzidas várias intervenções, seguidas de debate, sendo evidente um ambiente geral de optimismo e de confiança nas possibilidades de reforço do Partido e da sua intervenção no concelho, atingindo os objectivos que foram propostos.

Foi eleita por unanimidade a nova comissão concelhia. Em relação à anterior, apresenta algumas alterações significativas, com a entrada de três jovens, de mais mulheres, nomeadamente activistas operárias e com a ligação a mais uma freguesia.

Coube a Francisco Lopes a intervenção de encerramento da Assembleia.

Depois de referir alguns aspectos da actividade política do concelho referidos nas intervenções proferidas no decurso da Assembleia, Francisco Lopes considerou que esta havia sido um êxito, projectando «uma nova dinâmica partidária, para o reforço do Partido, para o reforço da CDU nas próximas eleições.»

A seguir, este dirigente da Comissão Política do PCP sublinhou «algumas questões de particular

importância» - o aprofundamento da ligação aos trabalhadores e às populações, a organização do Partido nas empresas e/ou sectores profissionais; a importância da acção da informação e propaganda, da iniciativa, presença e voz do Partido; o recrutamento; a intervenção nas grandes batalhas políticas deste ano.

Em relação a este último ponto, Francisco Lopes destacou a particular atenção que deve merecer a preparação das eleições autárquicas, «oportunidade soberana para todos os que estão descontentes com a actual política, que se sentem traídos pela política do PS no Governo, manifestarem com o apoio à CDU o seu desejo de uma política diferente, de uma política de esquerda».

A finalizar, Francisco Lopes considerou que a concretização das decisões da Assembleia e o reforço do Partido no concelho de Espinho «vai depender da acção de todos e de cada um dos militantes e activistas do PCP.»

Pouco depois do final da Assembleia, realizou-se, num restaurante da cidade, um jantar-convívio, o mais participado dos últimos tempos. O jantar, que reuniu mais de uma centena de pessoas, contou com a presença de dezenas de não inscritos no Partido.

António Salavessa usou da palavra para referir o significado da comemoração do 76º aniversário no actual momento político e comunicou aos presentes as principais ideias e conclusões da Assembleia dessa tarde, sem deixar de saudar a participação de todos aqueles que, sem serem militantes do PCP, quiseram partilhar com os comunistas este momento de festa e de luta.



## Semana da Juventude

A Semana da Juventude, que vai agora decorrer em Lisboa, tem como objectivo comemorar o Dia do Estudante (24 de Março) e o Dia da Juventude (28 de Março).

Assume-se como um espaço de realização de iniciativas da responsabilidade conjunta da Câmara Municipal de Lisboa (com o decisivo impulso do Pelouro da Juventude) e das várias associações deste município.

A semana pretende ser mostra da capacidade, iniciativa, imaginação e intervenção das associações juvenis da cidade e engloba iniciativas em diferentes áreas, da música às exposições de artes plásticas e fotografia, da dança, ao teatro, desporto e gastronomia.

## Hemofílicos protestam

A Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes manifestou "a sua indignação pela recente decisão do Tribunal em relação ao caso dos hemofílicos" e exigiu que "a justiça seja reposta".

Também a Associação Portuguesa dos Hemofílicos protestou contra a decisão do Tribunal, considerando que assim se abre "um precedente na jurisprudência portuguesa. Basta que o arguido, se político for, diga não ter memória directa dos factos ou alegar desconhecimento dos mesmos, para não ser pronunciado".

## CNA defende Produtores

A legislação comunitária impõe que, até ao ano 2001, a totalidade do tomate transformado terá que ser contratado com organizações de produtores.

Neste quadro, algumas fábricas e empresas de tomate têm recorrido a várias formas de boicote e tentativas de controlo, para impedirem a organização dos pequenos e médios produtores, e assim poderem manter o seu monopólio e privilégios.

Uma situação que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) denuncia em comunicado aos produtores de tomate, sublinhando ainda que "metade do preço do tomate que as fábricas pagam ao produtor vem, a fundo perdido, da UE".

Quarta-feira passada - a convite do Conselho Agrícola do Distrito e com o apoio da CNA - realizou-se em Vila Real um Plenário de Agricultores Produtores de Batata do Alto Tâmega, para discussão e elaboração de uma proposta para o escoamento da batata da região.

Os agricultores manifestam particular preocupação com a entrada de batata espanhola e a contínua baixa de preços.

## Ambiente urbano

No próximo dia 5 de Abril vai decorrer na Moita uma das sessões do Encontro Internacional de Ambiente Urbano, organizado pela ADAPA, GEOTA e OIKOS, organizações de defesa do ambiente, com a participação de municípios nacionais e estrangeiros, nomeadamente do Brasil e Espanha.

O Encontro vai ser repartido por Leiria, Évora, Alverca e Moita, municípios escolhidos por desenvolverem projectos exemplares de requalificação urbana.

O tema do debate que vai decorrer no Salão Nobe dos Paços do Concelho da Moita será "Ordenamento do Território: os exemplos de Curitiba (Brasil) e Moita". A Câmara da Moita vai apresentar uma comunicação sobre "Biodiversidade em ambiente urbano: o projecto de requalificação da faixa ribeirinha do Concelho da Moita".

## Concursos de Psiquiatria

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul divulgou uma Carta Aberta sobre os concursos de psiquiatria dos Hospitais Psiquiátricos de Lisboa em que denuncia a situação actual de "ausência de uma orientação concreta para renovação dos quadros psiquiátricos".

A Carta refere a situação de ruptura que se vive nos hospitais Júlio de Matos e Miguel Bombarda, em que muitas vagas para médicos estão por preencher, fruto de uma política em que não se preza "a humanização necessária e a dignificação dos actos médicos" e sublinha que "assim, a transmissão de conhecimentos não é feita no dia-a-dia e a possibilidade de dignificar uma escola de formação em psiquiatria deixa de existir".

A Carta denuncia, em particular, que "nestes últimos concursos, a par da lentidão, se associaram as maiores irregularidades".

## Verdes questionam

A situação das pedreiras existentes no Parque Natural da Arrábida foi denunciada pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" que sublinha que "as pedreiras destroem o património natural, degradam as características paisagísticas da serra, e tornam num inferno a vida diária dos residentes do Parque".

Os Verdes exigiram igualmente explicações ao Ministério do Ambiente pelo atraso de quase um ano verificado na apresentação do Plano para garantir a coesão da Zona da Reserva Natural do Estuário do Tejo, não incluída na Zona de Protecção Especial, "cujo valioso património urge preservar".

# Neo-Realismo em debate Reflexões sobre um movimento

O movimento neo-realista foi tema de um amplo debate que, ao longo de três dias, reuniu no Palácio do Sobralinho, em Vila Franca, muitos intelectuais de diversos pontos do país e representantes de vários museus culturais. Uma iniciativa que se saldou num importante intercâmbio de experiências.

Organizado pelo Museu do Neo-Realismo e pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Encontro desdobrou-se em duas vertentes - reflexões sobre o movimento neo-realista e perspectivas para um museu.

Participaram cerca de três dezenas de conferencistas, em três painéis temáticos e num quarto painel consagrado à actividade do museu.

No primeiro painel, sobre contextos históricos, o destaque foi para diferentes apreciações globais ou parcelares de história política, cultural e das ideias.

No segundo, que teve como tema "Marxismo, realismo e representação", estiveram em debate as relações ideológica-arte e a pluralidade e individualidade na expressão.

No terceiro painel, as intervenções centraram-se nas relações e influências na literatura e na arte, entre Portugal, Brasil e África, com referências concretas a Cabo Verde, São Tomé, Moçambique e Angola.

O último painel reuniu em particular especialistas em museologia, em torno do "Museu do Neo-realismo, balanço e perspectivas".

A conferência de abertura

esteve a cargo do escritor Urbano Tavares Rodrigues, que falou sobre "O Neo-Realismo geo-social, político e artístico", e cada um dos três painéis temáticos foi apresentado por uma conferência introdutória, respectivamente a cargo de Eduardo Lourenço, Carlos Reis e Orlando Amaralis.

A instalação de um Museu do Neo-Realismo é uma ideia que começou a germinar nos anos 70, mas só teve concretização a partir de 1988, para o que foi decisiva a nomeação, pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, de uma Comissão instaladora, que se dedicou a um trabalho de recolha e tratamento de materiais, sensibilização, divulgação cultural, apoio à investigação, formação de pessoal e preparação de instalações.

Actualmente, o Museu do Neo-Realismo assume-se, quer

como centro de produção cultural, procedendo ao tratamento de materiais e informações que disponibiliza aos utilizadores, quer como agente de produção cultural, que desenvolve e divulga pesquisas autónomas e procura apoiar investigações independentes. Um exemplo concreto de pesquisa própria é o recente inquérito sobre "A imprensa periódica na génese do movimento neo-realista (1933-45)".

Desenvolve ainda um trabalho didáctico e pedagógico, através das múltiplas exposições que tem vindo a organizar.

O Encontro agora realizado teve como objectivo um melhor conhecimento das problemáticas centrais do movimento neo-realista e assim contribuir também para que o Museu esteja mais actualizado a mais atento às tendências que se vierem a desenvolver.

## Propinas JCP denuncia governança autista

O brutal aumento das propinas, incluído na proposta de lei de financiamento do Ensino Superior, e divulgado na imprensa nestes últimos dias, gerou de imediato uma posição de generalizado protesto por parte das associações académicas. A Juventude Comunista Portuguesa assumiu frontal posição de denúncia.

No Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), que decorria na Guarda, terá sido consensual a proposta de avançar com uma campanha nacional de informação aos estudantes sobre o que se está a passar em matéria de financiamento. Os estudantes denunciam quer a política governamental nesta área quer o facto de continuarem a saber das decisões do governo pelos jornais.

A publicação, pela imprensa, do "valor do aumento das propinas, passando a ser cobrado 56.700 escudos já no próximo ano lectivo, vem reforçar a imagem de uma governança em constante autismo", denuncia a Comissão Política da Direcção Nacional a JCP, em comunicado de imprensa.

A Direcção da JCP sublinha que o governo se prepara, assim, para aumentar "em 4.725% o valor das propinas no Ensino Superior Público". E denuncia - "É a este aumento 1.350 vezes superior ao valor da inflação que o Sr. Ministro apelida de simbólico. 56.700\$00 é apenas o valor do salário de muitos portugueses, é o parco orçamento mensal de milhares de famílias".

Um aumento que - refere-se no comunicado - deve ser enten-

do em relação aos seus parceiros europeus".

A concluir, a JP exige que:

- Se cumpra a Constituição da República Portuguesa;
- Se consagre o Estado como financiador integral do Ensino Superior Público assumindo assim as suas responsabilidades, conforme consta do Projecto-Lei nº 286/VII apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Idêntica posição é assumida pela Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra da JCP, que sublinha a necessidade - ao contrário do que está a ser política do governo - de "medidas urgentes de estímulo ao prosseguimento dos estudos dos jovens, cumprindo os preceitos constitucionais que indicam que todos os graus de ensino devem ser gratuitos".

No comunicado divulgado à imprensa, a JCP/Coimbra pergunta-se: "quantos alunos deixarão de frequentar o Ensino Superior por não poderem despende o salário de um mês (além dos livros, da comida, do quarto que têm de pagar, das fotocópias, das deslocações, etc., etc.) para poderem continuar a estudar?"

A JCP/Coimbra salienta a posição assumida pela Academia de Coimbra, que "sempre esteve contra o aumento das propinas, demonstrando coragem e determinação nesta já longa e difícil luta" e apela a todos os estudantes da Academia para que "de uma forma activa, interventora, peremptória e em unidade, façam ouvir a sua voz reivindicativa e lutem pela manutenção dos seus legítimos direitos".

## JCP em Notícias

Um debate sobre o Desporto Escolar, realizado em Odivelas, culminou a iniciativa da Organização Concelhia de Loures da Juventude Comunista Portuguesa, promovida durante os meses de Fevereiro e Março, de contacto com os jovens do Concelho - JCP em Debate com os Jovens, e que se traduziu, numa primeira fase, num conjunto de Encontros com Associações do Concelho.

Tanto nos encontros com as Associações como no debate sobre Desporto, um dos problemas mais referidos foi o não cumprimento, por parte do Ministério da Educação, do protocolo assinado com a Câmara Municipal de Loures, em Setembro de 95, para a construção de sete pavilhões gimnodesportivos em escolas secundárias da zona, sabendo-se que o actual

executivo pretende apenas construir dois pavilhões no Concelho de Loures.

Numa iniciativa que se insere na exigência de construção dos sete pavilhões, conforme o protocolo assinado, a JCP de Loures organizou ontem uma deslocação ao Ministério da Educação, onde fez uma oferta pública de tijolos - a entrega de sete tijolos como contributo para a concretização de mais uma promessa incumprida.

No Algarve, a JCP encerrou a campanha "Não à Moeda Única; Sim ao Referendo", com a construção, quarta-feira passada, de um Banco do Euro (desemprego), em Faro. Nesta iniciativa foram distribuídas à população notas de Euro (desemprego) e um documento sobre a moeda única.



# FENPROF não aceita continuar em águas mornas

O bloqueamento das negociações com os professores, por parte do Ministério da Educação - após doze meses de reuniões - foi recentemente denunciado em comunicado da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), que coloca condições para o prosseguimento do diálogo e anuncia uma série de acções reivindicativas.

A FENPROF refere a não resolução de inúmeras questões, desde uma nova estrutura de carreira para os professores dos Ensinos Básico e Secundário à ausência de qualquer proposta de vinculação para os professores contratados, o silêncio sobre a Formação Inicial de Professores e a Direcção e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino ou o impasse na resolução da situação dos professores vinculados com habilitação suficiente.

Como exemplo de "uma estratégia deliberada de impor uma política sem negociação prévia com os parceiros sociais", a FENPROF refere a atitude do ME face à recente Lei-

Quadro da Educação Pré-Escolar aprovada na Assembleia da República. Legislação que o ME se prepara para pôr em causa, através da sua regulamentação, "privilegiando, inequivocamente, a expansão do sector privado".

Perante esta situação, a FENPROF coloca, como "condições indispensáveis para a manutenção de um diálogo profícuo": a apresentação de um novo projecto de Protocolo de Acordo, no que respeita à carreira e sua futura reestruturação; apresentação de um novo projecto de avaliação de desempenho dos professores; vinculação dos docentes contratados com dois ou mais anos de serviço; alteração do actual regime de Direcção e Gestão das escolas; apresentação de projectos sobre concursos de professores, fixação de quadros de escola e de zona pedagógica e definição de um novo regime de habilitações para a docência; regulamentação da Lei-Quadro sobre Educação Pré-Escolar; resolução dos múlti-



plos problemas que constam no Dossier entregue ao ME em 10 de Janeiro do ano passado.

A FENPROF considera necessário envolver os professores na acção reivindicativa "porque é a estes que cabe a palavra decisiva na exigência de resolução dos problemas", e propõe um conjunto de acções:

- A entrega de um abaixo-assinado sobre o Estatuto da Carreira Docente;
- A realização de múltiplas iniciativas com professores e educadores contratados;
- Encontros Regionais e/ou Distritais de Educadores de Infância;
- Realização de um Seminário Nacional sobre Formação de Professores, em 10 e 11 de Abril e de um Fórum Nacional sobre o actual estado da Escola Portuguesa;
- Lançamento de um processo de debate sobre a realização de uma Manifestação Nacional de Professores, para o início do 3º período, "de exigência de uma nova política educativa orientada para a resolução dos problemas das escolas e dos professores".

## Viseu

# Educadores de Infância contra projecto do governo

Educadores de Infância de Viseu, reunidos a semana passada, afirmaram "a sua disposição firme de combater as propostas do Governo, recorrendo às formas de luta que colectivamente se venham a entender como adequadas".

Em causa está o projecto do Ministério da Educação, que visa regulamentar a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, aprovada por

unanimidade na Assembleia da República, e que na prática poria em causa esta lei.

Na reunião de Viseu, realizada por iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro, os Educadores de Infância aprovaram uma moção em que recusam a intenção do governo, expressa no projecto de Decreto-Lei do ME, de alargar a cobertura da Educação Pré-Escolar fundamentalmente por via do financiamento da rede privada e das IPSS.

Os Educadores recusam ainda a tentativa do governo de impor soluções que conduzam à violação da Lei-Quadro, que determina "a completa gratuitidade da chamada componente educativa".

A Moção aprovada questiona, por outro lado, "os valores mínimos de frequência dos Jardins de Infância", pois isso conduziria ao encerramento de um elevado número de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, "acentuando ainda mais o abandono do interior do país".

Por fim, os Educadores decidiram recusar as propostas do governo quanto aos horários, que vão no sentido de uma solução padronizada, enquanto a Lei-Quadro aprovada na Assembleia da República "determina soluções flexíveis que tenham em conta especificidades locais".

## Teixeira Ribeiro Mensagem de pesar

Teixeira Ribeiro, primeiro reitor da Universidade de Coimbra após o 25 de Abril, morreu no passado dia 8 de Março, com 86 anos de idade.

José Joaquim Teixeira Ribeiro foi professor de economia e finanças públicas na Faculdade de Direito de Coimbra, entre 1934 e 1978. Foi membro do Conselho de Estado, em 1974 e 1975, exercendo então funções de vice-primeiro-ministro do V Governo Provisório.

Em mensagem de condolências enviada à família de Teixeira Ribeiro, a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP manifesta "profundo pesar pelo desaparecimento não apenas do incansável investigador e do prestigiado docente universitário mas também do cidadão que, ao longo de toda uma vida, nunca deixou de ser um democrata de convicções e práticas inquebrantáveis, tendo-o sempre assumido com coragem e abnegação, algumas vezes nas circunstâncias mais difíceis".

# Morreu uma mulher

A Assembleia da República aprovou hoje oito dias um voto de pesar pela morte de Liseta Moreira, de 36 anos, ocorrida em circunstâncias trágicas na sequência de um aborto clandestino. Subscrito pelas deputadas Helena Roseta (PS) e Odete Santos (PCP), o texto acolheu o apoio das bancadas socialista, comunista e do Partido "Os Verdes" e teve os votos contra do PSD e do PP. Alegando "instrumentalização política", à falta de melhor argumento para pacificação das suas consciências, socialistas e populares impediram o consenso necessário para que fosse guardado um minuto de silêncio, como é habitual a seguir à aprovação de um voto de pesar.

"O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher - lê-se no documento -, ficou tristemente marcado este ano pela morte, no Hospital de S. João, no Porto, de uma mulher, Liseta Rosa Sousa Moreira, de 36 anos, na sequência de um aborto clandestino. A Assembleia da República regista o nefasto acontecimento e manifesta o seu pesar."

"Que sobre esta morte não se abata o nosso silêncio", assinalou Helena Roseta, depois de citar a poetisa Sophia de Melo Breyner: "Vemos, ouvimos e lemos/não podemos ignorar...". Garantindo que o voto não foi apresentado contra ninguém, aquela deputada fez porém notar que não podia deixar de ser lembrado à Câmara o "significado trágico e escandaloso" de uma "morte desnecessária e violenta" que o País não conseguiu evitar.

Distinta foi a posição assumida por Maria do Céu Ramos (PSD), que, apesar de ter manifestado o seu pesar pela morte de Liseta Moreira, interpretou a apresentação do voto como uma "instrumentalização política da dor dos outros". No mesmo sentido se manifestou Maria José Nogueira Pinto, líder da bancada do PP, dizendo ser radicalmente contra o voto, que considerou não ser de pesar.

Indignada pelas palavras proferidas pelas deputadas do PP e do PSD ficou a deputada comunista Odete Santos. Trata-se, observou, de uma tentativa para silenciar um acontecimento

trágico que incomoda os partidos da direita parlamentar pela posição por estes adoptada em relação à despenalização do aborto.

"Morreu uma mulher. Não importa o nome. Importam as condições em que viveu e o motivo por que morreu", sublinhou Odete Santos, antes de lembrar que, "como tantas outras, da vida guardara tão-só a amargura de ter vivido excluída entre os excluídos", de "ter vivido, como tantas outras, um quotidiano femininamente violento".

"Antes de se tornar um número mais em estatísticas que envergonham, a sua morte saiu do anonimato onde se encobre o sofrimento clandestino e deixou de ser assunto privado para se tornar em nova vergonha do sistema penal", acusou Odete Santos, para quem "o trágico acontecimento, como todas as tragédias do sexo feminino, resultantes da denegação de direitos e liberdades, tornam-se causa colectiva das mulheres, em luta pela dignidade".

"Morreu mais uma mulher, vítima de violência no Holocausto, feito de «boas consciências» onde se imola a mulher", concluiu.

Também Isabel de Castro, do PEV, expressou a sua profunda discordância pela atitude assumida pelo PSD e PP, a quem acusou de estarem a tentar "aliviar a sua consciência", frisando que "o que está em causa não é profanar a morte".

## Cooperação com PALOP's PCP opõe-se a propostas partidarizadas e sem crédito

A proposta do PSD de criar uma Fundação vocacionada para a cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) foi alvo de duras críticas por parte do Grupo Parlamentar do PCP, que viu nela uma iniciativa "pouco credível" e "partidarizada". Igual contestação mereceu um projecto de lei do PS com idênticos objectivos. Para João Corregedor da Fonseca, que interveio em nome da bancada comunista, os dois projectos são "incompreensíveis", tanto mais que, disse, existem "vários acordos de cooperação interparlamentar", pelo que seria uma Fundação, "sem património próprio, partidarizada, que iria colidir claramente com actuações da área governamental e parlamentar".

"Existem diversas Organizações não governamentais com projectos em curso nos PALOP, existem iniciativas do governo, protagonizadas pelo Instituto para a Cooperação Económica, e há ainda a CPLP com clara vocação para estas tarefas que agora querem incumbir a uma fundação cujos objectivos não descortinamos", afirmou o deputado Corregedor da Fonseca, da Intervenção Democrática, eleito nas listas do PCP.

Também o Presidente da Assembleia da República manifestou reservas quanto à criação de entidades ou fundações sem património e com objecto social privado que são, ao mesmo tempo, entidades privadas mas com apoios públicos. Almeida Santos assinalou igualmente o facto de

este tipo de entidades estar fora dos competências e atribuições da Assembleia da República.

A proposta do PSD, registada, visa criar uma Fundação, denominada "Democracia e Liberdade", no âmbito da promoção da cooperação científica, técnica, educativa e cultural e de iniciativas de intercâmbio e cooperação político-parlamentar. Apesar da sua natureza privada, a fundação poderia obter fundos e meios, tanto da Assembleia da República como de diversas origens.

Na proposta do PS, por seu lado, cada partido com assento parlamentar com mais de 10 deputados poderia indicar representantes seus para a cooperação, no âmbito das tarefas a definir, critério este muito contestado por Corregedor da Fonseca, que manifestou igualmente a sua surpresa e apreensão pelo objectivo enunciado de inserir na cooperação extra-parlamentar a "formação política e cívica, cultural e associativa de acordo com os princípios do Estado de Direito".

"Então a Assembleia da República vai formar politicamente quem? Os países independentes e livres com os quais temos relações? Os seus dirigentes? Os seus partidos ou associações? E formar civicamente o quê, quem e como?", perguntou o deputado da Intervenção Democrática, antes de chamar a atenção para a existência do que considerou serem "limites que não podem em circunstância alguma ser ultrapassados".



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Octávio Teixeira sobre a moeda única

## "O povo tem de ser consultado"

Uma mudança de rumo na política económica e social e a realização de um referendo sobre a eventual adesão de Portugal à moeda única foram ontem exigidas na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP. Reiteradas no decorrer da interpelação ao Governo sobre política geral, centrada em matérias relacionadas com a moeda única, estas exigências correspondem a uma posição de princípio da bancada comunista, da qual não abdica, porquanto, como afirmou Octávio Teixeira em declarações ao "Avante!", à hora de fecho da nossa edição, "não é possível fazer desaparecer a moeda nacional, com todas as suas consequências políticas, económicas e sociais, sem que sobre isso previamente seja consultado o povo português".

Concedido na véspera do debate, o depoimento do líder parlamentar comunista antecipa nas suas linhas gerais algumas das questões-chave que estiveram ontem na ordem do dia. Desde logo, a destacar, está o próprio facto da interpelação se realizar num momento em que as grandes movimentações de trabalhadores que se intensificam na generalidade dos países da União Europeia, e a compreensão com que são encaradas pelas populações, confirmarem,

como nos diz Octávio Teixeira, que a "política de austeridade levada a cabo em toda a Europa comunitária, em nome da moeda única, se confronta com uma crescente oposição social. Na Alemanha, na França, na Bélgica, em Espanha ou em Itália, como também em Portugal".

Acresce - e este constitui outro aspecto que do seu ponto de vista fundamenta a oportunidade da iniciativa - que esta interpelação "ocorre num

momento em que a opinião pública menos crê, mais questiona e mais duvida das alegadas virtudes de uma moeda única fundada nos critérios e orientações de Maastricht".

Oportuna ainda por decorrer numa altura em que o Governo português "participa activa e festivamente na aceleração das decisões que visam pôr em prática a moeda única a partir de 1 de Janeiro de 1999", e, bem assim, por se enquadrar no "desenvolvimento da actual campanha do PCP contra a moeda única e pela exigência de um referendo sobre essa matéria".

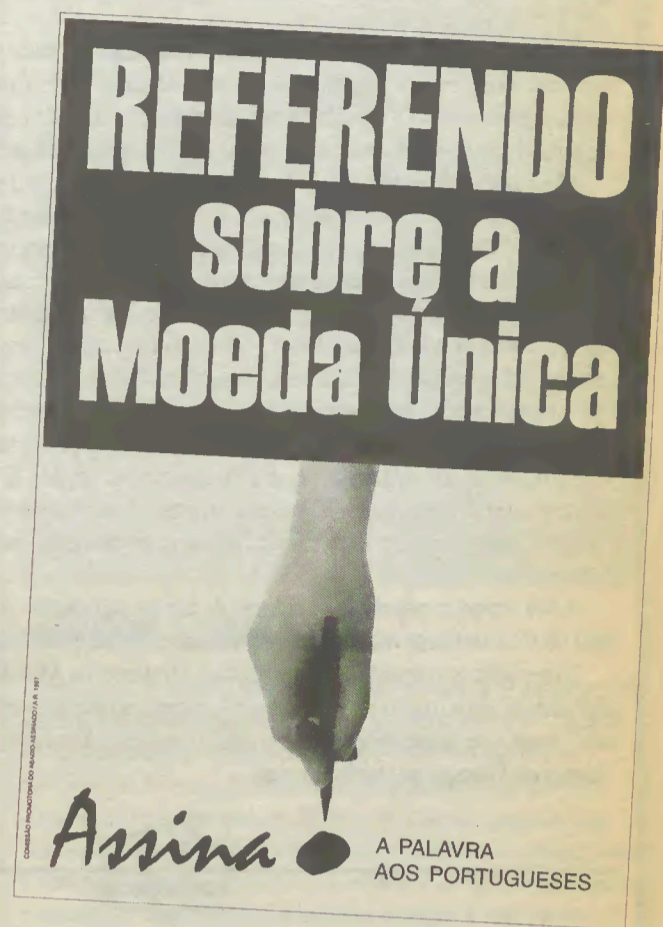
De acordo com as declarações de Octávio Teixeira ao nosso jornal previa-se, concretamente, que no decorrer do debate de ontem o primeiro-ministro e o Governo fossem confrontados com a acusação de, "em nome dos critérios de Maastricht e da participação no núcleo duro da moeda única, prosseguirem e aprofundarem uma política que funciona contra o crescimento económico do nosso país".

Outra acusação de que não se livrariam, segundo o presidente da formação comunista, seria a de "conduzirem uma política económica subjugada pela prioridade absoluta da moeda única que se transformou numa política anti-social, numa política de regressão social de eliminação de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitas dezenas de anos".

Inaceitável, no entender do PCP, é ainda o facto de "com a cega obsessão de participação na moeda única", o Governo aceitar que o País seja espoliado do "poder soberano de utilizar instrumentos monetário e orçamental para enfrentar situações de crise, assim impondo que todos os custos dessas crises recaiam inevitavelmente sobre os trabalhadores portugueses, através do aumento do desemprego e do congelamento ou reduções salariais".

Em foco, de acordo com as previsões existentes para o debate de ontem, deverão ter estado também as acusações a António Guterres e ao seu Governo de, através da moeda única, "pretenderem amarrar Portugal a uma evolução federalista da União Europeia, sem que para tal tenham mandato dos portugueses", ao mesmo tempo que, recusando um referendo sobre a moeda única e sobre o Tratado da União Europeia, "se concertam com a direcção do PSD para deliberadamente manterem os cidadãos à margem de uma decisão que, indisfarçavelmente, afectará profundamente o futuro dos portugueses e do País".

Desvendada por Octávio Teixeira foi também a exigência que a sua bancada previa colocar no centro do debate, a qual reside, no fundamental, numa mudança de rumo na política económica e social portuguesa e na realização de um referendo sobre a eventual opção de Portugal aderir à moeda única.



## Criação do Museu do Douro

A Assembleia da República aprovou por unanimidade o projecto de lei do PCP que cria o Museu do Douro. Idéntica iniciativa legislativa do PS, accionada à última hora, mereceu igual acolhimento, baixando ambas à comissão para debate na especialidade.

"É a história do Douro e dos seus artesãos, é a sua memória viva que o PCP quer ver perdurada no Museu." Nestes termos justificou o deputado comunista Lino de Carvalho a iniciativa da sua bancada, pensada com o objectivo de fazer do Museu não "um repositório de coisas mortas", mas sim um espaço "vivo, interligado com a região e com os seus construtores, com vários pólos, que seja, ele próprio, um elemento de valorização de toda a Região Demarcada do Douro".

Lino de Carvalho chamou a atenção, por outro lado, para a necessidade de ser criada uma estrutura museológica que preserve convenientemente as colecções existentes, a mais importante das quais é o Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, actualmente fechado num andar da sede da Real Companhia Velha.

"É um espólio de interesse incalculável que reúne documentação desde 1756, fundamental para o conhecimento da história do Vinho do Porto e que deve constituir o núcleo-base do Museu que agora se propõe", observou Lino de Carvalho, antes de alertar para o risco deste inestimável património se perder caso não seja acolhido pelo Estado.

No seu articulado - para que esta não seja mais uma iniciativa sem efeitos práticos -, o diploma do PCP estabelece um conjunto de prazos para que o Ministério da Cultura dê execução à Lei de Criação, constituindo uma comissão instaladora e pondo o Museu em pé.

A iniciativa legislativa do PS, apesar de tardia, foi saudada por Lino de Carvalho, que não deixou contudo de lhe tecer alguns reparos críticos, nomeadamente quanto a soluções que, do seu ponto de vista, a não serem esclarecidas, conduziram a um impasse a criação do Museu.

## Monteiro e o combate à droga Entre a demagogia e a ignorância

Um acto de "pura hipocrisia", assim classificou o deputado António Filipe a recente posição do CDS/PP relativa à problemática da toxicoddependência. Para o parlamentar comunista, que suscitou a questão numa das sessões plenárias da passada semana, a afirmação de Manuel Monteiro de que o problema da droga em Portugal se resolve prendendo os consumidores só pode revelar uma de duas coisas: "ou uma absoluta e lamentável ignorância" sobre a matéria, ou uma "absoluta e lamentável demagogia" na sua abordagem.

Expressando a sua indigna-

ção face a declarações que reputou da máxima gravidade num dirigente partidário, António Filipe assinalou concretamente que, "sendo a toxicoddependência uma doença, as doenças não se curam prendendo os que as sofrem".

Desenvolvendo esta ordem de ideias - "coisas simples que Manuel Monteiro ignora ou finge ignorar", como observou António Filipe -, acrescentou que submeter os toxicoddependentes a situações de detenção "não resolve nem o problema de toxicoddependência dos próprios nem o problema social que a toxicoddependência representa".

Depois de frisar que o tratamento de toxicoddependentes é "um processo complexo", que "não se limita a um mero internamento em «clínicas especializadas»", implicando "forçosamente um complexo trabalho de reinserção social", António Filipe fez notar que "o meio prisional não tem virtudes terapêuticas".

"A repressão em matéria de droga deve ser exercida sobre os traficantes e especialmente sobre os grandes traficantes, não devendo os toxicoddependentes, principais vítimas deste flagelo social, ser tratados como se fossem eles os seus principais causadores", sublinhou o parlamentar do PCP, antes de concluir que para os toxicoddependentes "não há solução que não passe pela criação de condições que permitam o seu atendimento, tratamento e reinserção social".

Contas feitas, com uma ponta de ironia, António Filipe questionou-se ainda sobre o número de clínicas ou penitenciárias que Manuel Monteiro precisaria para isolar tanta gente. É que, lembrou, as estimativas mais optimistas reconhecem que o número aproximado de toxicoddependentes corresponderá a um por cento da população portuguesa, um dado que em si mesmo é revelador da "inconsistência e demagogia das pseudo propostas do PP".

## Regime jurídico das associações de municípios

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, os diplomas apresentados pelo PCP e pelo Governo que estabelecem o regime jurídico das associações de municípios, designadamente no que se refere à sua organização e quadros de pessoal.

Tanto a proposta governamental como o projecto de lei do PCP possibilitam às associações de municípios a criação de um "quadro próprio de pessoal", alteração esta que corresponde, como assinalou o secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, à "vontade generalizada" dos municípios e das respectivas associações.

A criação deste quadro de pessoal é, aliás, um dos objectivos visados no diploma comunista, o qual tem igualmente inscrito, de acordo com as

palavras do deputado José Calçada, que interveio em nome do PCP, a possibilidade de todos os municípios associados poderem participar em reuniões dos conselhos de administração das Associações de Municípios, sem prejuízo da manutenção da sua actual composição. Trata-se, sublinhou, de "conjugação a operacionalidade e a flexibilidade no seu funcionamento com os interesses, em regra pontuais, dos municípios não representados".

Da importância das alterações que agora serão aperfeiçoadas em debate na especialidade falou ainda José Calçada para referir que ao viabilizarem a "estruturação de um quadro técnico e administrativo consolidado e profissionalmente motivado" não só garantem "eficácia operacional" como representam a "dignificação política e institucional das Associações de Municípios".



## Vá pelos seus dedos

### Torres Couto pretendido para candidato por 18 concelhias do PS (Dos Jornais)

Na corrida para as eleições autárquicas, Torres Couto não pára. Aventado para a Amadora, dado como certo em Amares e agora sugerido para Almada, Torres Couto é bem o exemplo da forma séria e rigorosa como o Partido Socialista gere o processo de candidaturas às autarquias - num esquema misto entre a lotaria e uma operação pública de candidatura.

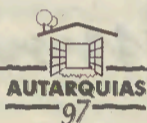
Mesmo reconhecendo-se em Torres Couto uma indiscutível especialização e um ferveroso adepto da polivalência, não deixa de espantar a inevitável diversidade de conhecimentos e a capacidade revelada para se conseguir identificar com os problemas de um município como Amares que como se sabe são em tudo semelhantes aos de Almada ou da Amadora!

Para o PS afigura-se irrelevante, na escolha dos seus candidatos, critérios como os da experiência, o conhecimento dos problemas, a identificação com as questões locais. O que releva para as suas opções é a possibilidade de rentabilização mediática, a capacidade de atrair votos ainda que sem qualquer relação com mérito autárquico, a margem para melhor e mais facilmente obter posições em autarquias mesmo que conhecendo de antemão a pouca ou nenhuma vantagem que delas podem decorrer para as populações. É com este elevado sentido de responsabilidade e de respeito para com as populações que o PS, a exemplo do que já ensaiou em 1993 com algumas das suas candidaturas designadamente na região de Lisboa, se prepara para intervir nas eleições de Dezembro próximo.

A seu tempo as populações ajuizarão de tais procedimentos. Entretanto e no seio das concelhias do PS o ambiente reinante deve-se traduzir entre a expectativa e a desilusão.

Expectativa em municípios como Ansião, Alvaiázere ou Alcoutim, onde ainda se admite a possibilidade de neste roteiro por código postal, iniciado ao que tudo aponta pela primeira letra do alfabeto, virem a ser contemplados com o citado candidato. Desilusão em municípios como Sabrosa, Valença ou Valpaços por razões óbvias...

■ Jorge Cordeiro



## Judas recusa instalações

Recentemente, o presidente da CM de Cascais proibiu a realização de uma reunião de eleitos e técnicos da CDU com representantes das associações e comissões de moradores de várias localidades do concelho, que solicitavam esclarecimentos sobre o Plano Especial de Reajustamento (PER).

A sala foi pedida pelo vereador da CDU, tendo os serviços confirmado que se encontrava disponível para a data requerida. Contudo, após a intervenção do adjunto do presidente da edilidade junto da CDU visando apurar, nome a nome, quais seriam os convidados da coligação, o presidente Judas decidiu recusar as instalações para a iniciativa.

Para impedir o acesso das pessoas, foi afirmado que «não era permitida a permanência de munícipes dentro das instalações da Câmara após o horário de expediente», mas o facto é que precisamente no mesmo momento decorria uma reunião convocada pelos vereadores do PS com membros da Associação de Moradores de Trajouce, igualmente para apreciação do PER.

A CDU, que foi obrigada a realizar a reunião na rua, junto aos paços do concelho, regista esta «manifestação de autoritarismo e prepotência» afirmando que é «a primeira vez na história do funcionamento democrático da CMC que ocorre tal proibição».

## Tostões em ano de eleições...

O governador civil de Setúbal já abriu o saco azul para distribuir benesses no distrito, e dar ao mesmo tempo o mote para a campanha eleitoral. Ainda há pouco, em Sines, depois de entregar verbas a algumas instituições em nome do Governo, «esqueceu-se» da condição em que ali estava e passou num repente à inauguração da nova sede do PS. Numa troca expedita de indumentária, já como presidente da federação distrital socialista, dá aval aos ataques contra a Câmara Municipal de Sines apoiando os dois vereadores PS que durante este mandato recusaram os pelouros que lhes foram oferecidos pela maioria da CDU.

A Coligação lamenta esta confusão entre acções do Governo e actividade partidária e refere que mal seria das instituições agora contempladas se dependessem dos tostões que regularmente lhes são dados em ano de eleições.

Por seu lado, os autarcas da CDU orgulham-se do trabalho que ao longo de 22 anos realizam em Sines e estão cientes do apoio constante que Câmara e juntas de freguesia dão à Misericórdia, Bombeiros, colectividades, comissões de moradores, associações, teatros e até escolas, infantários e centro de saúde. É que, provavelmente, sem ele estas instituições não sobreviveriam aos anos de «seca» eleitoral.

## Abaixo-assinado contra loteamento

A CDU promoveu um abaixo-assinado na Quinta dos Lombos que foi subscrito por centenas de moradores protestando contra o loteamento da Quinta de S. Gonçalo. Apesar da passividade demonstrada pelos eleitos socialistas na Assembleia de Freguesia de Carcavelos, os autarcas da CDU entregaram as reclamações da população aos órgãos municipais de Cascais mas estes nada responderam. A Coligação estranha este atraso sobretudo quando na imprensa surgiu a notícia indicando que o Ministério do Ambiente teria enviado à autarquia um parecer que é favorável às reivindicações dos moradores. Enquanto o Governo não divulgar oficialmente a sua posição a CDU não desiste de mobilizar as populações em defesa dos seus interesses.

## Angejenses com a CDU

Na passada semana, uma dezena de angejenses, entre militantes comunistas, da JCP e independentes, decidiram constituir a comissão local da CDU para desde já procederem à denúncia da má gestão nesta freguesia do concelho de Albergaria-a-Velha, no distrito de Aveiro, gerida actualmente por uma coligação do PS, PSD e CDS.

A CDU propõe-se desenvolver contactos com pessoas «honestas e dispostas a trabalhar» numa lista forte com um programa que corresponda à vontade do povo de Angeja.

## Reforçar a maioria no Montijo

O Encontro Concelhio da CDU, realizado no passado sábado, debateu o trabalho realizado, traçou perspectivas para o futuro e debruçou-se sobre os objectivos eleitorais para as próximas autárquicas.

As 21 intervenções produzidas reflectiram a confiança no reforço de votos da CDU, sentimento partilhado pelos numerosos participantes, entre eleitos, quadros partidários e numerosos independentes e simpatizantes da Coligação.

Augusto Flor, responsável local do PCP, depois de saudar a presença dos representantes nacionais do PEV e PCP, Álvaro Saraiva e Jorge Pires, respectivamente, bem como todos os membros da coordenadora CDU e eleitos que compareceram, confrontou alguns dados relativos aos últimos três anos de mandato autárquico. Segundo afirmou, os eleitos CDU apresentaram neste período um total de 6.613 propostas em sessão de câmara, enquanto que o PSD e o PS, em conjunto, apresentaram apenas sete(!).

Das propostas, 5.997 foram aprovadas por unanimidade, 187 por maioria, 195 foram retiradas para reapreciação e apenas 21 foram rejeitadas. Para Augusto Flor estes números provam que a acção da CDU «mereceu o apoio generalizado apesar das especulações que PSD e PS depois fazem na imprensa».

Todavia, aquele dirigente comunista não deixou de criticar a «atitude destrutiva e de boicote ao desenvolvimento do concelho» por parte dos partidos da oposição, ao provocarem atrasos na aprova-

ção dos planos de actividade e orçamentos que somaram neste mandato oito meses e meio.

A encerrar o debate, Jacinta Ricardo, presidente da CM do Montijo, lembrou as obras que marcaram os mandatos da CDU, o trabalho de planificação e execução e a recuperação financeira da Câmara, que permitiu aumentar o património municipal.

A autarca frisou que em muitos casos a Câmara tem substituído o Governo em matéria de habitação, saúde e educação sem as devidas contrapar-



O Encontro da CDU reflectiu um sentimento de dever cumprido e grande confiança no futuro

tidas financeiras. Consciente da obra feita, Jacinta Ricardo afirmou: «Temos razão e orgulho em afirmar que as grandes obras que se realizaram neste concelho após o 25 de Abril foram em mandatos da CDU, como tal temos legitimidade para pedir o reforço da nossa maioria e temos condições para o atingir».

No encerramento da iniciativa, em que foi aprovado por unanimidade o documento de conclusões, intervieram Álvaro Saraiva, da Comissão Executiva do PEV, e Jorge Pires, da Comissão Política do PCP.

## Encontro de Portalegre em clima de confiança

«É com provas dadas e obra feita que a CDU, com toda a confiança encara as eleições autárquicas de 1997 no distrito de Portalegre». Esta foi uma das conclusões centrais do Encontro realizado no passado domingo na cidade de Ponte de Sor, que contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política, e Fernando Carmosino, membro da DORPOR e do Comité Central.

Fernando Carmosino alertou para a descarada utilização do aparelho de Estado com fins eleitoralistas por parte do PS, partido que «declarou e elegeu o PCP e a CDU como o seu principal inimigo». Apesar do quadro difícil, Carmosino referiu que «a CDU tem sido capaz de defender e valorizar o seu projecto no poder local e assiste ao aumento da confiança e do carinho das populações».

Segundo revelou, a CDU concorre aos 116 órgãos autárquicos do distrito (15 câmaras municipais, 86 assembleias municipais e 86 assembleias de freguesia), envolvendo um total de 1358 candidatos efectivos e suplentes.

Intervindo no encerramento da iniciativa, Luís Sá explicou que para além do «trabalho notável» dos eleitos CDU nos municípios e freguesias onde são maioria, a sua acção tem sido «indispensável para enfrentar muitos problemas de forma construtiva, fiscalizar a gestão e mostrar que há alternativas» nas autarquias em que estão em minoria.

Por outro lado, Luís Sá constatou que «são muitos os que queriam uma política de esquerda e olham para a CDU porque estão frustrados face a tantas coincidências do PS com a direita e o PSD. As eleições autárquicas», disse, «serão um momento para mostrar que é possível não só

mudar de maioria, mas também mudar de política em Portugal».

O dirigente comunista acusou ainda o PS de instrumentalização do poder através dos governadores civis, CCR's e refutou críticas dos socialistas à gestão da CDU afirmando que foi em «autarquias de maioria CDU que se registaram os maiores investi-



A CDU vai concorrer a todas as autarquias do distrito de Portalegre

mentos e foram estas que mais se preocuparam com o desenvolvimento e com as medidas necessárias para o garantir».

Contudo, Luís Sá sublinhou que muitos dos graves problemas de desenvolvimento, e de emprego «resultam das políticas de direita e de Maastricht que o PS executa na sequência do PSD. Resultam de travar a regionalização e a transferência de verbas para as autarquias. Resultam de um modelo de desenvolvimento esgotado. O PS que olhe para a desertificação, o desemprego e o atraso das autarquias sobretudo do interior que administra e que tenha vergonha da desonestidade dos seus argumentos políticos», declarou Luís Sá.



# Candidatos CDU

## BARREIRO



Pedro Canário

Terça-feira da passada semana, 11, a CDU do Barreiro apresentou publicamente os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal. A sessão decorreu na ilha do Parque Catarina Eufémia com a presença de mais de duas centenas de pessoas, em que se destacavam dirigentes do PCP, JCP e do PEV, sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores, eleitos autárquicos, dirigentes do movimento associativo e das associações de reformados, comerciantes, professores, quadros técnicos e outros intelectuais.

A sessão foi aberta por José Marcelo, do executivo da Comissão Concelhia, seguindo-se José Paleta, responsável concelhio do PCP, que anunciou a candidatura da CDU de **Pedro Canário** à Câmara Municipal e **Helder Madeira** à Assembleia Municipal. Depois dos candidatos ursarem da palavra, Luís Sá, da Comissão Política, encerrou o período das intervenções. Este dirigente comunista frisou que o Barreiro não é nem será um dormitório de Lisboa, apesar de todas as alterações no tecido produtivo. Manifestando certeza de que o Barreiro continua a defender a sua identidade e cultura, «pela prática do seu povo e da sua autarquia», respondeu ainda ao PS que pretende em 1997 ter para si a câmara do PS. Luís Sá deixou claro que «nós não queremos uma câmara CDU, uma câmara dos comunistas. Queremos uma câmara do Povo, dirigida pelos comunistas». O dirigente afirmou-se confiante nos resultados da CDU com base no excelente trabalho realizado e defendeu o actual poder local democrático como um dos mais avançados da Europa. Em contrapartida, o cozinhado acordo de revisão constitucional entre PS e PSD, a concretizar-se, vem pôr em causa o pluralismo político hoje existente na composição das câmaras municipais, alertou.

Na sessão estiveram igualmente Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, Cláudia Antunes, da Juventude CDU e José Luís, do Partido Ecologista «Os Verdes».

## CHAVES

São «candidatas de esquerda, sem desvios nem oportunismos, constituindo a alternativa para a mudança». Este foi o mote da

apresentação de Maria José Gomes Teles Grilo e Marília Matos que encabeçam as listas da CDU para a Câmara e Assembleia Municipais de Chaves, respectivamente. O anúncio foi feito no passado domingo, dia em que foram igualmente divulgados alguns dos objectivos programáticos da CDU para o concelho.

Maria Teles Grilo tem 52 anos, é licenciada em físico-químicas e professora. Foi delegada sindical em várias escolas, dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, entre 1988/92 e do Sindicato dos Professores do Norte entre 1993 e 1996. Foi candidata do PCP à Assembleia Constituinte e à AR em 1976 e 1995 pelo distrito de Vila Real. É actualmente eleita na Assembleia Municipal de Chaves, órgão que igualmente integrou em 1976/79. Pertence à comissão concelhia local do Partido.

Marília Matos tem 60 anos, é licenciada em Filologia Germânica tendo sido professora durante 36 anos, hoje reformada. Eleita pela CDU para a AM de Chaves em três mandatos, pertenceu à Direcção Regional de Vila Real do PCP.

## MINA

Durante um almoço que juntou várias dezenas de apoiantes, a CDU/Amadora apresentou a candidatura de **Luís Brites** à Junta de Freguesia da Mina. Presidente da Junta desde 1980, Luís Brites tem 61 anos de idade, desempenhando ainda as funções de vice-presidente da Assembleia-Geral da Sociedade Filarmónica Comércio e Indústria da Amadora.

## PALMELA

Quarta-feira passada, a CDU divulgou os nomes dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Palmela. A sessão, em que estiveram mais de 300 pessoas, decorreu num restau-



rante do concelho e contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, e Fernando Pezinho, membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes». A CDU anunciou as recandidaturas de **Carlos Sousa**, actual presidente da Câmara, e de

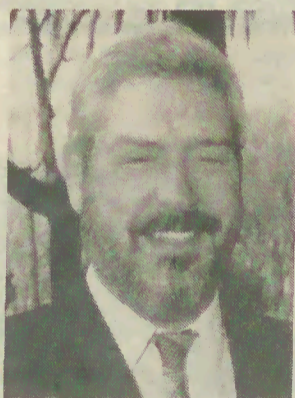
**Vítor Borrego**, presidente da Assembleia Municipal.

## V.N. GAIA

**Antero Manuel Maia Pires** e **Mário David Ferreira Soares** são os cabeças de lista da CDU respectivamente à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia. A candidatura conta ainda com Honório Novo, deputado no Parlamento Europeu, no cargo de de mandatário concelhio.

Antero Pires tem 46 anos, nasceu do Porto e é advogado, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Militante comunista desde 1975, foi professor universitário entre 1973 e 1980, profissional gráfico no «Jornal de Notícias» e jornalista no Norte Desportivo. Na década de 80 foi coordenador de serviços no Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Urbanos do Norte e da Federação dos Sindicatos Têxteis. É vereador na CM de Gaia desde Outubro de 1994 e foi candidato a deputado nas listas da CDU pelo círculo do Porto nas últimas legislativas.

Mário David Soares nasceu em Espinho, tem 45 anos e milita no PCP desde 1975. Professor do Ensino Secundário, é licenciado em Filologia Românica pela Universidade do Porto. É Coordenador do Sindicato dos Professores do Norte desde a sua fundação, membro do Conselho e Secretariado Nacional da FENPROF, responsável nacional pela relações internacionais da FENPROF e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.



Antero Pires



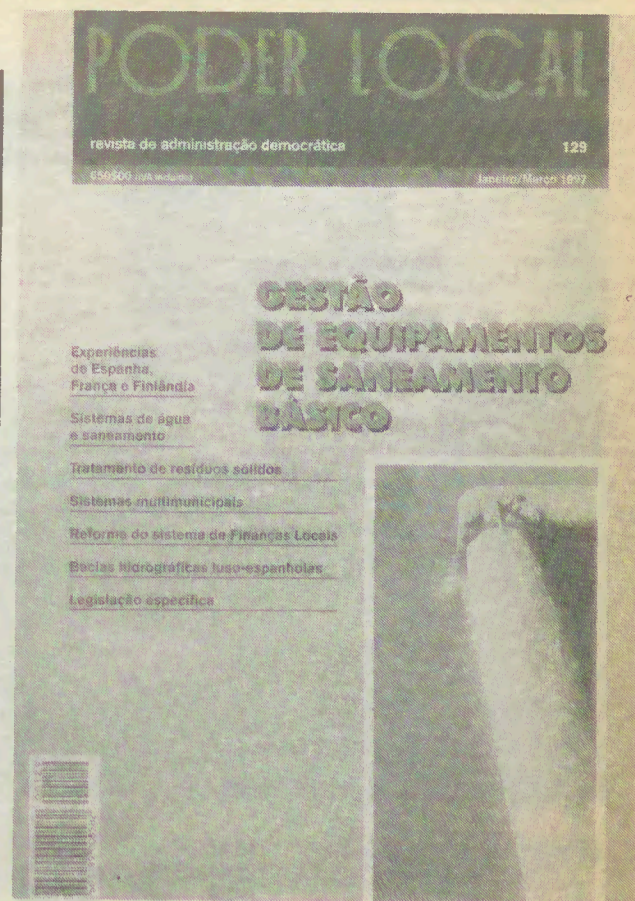
nador da Comissão Concelhia local do PCP. É ainda membro da DOR-Braga e do Conselho Regional de Braga do PCP. Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte, é eleito na Assembleia Municipal desde 1982, tendo sido cabeça de lista da CDU à Câmara em 1989 e 1993 e candidato a deputado da Assembleia da República em 1991 e 1995.

## V. POUCA DE AGUIAR

**Virgílio Cardoso Alves** e **José Vicente de Sousa** são, respectivamente, os cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar, apresentados na passada semana pela CDU. Virgílio Alves tem 47 anos é professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, director técnico do Conselho Agrícola do Norte, colaborador científico da Associação Nacional dos Criadores da raça Barrosã, membro do Sindicato dos Professores do Norte, sendo ainda membro da DORVIR do PCP. Desenvolveu investigação na área da produção bovina nos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Mondim de Basto e Vila Real. Foi fundador da Associa-



Virgílio Alves



## «Poder Local»

O mais recente número da revista «Poder Local» já se encontra em distribuição sendo integralmente consagrado à temática da gestão de equipamentos de saneamento básico. A revista publica as intervenções feitas no Seminário Internacional promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, que abordam desde experiências de Espanha, França e Finlândia a questões como o tratamento de resíduos sólidos, os sistemas de água e saneamento, sistemas multimunicipais, reforma das finanças locais, bacias hidrográficas luso-espanholas e legislação específica.

## «Praias piratas» em Vila Verde

O candidato da CDU à Câmara de Vila Verde, Arlindo Fagundes, está preocupado com a existência de «praias piratas», ilegítimamente delimitadas e muradas por particulares à custa da praia fluvial local. Para isso, o candidato visita amanhã a zona em causa e pretende debater o problema com o presidente da Junta de Freguesia de Couceiro, Profírio Mota.

Arlindo Fagundes quer ainda dar voz às reivindicações das freguesias ribeirinhas do rio Homem, nomeadamente à de Valdeu que reclama contra a lixeira de Terras de Bouro, instalada junto ao rio, e contra ao facto de os esgotos do concelho serem descarregados naquele curso de água sem qualquer tratamento.

## Casas sociais sem qualidade

Para a CDU de Matosinhos não basta construir. É necessário garantir condições de integração dos moradores e exigir que os padrões de qualidade da habitação social sejam respeitados. Esta preocupação levou recentemente o candidato da CDU à CM de Matosinhos, José Cavalheiro, ao bairro da Guarda, em Perafilita. Aí verificou situações de insalubridade e de degradação acelerada, que resultam de deficiências de construção, em edifícios com pouco mais de dois anos.

Os eleitos da CDU já apresentaram estes problemas na Assembleia Municipal mas por enquanto não foi tomada nenhuma medida ou iniciada qualquer averiguação por parte da autarquia apesar desta ser, na opinião da Coligação, a responsável final pelos problemas detectados.

Por seu turno os moradores já vão com dois anos de protestos e alguns suspenderam mesmo o pagamento das respectivas rendas face à ausência de respostas concretas. A CDU reclama o apuramento de responsabilidades e salienta que «quando se joga com centenas de milhares de contos não se pode tapar o sol com uma peneira».

## Calçada de Carriche está pior

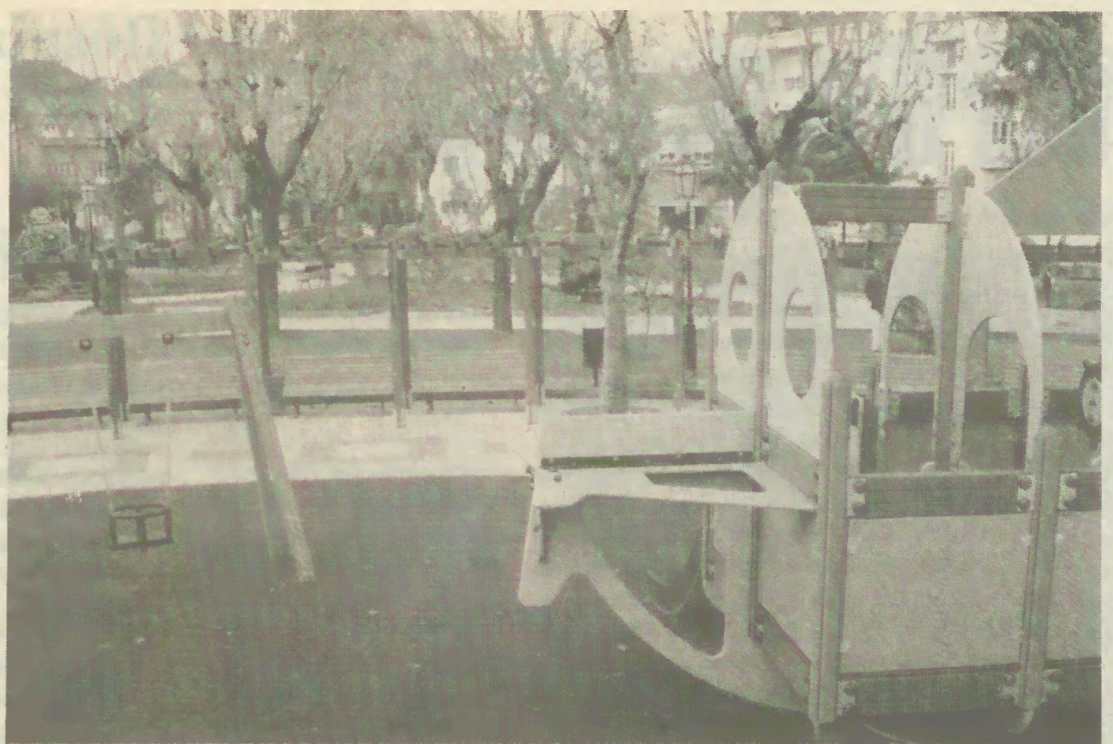
Desde a introdução do corredor «Bus» que a Calçada de Carriche tem registado monumentais engarrafamentos dificultando ainda mais o acesso a Lisboa de milhares de pessoas.

A CDU de Loures considera que a solução do problema compete à Administração Central e culpa o Governo PS por continuar a adiar a instalação de um transporte pesado de passageiros em ferro-carril que assegure a ligação entre Lisboa-Odivelas-Loures. Para a Coligação, «é chocante a atitude do PS» que na oposição se desdobrou em promesas e hoje no Governo não faz nada para a resolução deste problema.





Alargamento para três faixas e requalificação de toda a Lavradio



Arranjo e requalificação do Parque Catarina Eufémia, um dos ex libris da cidade



■ Henrique Custódio

# BARREIRO A tradição do progresso

Na boa tradição da CDU de prestar contas do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal do Barreiro proporcionou recentemente aos órgãos de Comunicação Social uma visita guiada às obras municipais em curso no Concelho, tendo por cicerone o próprio presidente da edilidade, Pedro Canário, acompanhado de outros autarcas. Foi uma jornada particularmente movimentada, dado que as actividades do Município barreirense decorrem em múltiplas frentes e têm em desenvolvimento intervenções diversas, fale-se de arruamentos ou saneamento básico, cultura ou perservação do património, infra-estruturas viárias ou espaços verdes, transportes ou desporto, requalificação urbana ou animação cultural. As fotos destas páginas falam por si e dão uma ideia da intensa actividade que fervilha por todo o Concelho do Barreiro, num trabalho que muitas vezes se realiza ao arpejo das indiferenças - quando não boicotes deliberados - do Poder Central, cuja política de subalternização das autarquias tem tido, para com o Barreiro, expressões de particular acinte, fale-se do escândalo dos Transportes Colectivos do Barreiro, inteiramente suportados pela autarquia sem as comparticipações que o Governo concede aos outros operadores públicos e privados, fale-se da recente recusa deste Governo do PS em incluir o Barreiro nos programas comunitários de recuperação de centros históricos, isto para citarmos apenas dois exemplos de duas políticas governamentais em relação ao Barreiro - do PSD e do PS - supostamente «diferentes»...

Entretanto, do planeamento estratégico e dos empreendimentos estruturais em curso no Concelho do Barreiro - nada menos que 14 - fala na peça ao lado o presidente do Município, Pedro Canário, em declarações ao nosso jornal, mostrando como o Barreiro rompe com energia e criatividade as dificuldades que sucessivas políticas de direita têm imposto ao Concelho, nomeadamente com a extinção de milhares de postos de trabalho provocada pelo desmantelamento do seu parque industrial. Com a força e o peso das realizações concretas, o governo da CDU na Câmara Municipal do Barreiro faz notoriamente jus à sua feliz consigna «Barreiro - a tradição do progresso».



Intervenção no Largo da Graça, no quadro da recuperação do Barreiro Velho

Arranjo e requalificação da bonita Avenida Bento Gonçalves, também conhecida como Avenida da Praia

Em baixo, uma das demolições de barracas no Barreiro. À direita, a entrega das chaves da nova casa a um dos antigos moradores dessas barracas, pela mão do presidente Pedro Canário, acompanhado pelo vereador das Obras e Serviços Urbanos (do PCP) e do vereador da Habitação e Assuntos Sociais (eleito pelo PSD)



Grande área de estacionamento no Alto do Seixalinho



Visita, com os jornalistas, ao moinho da Alburrica, propriedade da Câmara do Barreiro

## Pedro Canário «Acreditar não só no nosso passado como também no nosso futuro»

«De uma forma geral, o Barreiro está a conseguir reagir à crise provocada pela política desastrosa de liquidação da indústria no Concelho e iniciou, claramente, um novo ciclo de modernização», afirmou-nos Pedro Canário, presidente da Câmara Municipal do Barreiro, enunciando as estratégias e o trabalho realizado pela autarquia.

«O Barreiro continua a apostar na fixação de novas indústrias nas suas áreas vocacionadas para tal. Desenvolve um conjunto de equipamentos no campo cultural, na área do património construído, no sector desportivo, que garantirão aos seus cidadãos uma vida mais saudável e mais solidária, conforme à tradição deste Concelho», começou por nos dizer o presidente da edilidade barreirense, na conversa que com ele tivemos no quadro da visita às obras municipais efectuada na passada semana com os órgãos da Comunicação Social.

Por iniciativa da sua autarquia, o Barreiro tem qualquer coisa como 14 grandes projectos estruturantes em andamento, abrangendo as mais diversas áreas de intervenção. Pedro Canário resume-os com a facilidade de quem trata o trabalho por tu.

«Começando pelo Projecto de

Ensino Superior para o Barreiro - um projecto que a Câmara e a comunidade educativa estão a dinamizar -, a autarquia contratou uma equipa de especialistas liderada pelo Prof. Jorge Gaspar, a fim de ser apresentada ao Ministério da Educação uma proposta fundamentada para instalação do Ensino Superior no Barreiro, que pode assumir a forma de Universidade ou de Politécnico. Este Pólo Universitário é para ser instalado na Zona Industrial da Quimiparque» (a maior do País, recorde-se).

«Paralelamente temos o Projecto do Metropolitano para o Sul do Tejo, que ligará Almada, Seixal, Barreiro e Moita. Está-se em negociação com o Governo para o financiamento e a questão da entidade gestora do sistema. Os atrasos verificados neste projecto resultaram da decisão do novo ministro da tutela, João Cravinho, de ter querido reanalisar e reformular todo o processo», acrescentou Pedro Canário.

«Em construção está, entretanto, o Parque dos Casquilhos que, com os seus mais de 15 hectares, irá reforçar amplamente a estrutura verde do Concelho. O mesmo índice de realização se verifica com a recuperação do património, área de intervenção onde se está a concluir a recuperação do convento da Verderena (que abrigará um pólo da Biblioteca Municipal) e estão em curso os processos de aquisição de um moinho de maré (o chamado Moinho Pequeno, junto à Miguel Pais) e do Moinho Grande de Alburrica».

Ainda em matéria de parques, prevê-se para o próximo mandato o início da intervenção no Parque Ribeirinho do Rio Coia.

Contiguamente, «prosegue a renovação da cidade e da sua requalificação urbanística, de que são exemplos já realizados as intervenções no Parque Catarina Eufémia (um dos ex libris da cidade), a renovação do mobiliário urbano, o arranjo da Avenida da Praia ou das ruas do centro».

Nesta área, assinala-se também a Recuperação da Zona Antiga do Barreiro onde, «apesar da ausência dos apoios de programas comunitários que este Governo recusou ao Barreiro, está em curso um processo de recuperação em colaboração com os proprietários», sublinhou Pedro Canário.

Quanto à aquisição do Teatro-Estúdio Municipal, «encontra-se em fase final, faltando apenas o visto do Tribunal de Contas».

Mas as intervenções estruturantes no Barreiro são globais e não descaram nenhum aspecto da vida colectiva da cidade e do Concelho. Na área do saneamento as intervenções são igualmente profundas e estratégicas. Neste campo, Pedro Canário assinala dois empreendimentos fundamentais. Um deles é a ETAR Intermunicipal do Barreiro-Moita-Quimiparque, sistema estimado em 3,5 milhões de contos para o qual a Câmara do Barreiro já aprovou a minuta do Protocolo para a elaboração do Projecto base de execução, com o objectivo de se recuperar o atraso da decisão final, de forma a que a construção do sistema da ETAR esteja concluído na vigência do Quadro Comunitário de Apoio para 1999. «Trata-se de uma iniciativa para apresentar ao Ministério, tendo em vista que o Governo já anunciou a integração desta ETAR num conjunto de prioridades que entretanto divulgou».

O outro é o aterro sanitário, já concluído e a funcionar no Pinhal das Furnas, em Palmela. Foi construído em conjunto pela Associação de Municípios LIMARSUL, constituída pelo Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete e Palmela. «Com este aterro», diz-nos Pedro Canário, «temos o problema do tratamento dos resíduos sólidos resolvido de forma modelar em termos nacionais», acrescentando mais duas novidades nesta matéria: «Por um lado, vai ser incrementada a recolha selectiva e a reciclagem e, por outro, já

temos a funcionar um projecto-piloto de recolha e tratamento do lixo clínico, no âmbito do qual os serviços da Câmara já estão a recolher e a encaminhar para o destino final o lixo produzido em todas as clínicas e consultórios do Concelho».

Outro aspecto a que o Município barreirense está atento é o da redefinição do sector da construção civil, «dado que o Barreiro tem de novo assegurado o seu aumento populacional, com um crescimento garantido de 10% nos próximos três anos, o que, além do mais, irá beneficiar os agentes económicos locais», afirma o presidente da Câmara, acrescentando que «há por isso neste momento 3000 novos fogos com os respectivos alvarás em desenvolvimento».

Mas não se ficam por aqui, as preocupações do município com a habitação. «Continuamos a realojar pessoas no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), apontando-se para que até ao final deste ano o Barreiro não tenha uma única barraca no seu território, prevendo-se também na 2ª fase do PER (até ao ano 2005) o realojamento dos moradores dos pátios sem condições de habitabilidade».

Entretanto a Câmara «já efectuou o projecto de Plano de Pormenor do Barreiro Antigo, tendo recentemente deliberado iniciar o processo de discussão pública». E após referir que vai igualmente arrancar ainda este ano o novo mercado do Lavradio, Pedro Canário acrescentou que «todas estas intervenções estavam previstas no Plano Director Municipal o qual, nos seus três anos de existência, se tem revelado um instrumento decisivo na gestão estratégica do município».

Considerando que «o Barreiro não apenas mudou, como está em grande mudança», Pedro Canário concluiu afirmando que «a CDU mostrou ser capazes de dar respostas adequadas a muitos problemas que a sociedade de hoje - infelizmente conduzida pelo interesse dos grandes grupos económicos - levantou a este Concelho, sendo a sua aposta na juventude uma realidade que nos permite acreditar não só no nosso passado como também no nosso futuro».



## Timor na CPLP

A entrada de Timor-Leste como observador na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa será decidida em Julho, na reunião que decorrerá na Baía, no Brasil. Numa conferência de imprensa realizada na semana passada, Marcolino Moco, secretário executivo da organização, qualificou esta proposta portuguesa de «complexa» e adiantou que os Estados membros irão pronunciar-se depois das diferentes sensibilidades timorenses serem consultadas.

## Senado francês aprova lei Debré

A contestada lei Debré foi aprovada pelo Senado francês na quinta-feira, com 219 votos a favor e 96 contra. O projecto do ministro do Interior tem ainda de passar por uma comissão conjunta, que remeterá as conclusões para a Assembleia Nacional e para o Senado para a sua aprovação definitiva. Esta lei, alvo de várias manifestações desfavoráveis da população e de inúmeras personalidades francesas, reforça as restrições à entrada de imigrantes em França. A aprovação da nova legislação constituiu uma grande vitória da extrema-direita.

## Contestação na República Checa

Enquanto o governo se prepara para limitar o direito à greve através de novas leis, cada vez mais trabalhadores checos prevêm novas acções grevistas como forma reivindicativa. Depois da greve de cinco dias levada a cabo em Fevereiro, os funcionários dos transportes públicos e caminhos-de-ferro preparam-se para uma nova jornada exigindo uma política nacional de transporte. Por seu lado, os trabalhadores reivindicam aumentos salariais, estando programada uma manifestação nacional em Praga, em Abril, seguida de nova greve.

## Escravidura no Sudão

A escravidura de mulheres e crianças pertencentes a minorias raciais, étnicas e religiosas continua a ser uma prática corrente no sul do Sudão. De acordo com a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, «os raptos, a escravidura e práticas análogas são da responsabilidade de pessoas que agem sob a autoridade do governo sudanês e com a sua aprovação tácita». Apesar das promessas,

# Protestos em Bruxelas A Europa dos trabalhadores

As ruas de Bruxelas foram invadidas por cem mil pessoas, no domingo, manifestando-se contra o desemprego e a insegurança no trabalho nos países da UE. A Europa Social é o objectivo destes trabalhadores, que ilustram as suas reivindicações com o caso dos 3100 empregados da Renault belga que estão prestes a perder os seus postos de trabalho.

Belgas, franceses, espanhóis, alemães, holandeses, austríacos, italianos e portugueses participaram na marcha, acompanhados por sindicalistas checos, polacos, romenos e húngaros. Tratava-se de uma iniciativa não de âmbito nacional, mas europeu.

O liberalismo e as políticas de contenção económica são o principal alvo da contestação. As exigências passam pelo fim do trabalho precário, da desregulamentação, da flexibilidade, bem como a redução do horário de trabalho. Um futuro assegurado tanto para os jovens como para os adultos é o direito último reclamado.

«Exigimos da Europa uma política social de desenvolvimento e não de desmantelamento; uma Europa dos cidadãos, e não uma Europa do dinheiro», lê-se no apelo comum da Federação Geral dos Trabalhadores da Bélgica (FGTB) e da Confederação dos Sindicatos Cristãos (CSC).

Robert Hue, secretário-geral do PC francês, que também

se juntou à manifestação, referiu-se ao «funeral da Europa de Maastricht». «Assistimos a um primeiro movimento solidário para a Europa social. Os trabalhadores começam a opor-se à Europa do capital, à Europa ultraliberal, aquela em que muita gente acreditou antes de ver no que se transformaria. É necessária uma

Europa diferente. Esta manifestação é um primeiro passo nesse sentido. É um grande encorajamento, um elemento de dinâmica unitária para uma política mais justa. É também um grande grito de cólera», acrescentou.

As palavras de ordem eram cantadas, gritadas e escritas. «Não à Europa do capitalismo» com um C ou um K conforme as línguas de origem dos manifestantes, mas sim «a Europa do emprego» ou «a Europa da solidariedade, da solidaritè, da solidaridad, da solidaritet ou da solidarity». As bandeiras vermelhas e verdes estavam lá para o provar.

«A Europa social, sim, é o que precisamos. Mas antes de mais é necessário a Bélgica social, a França social, a Grã-Bretanha social, a Alemanha social... Há algo que nasce, que se expande pelas fronteiras, porque o nosso inimigo é o mesmo: o capitalismo. Este é um combate formidável, embora duro, mas nós estamos habituados», afirmou Roberto D'Orazio, sindicalista italiano, ao Humanité, o diário do PCF.

A luta prossegue diariamente em todos os Estados membros da UE não apenas nas ruas, mas nos locais de trabalho, nos sindicatos, junto ao patronato e aos governos.



Belgas, franceses, italianos, portugueses juntos pela justiça social

## Albânia À beira do caos

O «restabelecimento da paz e da ordem na Albânia» continuava esta semana a parecer tema de ficção científica. Enquanto o Conselho de Segurança da ONU pedia aos responsáveis (?) albaneses para cooperarem com a missão da União Europeia encarregada de avaliar as necessidades do país para sair da crise em que se encontra, na prática tudo demonstra que ninguém representa ninguém e que o Poder caiu de facto na rua.

O Conselho de Segurança esteve reunido no início da semana para analisar a situação na Albânia, mas a complexidade da situação não permitiu que os 15 membros do conselho fossem além da manifestação do seu apoio «a todos os esforços diplomáticos» com vista a uma solução pacífica, em especial da missão europeia, recebida segunda-feira em Tirana, pelo contestado presidente Sali Berisha.

O envio de uma força internacional para a Albânia, que chegou a ser sugerida pela União Europeia, está fora de causa. Nem outra coisa seria de esperar, dado que o caos reinante no país não permite sequer identificar um «inimigo» ou tão-pouco quais os interlocutores «válidos». Aparentemente, o único consenso criado respeita à necessidade de afastamento de Sali Berisha, que o próprio recusa, enquanto todas as «negociações» em curso não revelam ter qualquer impacto junto da população sublevada.

Nem a recente libertação do líder socialista albanês e ex-primeiro-ministro, Fatos Nano, condenado pelo Governo de Berisha em 1991 a onze anos de prisão, contribuiu para alterar a situação.

Nano considera que Berisha tem o dever moral de se demitir, respondendo dessa forma «às reivindicações da maioria dos albaneses e, agora, da maioria da comunidade internacional».

Contra Berisha estão também os rebeldes do Sul da Albânia, que segunda-feira lançaram um ultimato ao Presidente, ameaçando marchar sobre Tirana se ele não se demitir até hoje, quinta-feira. O anúncio foi feito pela rádio ateniense Skai.

Segundo a emissora grega, citada pela Lusa, os rebeldes, reunidos em Balci, declararam a sua «determinação em marchar armados sobre Tirana caso Berisha se mantenha no poder após o dia 20 de Março», e apelaram ao novo Primeiro-Ministro, Bashkim Fino, para não cooperar com Berisha, sob pena de também ele perder a confiança dos revoltosos.

Bashkim Fino é membro do Partido Socialista e foi nomeado chefe de um Governo de «reconciliação nacional» encarregado de governar a Albânia até às eleições legislativas antecipadas.

Os rebeldes garantem que «se Berisha continuar até às eleições», previstas o mais tardar para Junho, «não entregarão as armas roubadas dos quartéis antes das legislativas».

Enquanto isso, milhares de albaneses estão a fugir para a Itália. Segundo dados fornecidos pelo comando geral das capitânias italianas, na segunda-feira, mais de 5.600 albaneses desembarcaram em Itália desde 13 de Março, e o êxodo continua.



Pilhagens em Tirana

## Bósnia O país mais pobre do mundo

Actualmente a Bósnia-Herzegovina é o Estado mais pobre do mundo. De acordo com os economistas, serão necessárias várias décadas para que o produto social deste país suba dos 200-300 dólares per capita para os dois mil dólares da época anterior à guerra civil.

A situação económica, considerada catastrófica, é agravada com uma altíssima taxa de desemprego e de pobreza. Mais de 600 mil pessoas não têm emprego, e o mesmo número de indivíduos encontra-se em situações socialmente precárias e depende de ajuda humanitária. Os especialistas afirmam que são necessários 60 milhões de marcos alemães por mês para suportar a população desfavorecida, mas ninguém é capaz de apontar uma fonte de rendimento para tal capital. A grave situação financeira da federação é ilustrada por outros exemplos, como o número de pensionistas (200 mil), veteranos de guerra inválidos (70 mil) e desmobilizados (240 mil).

As consequências da guerra não se notam apenas na economia. Cerca de três milhões de minas permanecem no solo bósnio. Granadas de artilharia e bombas em igual número nunca foram destruídas.

As estimativas apontam para 30 anos de trabalho e 200 milhões de dólares para que os terrenos do país sejam limpos de todas os mecanismos bélicos. Até agora apenas 544 minas foram desmontadas, mas 570 mil metros quadrados de terra foram examinados e assinalados.

A situação dos refugiados é outra questão preocupante. A Comissão das Nações Unidas responsável pelos deslocados afirmou recentemente que os 600 mil refugiados que se encontram na República Federal da Jugoslávia possuem todos os direitos civis, exceptos os políticos, e que os seus direitos são cumpridos na prática.

Na Croácia, contudo, a realidade é bem diferente. Dos mais de 560 mil sérvios que viviam no território croata antes do início do conflito, apenas lá permanecem entre 100 a 130 mil. Estes sérvios vêem os seus direitos violados diariamente, como foi confirmado no início do mês por Elisabeth Rehn, relatora especial da ONU para os Direitos Humanos no território da antiga Jugoslávia.

Kofi Annan, secretário-geral daquela organização, criticou fortemente as autoridades croatas pela situação dos sérvios no seu território, que, por exemplo, vêm negado o acesso às suas propriedades.



# O renascer da esperança em El Salvador

Os resultados oficiais das eleições em El Salvador só serão conhecidos nos próximos dias, mas a vitória da Farabundo Martí de Libertação Nacional é um dado adquirido que faz renascer a esperança no mais pequeno país da América Central.

Os salvadorenos escolheram domingo um novo Parlamento e governos regionais e autárquicos, nas segundas eleições pós-guerra civil, que terminou em 1992. Ao escrutínio apresentaram-se três mil candidatos de 12 partidos, mas, como se esperava, as atenções dos cerca de três milhões de eleitores (num total de 5,7 milhões de habitantes) centraram-se na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e na Aliança Republicana Nacionalista (Arena).

Durante toda a campanha, a Arena (direita no poder) prometeu consolidar a propriedade privada, combater a delinquência - propôs o estabelecimento da pena de morte - e prosseguir a modernização do Estado com as privatizações de sectores como as telecomunicações e outros serviços públicos.

Sob a palavra de ordem «Nós somos a mudança», a FMLN prometeu pelo contrário pôr termo às privatizações, travar o aumento dos preços e reduzir os impostos.

A Arena, desesperada pela sua crescente perda de influência, procurou até ao último minuto condicionar o eleitorado, chegando mesmo a agitar o fantasma da guerra civil, que entre 1980 e 1992 provocou mais de 75 mil mortos. Ao

mesmo tempo, o Presidente da República, Armando Calderon, desdobrou-se na inauguração de pontes, estradas e centros de lazer.

Desta vez, o eleitorado não se deixou enganar. Os resultados reflectem sem margem para dúvidas o desejo popular de pôr termo ao autoritarismo e de avançar pelo caminho do progresso proposto pela FMLN. A experiência governativa da Arena, que através de uma coligação de forças minoritárias de direita conseguiu controlar o Parlamento e fazer aprovar todas as suas políticas, não deixa saudades.

O mesmo se pode dizer da gestão autárquica.

El Salvador, o país mais pequeno da América Central com 21.393 quilómetros quadrados de superfície, conheceu em 1996 uma redução do crescimento económico de 5,3 para 3 por cento, inflação de 8 por cento e um produto interno bruto por habitante de 1.748 dólares.

O presidente salvadorenho apresentou entretanto, numa mensagem à nação, propostas de alteração à lei eleitoral com o objectivo de melhorar as condições de votação e evitar a alta abstenção, como ocorreu domingo.



Com a vitória da FMLN em El Salvador, o futuro pode sair das trincheiras

Também os observadores internacionais convidados pela FMLN para fiscalizarem as eleições subscreveram um documento em que recomendam alterações à lei eleitoral salvadorenha.

Após considerarem positivas as eleições, os representantes de partidos políticos e organizações não-governamentais da América

Latina e Europa disseram que as deficiências do sistema eleitoral podem ser «facilmente superáveis». A convite da FMLN, como observador das eleições, esteve em El Salvador o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, em representação do PCP, cuja crónica se publica em separado.

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou «calo-

rosas felicitações» à FMLN, afirmando que a sua vitória «testemunha o grande prestígio e influência do vosso partido e a vontade de mudança do povo salvadorenho, cuja heróica luta libertadora conquistou a admiração e a simpatia das forças democráticas e progressistas de todo o mundo».

## Vitória da FMLN

A leitura de versículos da Bíblia pelo alcaide de San Salvador, acompanhada de apelos a Deus, reflecte a atmosfera de desespero que envolveu a derrota da direita nas eleições legislativas e municipais de domingo na mais pequena República da América Central.

Os resultados definitivos somente serão conhecidos nos próximos dias. Mas desde já se pode afirmar que, a partir de agora, nada será igual num país que tem sido cenário de acontecimentos de significado mundial e efervescente laboratório de ideias para toda a América Latina.

A Arena não somente perdeu as Câmaras da capital e das principais cidades como foi pelo voto popular colocada numa situação que põe termo ao seu governo autoritário de fachada democrática.

Não obstante incontáveis irregularidades e alguns incidentes, a jornada transcorreu em ambiente de normalidades na opinião do milhar de observadores internacionais que se deslocou a El Salvador. A campanha não foi, porém, pacífica. O Partido da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional - nascido da fusão das organizações da antiga Frente - informou que nas últimas semanas quatro dos seus militantes foram assassinados e dez feridos com gravidade. A Arena não só utilizou como quis o aparelho e os recursos do Estado, como violou permanentemente e de maneira ostensiva a lei eleitoral.

O apoio dos *media* ao partido do governo atingiu níveis inimagináveis na

Europa. Entretanto, habituado durante anos à política dos Esquadrões da Morte - criados pelo major D'Aubuisson, organizado do assassino do arcebispo Romero e um dos principais fundadores da Arena - o FMLN considera que, apesar de tudo, houve progressos na cobertura mediática da campanha.

Contrariamente ao que se poderia supor, o voto não foi de modo geral ideológico. O FMLN desenvolveu a sua campanha em torno de cinco temas básicos: o custo de vida, o ambiente, a corrupção, o emprego e a delinquência.

A Arena desacreditou-se completamente perante o povo ao governar imperialmente, como se não existisse oposição. A sua política contribuiu para aprofundar o abismo existente entre uma pequena minoria de privilegiados - seis famílias são donas do país - e uma massa de párias que vegeta em condições de extrema pobreza (59%).

A enorme abstenção verificada

(cerca de 60%) foi uma das formas de penalização encontradas pelo eleitorado para castigar a direita. Dos 40 deputados que tinha, num Parlamento de 84 cadeiras, a Arena deve ter perdido uma dezena. O FMLN, que elegera 21 em 1994, mas perdera 14 após uma manobra articulada pela direita, disporá agora de uma bancada de três dezenas. Segundo os dados até hoje divulgados, a sua votação excedia levemente a da Arena. O partido dos dissidentes, intitulado Democrático, foi ignorado pelos eleitores. O equilíbrio de forças na nova Assembleia torna, aliás, prematuras quaisquer previsões sobre o tipo de governo que dela poderá sair. As alianças com os pequenos partidos serão determinantes.

As primeiras declarações do Coordenador Geral do FMLN, Salvador Sanchez Cerén (o famoso comandante Leonel Gonzalez da guerrilha), foram extremamente cautelosas. Pôs toda a ênfase no avanço da democracia e procurou tranquilizar os empresários, manifestando o desejo de trabalhar com eles em boa harmonia. «Não temos cartas ocultas - disse - e acreditamos na democracia. Não pensamos no passado, não somos revanchistas.»

O discurso político do FMLN durante a campanha surpreendeu, aliás, os observadores estrangeiros pela sua moderação. Poucos desses visitantes se aperceberam, entretanto, da dramática

situação em que se encontra o país após vinte anos de guerra e de desmandos de uma direita com mentalidade feudal.

El Salvador ostenta hoje o recorde mundial de violência (22 assassinatos diários numa população de 6 milhões). A capital é a cidade mais poluída da América. O país importa 60% do que consome, vivendo parasitariamente das remessas dos emigrantes, que excedem as exportações. A vida é tão cara como em Lisboa, mas o salário mínimo equivale a uns 20 contos.

Ao visitar como observador internacional, pelo PCP, a cidade satélite de Soyopango - uma gigantesca favela de 300 000 habitantes, concluí que o Soweto da África do Sul, comparado com ela, é um bairro de luxo.

A grande vitória política alcançada pelo FMLN não deve, portanto, gerar ilusões. Os desafios que o Partido tem pela frente são colossais.

Estas eleições em El Salvador vieram, entretanto, confirmar a falsidade das teorias neoliberais sobre o fim da história. Carregam uma mensagem de esperança para todo o Terceiro Mundo. Um movimento revolucionário com uma tradição de luta heróica conseguiu transformar uma guerrilha invencível e de prestígio quase lendário num partido político que acaba de infligir uma derrota surpreendente a uma das engrenagens político-económicas mais reaccionárias do Continente americano.

o executivo muçulmano continua a ignorar estes acontecimentos. Gaspar Biro, relator especial sobre o Sudão, referiu também a legislação aprovada em Outubro que prevê a separação entre homens e mulheres por uma cortina nas reuniões públicas, teatros e cinemas. Esta lei proíbe igualmente os homens de caminharem sem motivo válido nas ruas que conduzem às escolas femininas ou locais de reunião de mulheres.

## Faltam 21 deputados da UNITA

Mais uma vez a UNITA não cumpriu a sua palavra. Dos 70 deputados eleitos nas legislativas de 1992, apenas 49 chegaram à capital angolana. Nas palavras do chefe da delegação da UNITA, Isaias Samakuva, os restantes 21 não compareceram em Luanda por «questões administrativas». Alioune Bloudin Beye, representante especial da ONU em Angola, afirmou entretanto que ainda não possui a lista exacta nem dos deputados nem dos quadros indigitados para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. Kofi Annan, secretário-geral da organização, chega amanhã a Angola. Um dos objectivos da sua viagem é a confirmação da aplicação do princípio de unidade, através da formação do novo governo.

## Eleições em Maio na Grã-Bretanha

Segundo várias sondagens, o Partido Trabalhista irá vencer as eleições legislativas na Grã-Bretanha, marcadas para dia 1 de Maio. As últimas consultas de opinião publicadas apontam para uma vitória do partido de Tony Blair com mais de 50 por cento dos votos, contra 25 por cento do Partido Conservador. Avizinha-se uma campanha eleitoral dura e comprida de mais de 40 dias.

## Novo governo russo

Depois de demitir todos os elementos do executivo exceptuando o primeiro-ministro, Boris Ieltsin nomeou os novos membros do governo russo, colocando os liberais Anatolis Tchumbais e Boris Nemtsov no cargo de vice-primeiros-ministros. Os novos membros já prometeram «tornar as reformas económicas mais enérgicas», ou seja, prosseguir com o plano das privatizações de todos os sectores económicos e sociais.



■ **Fernanda Mateus**  
Membro da Comissão  
Política

## Direitos das Mulheres

# O consenso aparente

**O**s debates na Assembleia da República sobre aspectos da problemática feminina, as comemorações do 8 de Março e as campanhas eleitorais tornaram-se momentos excepcionalmente propícios a que todos os partidos se afirmem defensores dos direitos das mulheres, num aparente consenso que poderá criar a ilusão de que não faltam aliados à “causa das mulheres”.

É, no entanto, uma perigosa armadilha que visa diminuir a indignação e o protesto organizado de vastos sectores femininos e abrandar o combate ideológico e a acção política contra as causas e os responsáveis pela crescente distância que separa o carácter inovador e progressista das leis que consagram a igualdade e as condições objectivas para o seu exercício no quotidiano.

Este arditoso consenso nas “questões femininas” interessa aos protagonistas da política de direita e visa branquear a sua política, no passado realizada pelo PSD e actualmente em curso pelo PS. Política responsável pelo agravamento das condições de vida e de trabalho dos portugueses, o melhor “adubo” para fertilizar as discriminações sexistas e alimentar a violência física e psicológica sobre as mulheres no trabalho, na família e na sociedade. É um sério e difícil obstáculo a uma inovadora e ampla transformação das mentalidades na relação homem-mulher na esfera privada e pública.

Não há coerência entre as “declarações de boas intenções” destes partidos sobre os direitos das mulheres e as suas práticas políticas, que os afirmem como promotores da igualdade de oportunidades e de tratamento para as mulheres. Nem tão-pouco o CDS-PP consegue credibilizar as suas piedosas declarações sobre os problemas femininos, apresentados, agora, com nova e sofisticada linguagem para esconder as suas concepções retrógradas.

É uma “oportuna” adequação aos novos tempos, gerados com Abril de 1974 que permitiu não só a consagração legal do direito à igualdade, como propiciou a participação, afirmação e visibilidade feminina, em vários domínios da sociedade.

As mulheres assumem, indiscutivelmente, um peso significativo na vida activa: são operárias, trabalhadoras, demonstram as suas capacidades em velhas e novas profissões. Muitas estudam e algumas chegam às universidades e são a maioria dos licenciados. Mulheres que granjeiam notoriedade no mundo da cultura e do desporto. São visíveis ainda nos órgãos de poder central e local.

### Medos

É neste contexto que estes partidos se apressam a proclamar o apoio aos direitos das mulheres, pois têm medo da sua luta organizada e do papel que esta pode desempenhar na denúncia, no combate e mobilização de vastos sectores femininos contra eles - partidos, cujas políticas são responsáveis pelo agravamento das discriminações das mulheres e pela violação sistemática dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais.

Luta organizada das mulheres, com expressão no movimento das mulheres, designadamente no MDM - “farol” de alerta e consciencialização de mulheres, de combate à passividade e resignação e de estímulo a uma intervenção viva e criadora pela afirmação dos seus direitos.

Luta organizada das mulheres com expressão na CGTP-IN e na sua incansável intervenção pelo direito ao trabalho com direitos para os trabalhadores.

Importante significado assume a luta dos trabalhadores têxteis, vestuário e calçado na sua grande maioria mulheres, operárias, sujeitas a uma exploração brutal da sua mão-de-obra, com fortíssima repressão no interior das empresas, mas que se rebelam e lutam ao longo de 4 meses contra a retirada das pausas do seu horário de trabalho e exigem: 40 horas, sim: vigarice, não.

Os protagonistas da política de direita em Portugal têm medo porque sabem, que quanto maior e mais ampla for a luta organi-

zada das mulheres em defesa dos seus direitos específicos, melhores condições existem para fazer frente à sua política. Receando-a, tudo fazem para a minimizar e reduzir os laços de solidariedade, de cooperação e convergência na acção de todos os que lutam por mudanças qualitativas nas suas vidas.

### Um valor de esquerda

O PCP tem tomado a iniciativa de levar à Assembleia da República os problemas reais das mulheres e de propor projectos-lei que visam o aprofundamento dos direitos das mulheres e de promover a responsabilização do Estado pela sua prossecução.

Assim tem sido designadamente com as medidas de protecção da maternidade, como função social, de defesa da maternidade-paternidade consciente, de incremento e generalização da educação sexual e do planeamento familiar, de

**A igualdade de direitos para as mulheres é um valor de esquerda. Só uma política de esquerda está em condições de a protagonizar e de lhe dar êxito.**



garantia de igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego, de diminuição da idade da reforma para as mulheres de redução do horário de horas para 40 horas e recentemente retomando a iniciativa relativamente à problemática do aborto.

O PCP retomou a iniciativa de propor o debate e aprovação de legislação para enfrentar o aborto clandestino, um flagelo social e de saúde pública, tendo sido secundado com um projecto-lei subscrito por 54 deputados socialistas. A importância deste problema levou o PCP a escolher esta problemática, para um, dos dois únicos debates em plenário, que tem possibilidade de decidir o agendamento.

A lei de protecção à mulher vítima de violência (lei 61/91), aprovada por unanimidade na Assembleia da República em 1991, resultou de um Projecto-Lei do PCP, continuando, por regulamentar por responsabilidade dos vários governos.

O Projecto-Lei de garantia dos direitos das Associações de mulheres, que consagra o seu estatuto de parceiro social, com tempo de antena — iniciativa do PCP. Foi finalmente aprovado na especialidade, a 6 de Março de 1997, na Assembleia da República, após um longo período em análise em várias comissões.

A igualdade de direitos para as mulheres é um valor de esquerda. Só uma política de esquerda está em condições de a protagonizar e de lhe dar êxito.

Só uma política de esquerda e com o PCP se poderá dar êxito a uma efectiva uma efectiva igualdade de direitos, para grande maioria das mulheres corporizando a sua luta emancipadora.

### Uma mão cheia de nada...

O Governo aprovou na sua reunião de Conselho de Ministros, de 6 de Março um “Plano Global para a Igualdade de Oportunidades”, que segundo enunciam se destina “a aplanar nos vários sectores da vida nacional, as diferenças de tratamento que afectam as mulheres portuguesas”, entendendo que

“a aprovação de legislação não é bastante para estabelecer uma efectiva igualdade”. Estamos de acordo com esta constatação!

Quando analisadas as medidas enunciadas neste plano que afirma ser “global”, não se vislumbra, contudo, como é que o Governo vai intervir para fazer cumprir a lei que consagra a igualdade das mulheres.

Entendamo-nos! Não se concretiza um Plano Global para a Igualdade das Mulheres, sem atacar as causas que provocam o aumento do desemprego, das injustiças sociais, da pobreza e da exclusão social.

Não se concretiza a igualdade de direitos para as mulheres continuando o Governo a promover a privatização de empresas públicas, o aumento do desemprego, a apoiar a precariedade dos vínculos laborais, o aumento de ritmos de trabalho e o clima de repressão nas empresas, flagelos com enorme expressão em sectores, e em empresas, cuja mão-de-obra feminina é predominante.

A contenção salarial, o aumento dos preços dos produtos e bens essenciais, a manutenção de pensões e reformas muito baixas degradam a qualidade de vida de vastas camadas femininas.

A manutenção de enormes assimetrias regionais, com ausência de investimentos públicos capazes de promover uma maior eficácia dos sistemas públicos de saúde, do ensino, da segurança social traduzem-se numa pesada factura para milhares de mulheres.

É indispensável uma clara e inequívoca responsabilização do Governo na garantia de autodeterminação económica das mulheres, na valorização da sua mão-de-obra, com dignificação do seu estatuto profissional e salarial, na efectivação do seu direito a compatibilizar o emprego, com a maternidade, no que ela tem de biológico e no acompanhamento devido aos filhos pelo pai e pela mãe..

Do mesmo modo que o Governo tem de assumir o compromisso de elevar o poder de compra e da qualidade de vida da larga maioria das mulheres, designadamente das camadas mais desfavorecidas como condição indispensável para que estas tenham igualdade de oportunidades e de participação na vida política, social, cultural e desportiva do País.

Com este Plano, o Governo PS pretende ainda fazer esquecer a sua responsabilidade pela não diminuição da idade da reforma para as mulheres dos 65 para os 62 anos, pela vigarice na aplicação da lei de redução do horário de trabalho para 40 horas e pela posição assumida pelo Engenheiro Guterres sobre o problema do aborto clandestino.

O Engenheiro Guterres ao declarar-se contra os projectos-lei em debate na Assembleia da República, a 20 de Fevereiro, assumiu a responsabilidade pela rejeição do projecto do PCP e do que foi subscrito por 54 deputados do PS, que visavam enfrentar o aborto clandestino com flagelo social e de saúde pública. Mostrou uma confrangedora insensibilidade para o drama de milhares de mulheres.

O Plano governamental para a igualdade aponta entretanto a acções de protecção às mulheres vítimas de violência doméstica, a criação de centros de apoio para atendimento, abrigo e protecção.

Não se entende, porém, a ausência de referência à necessária regulamentação da lei 61/91, de protecção às vítimas de violência. Será que o Governo pretende guardar esta lei, na gaveta, por não desejar disponibilizar meios financeiros para apetrechar as esquadras, com postos de atendimento e a criação de casas de abrigo, entre outros aspectos?

Por tudo isto poderemos legitimamente concluir que este plano apresentado nas vésperas do 8 de Março - dia marcado para a realização de uma manifestação de mulheres - pretende, afinal, fazer esquecer a ausência de políticas claras e coerentes pela promoção da igualdade para a larga maioria das mulheres.

As mulheres começam a estar cansadas de “declarações de boas intenções”, que apenas pretendem “adormecer” as consciências... E a manifestação de mulheres, a 8 de Março foi um bom aviso!!!

São muitas, grandes e pequenas lutas que vão crescendo e em que as mulheres tomam a palavra e exigem o cumprimento da suas reivindicações.



# Em louvor da precarização...

T R I B U N A

**O** trabalho de investigação de um grupo de sociólogos do Ministério da Qualificação e Emprego veio recentemente confirmar aquilo que o PCP e o movimento sindical há muito vêm afirmando: que uma grande parte dos empregos constitui trabalho precário e que a «flexibilidade» nas relações laborais é hoje quase uma regra imposta pelas entidades patronais com a cumplicidade activa do Governo.



■ Lino de Carvalho

46% dos trabalhadores – cerca de 2 milhões de empregos – estão numa situação «atípica», isto é, não têm um emprego permanente, estando sujeitos a formas de trabalho precário. 1,2 milhão de trabalhadores não tinham segurança social em 1996. 180 mil reformados continuam a trabalhar. Estimativas que pecam por defeito com dados que se agravam ano após ano. O peso dos trabalhadores por conta de outrem com «contrato não permanente» passou de 11,2% no 3º trimestre de 1995 para 12,9% em 1996, isto é, num ano subiu de 472 mil para 550 mil trabalhadores. Mais 16,5%. Em contraste, tem permanentemente diminuído o número de trabalhadores com «contrato permanente». Como consequência da crescente multiplicação do trabalho precário e do desemprego de longa duração (mais de metade dos desempregados estão nessa situação há 1 ano ou mais), cerca de 65% dos desempregados não têm qualquer tipo de subsídio, o que nos conduz directamente a um quadro de pobreza e de exclusão social.

Face a dados que atestam uma situação socialmente intolerável, esperar-se-ia de

um Governo do PS, no mínimo, preocupação e adopção de medidas de combate à crescente precarização e desregulamentação das relações de trabalho. Mas não. Numa reacção que faria inveja à Sra. Thatcher, o Eng. António Guterres veio dizer que a precariedade de emprego em Portugal é um fenómeno natural. Nem mais. De uma penada, o Primeiro-Ministro de um Governo Socialista deita por terra a legítima ideia (contida, aliás, no Programa Eleitoral do PS) de que os avanços civilizacionais e tecnológicos devem ser colocados ao serviço da Humanidade, proporcionando uma melhor qualidade de vida e nela se integrando a criação de «mais e melhor emprego» e o «combate ao abuso do trabalho precário e temporário».

Mas provavelmente sou eu que não tenho razão ao citar as páginas II-5, II-8 e III-45 do Programa Eleitoral do PS em vez de citar a página II-48, nitidamente da preferência do Engenheiro, onde se fala na necessidade de influenciar o funcionamento do mercado de trabalho através da «mobilidade e flexibilidade profissional». Enfim, páginas para todos os gostos. Só que, ao contrário do que afirma e pratica o PS e os ideólogos do sistema, a ausência ou redução de garantias para quem trabalha – porque é disto que se trata quando se fala em precariedade, mobilidade e/ou flexibilidade – não é uma consequência inerente ao desenvolvimento tecnológico e à globalização das economias. É, sim, uma consequência inerente à economia mundial capitalista.

A verdade é que a mundialização do modo de produção capitalista (acentuada e acelerada após o desmembramento dos países que afirmavam construir o socialismo), a concorrência entre si dos grandes blocos económicos e financeiros pela conquista e partilha dos mercados – nas chamadas economias emergentes mas não só – a procura a qualquer preço de mais elevadas taxas de lucro é feita à custa do factor trabalho e de uma brutal regressão social, pondo em causa direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores. Neste quadro, a moeda única é um instrumento ao serviço deste processo. Com ela vai acelerar-se, por exemplo, o processo de deslocalização de empresas para países ou regiões que lhes ofereçam um preço de força

de trabalho – o salário – mais barato, com menos garantias sociais, com menor custos ao nível da protecção social, com menor capacidade reivindicativa.

Vão crescer os apelos a políticas ditas de moderação salarial e de aumento da flexibilidade, da desregulamentação das relações de trabalho e de mobilidade dos trabalhadores a par com a aceleração e aprofundamento das privatizações. As empresas, designadamente as grandes transnacionais, exigirão cada vez mais o desenvolvimento de formas precárias de trabalho, sem garantias, que lhes permitam deslocalizar-se de país para país, sem ter o «fardo» dos trabalhadores para resolver.

É isto que se tem vindo a passar, designadamente a partir de meados da década de 80 e que, no quadro da União Europeia, se vai acentuar, com a criação da moeda única.

## O paradigma britânico

O que se passa no Reino Unido (e que a edição de Fevereiro do Le Monde Diplomatique bem retrata), imposto durante o consulado ultraliberal do Governo conservador de Margaret Thatcher, é já o paradigma disto: não há restrições aos contratos a prazo e o número de contratos sucessivos concluídos com o mesmo trabalhador pode ser ilimitado; não há limitação legal à duração semanal de trabalho nem obrigação de um mínimo de férias anuais: os períodos experimentais podem ir até dois anos; prazos de pré-aviso para despedimento muito curtos; 22% da população activa a trabalhar mais de 48 horas, etc.

Tudo em nome da «competitividade» e do «desenvolvimento tecnológico». É este «sucesso» contra o emprego que leva já a movimentos de deslocalização de sentido contrário ao que se vinha constatando. Agora são já grupos japoneses e coreanos, por exemplo, que se transferem para o Reino Unido atraídos pela política de baixos salários, e de desregulamentação social e generosos apoios ao investimento estrangeiro.

A Hyundai Electronics – com a transferência da Coreia do Sul para a Escócia de um centro de produção de microprocessadores – é um exemplo. Como as políticas de gestão da British Airways privatizada (e actualmente possuída a 40% por investidores institucionais americanos) são outro exemplo: metade dos seus efectivos foram eliminados em cinco anos e recruta pilotos da Europa de Leste para obrigar a fazer baixar os salários do seu próprio pessoal de voo enquanto, entretanto, transfere para a Índia o seu sector de contabilidade despedindo 5000 trabalhadores no Reino Unido. Um aviso quando se fala na privatização da TAP e já se vai dizendo que os pilotos da Transportadora Aérea Portuguesa são dos mais bem pagos do mundo...

Só que o resultado de tudo isto é que o desemprego não desceu e, como assinala a própria OCDE, a «desigualdade dos rendimentos agravou-se». O número de britânicos que vivem na pobreza passou de 5 milhões para 13,7 milhões de pobres; o número de crianças vivendo da assistência social passou de 7% em 1979 para 26% em 1994, enquanto o número de milionários duplicou.

Entretanto, o efeito de ricochete destas políticas de desregulamentação e de precarização das relações de trabalho levam a que nos próprios «tigres asiáticos» se acentuem as pressões para uma mão-de-obra ainda mais flexível, como aconteceu recentemente na própria Coreia do Sul e que um pouco por todos os cantos da economia capitalista se intensifiquem as deslocalizações de empresas sempre à procura de melhores paraísos de mão-de-obra barata, precária e flexível e de benesses fiscais em nome do sacrossanto aumento da mais-valia e da taxa de lucro, recoberto com o manto diáfano de palavras como «competitividade», «modernização», «mundialização», etc.

## De um lado para o outro

Os exemplos são mais que muitos. Foi em Portugal a Seagate que se transferiu para um dos países asiáticos. É a Renault que, enquanto tal, sai de Setúbal e agora da Bélgica com a perspectiva de se reinstalar em Espanha com o recurso a financiamentos comunitários. São as fábricas da Maquiladora, dos EUA, que se transferiram para o lado mexicano da fronteira americana e em que mais de meio milhão de produtores de rotina, em condições de trabalho inenarráveis, montam componentes a serem reenviados para os EUA. Ou o caso da AT&T (multinacional das telecomunicações) que nos finais da década de 70 transferiu para Singapura a montagem de telefones devido ao preço da mão-de-obra. Mas que, entretanto, já se transferiu de Singapura para a Tailândia, porque descobriu que, neste último país, os custos salariais ainda eram mais baratos.

É este modelo de regressão social e de retorno ao princípio do século que o Secretário-Geral do PS e Primeiro-Ministro interpreta como um «fenómeno natural» e que leva o Governo socialista, em Portugal, a adoptar políticas antilaborais em nome da criação de um emprego que não cria e em nome de uma competitividade que não constrói nem construirá à custa dos trabalhadores e da mão-de-obra barata.

É que esquece o PS este princípio económico elementar: precarizar o emprego, reduzir a mão-de-obra, pressionar os salários, para além de socialmente inaceitável, conduz inevitavelmente à redução do mercado interno pela diminuição do poder de compra, do consumo e do nível de vida das sociedades. E isto conduz, por sua vez, à crise, às dificuldades e falências nas empresas, à recessão na economia. Foi, aliás, também tudo isto que aconteceu no Reino Unido com a Senhora Thatcher.

Mas parece ser tudo isto que o PS e o Eng.º António Guterres perfilham e acham natural e que está, felizmente, a encontrar pela frente uma cada vez maior reacção e luta dos trabalhadores, um pouco por todo o lado.

O Eng.º Guterres e o PS que se cuidem, porque os trabalhadores não aceitam estar submetidos a uma autêntica chafagem: ou aceitam a precariedade ou a mobilidade; ou te deslocalizas ou vais para o desemprego.





## EM FOCO

## Telecomunicações

As relações entre as telecomunicações e o desenvolvimento têm sido consideradas desde sempre sob diferentes perspectivas. São elas, nomeadamente, as seguintes (a ordem por que são mencionadas não tem a ver com a sua importância relativa):

- A perspectiva da sua importância para as actividades económicas e, em particular, para as empresas;
- a perspectiva da sua importância para as actividades que têm a ver com a satisfação de necessidades sociais básicas, em particular com a Educação e com a Saúde;
- a perspectiva da sua importância para a comunicação interpessoal, medida em termos quantitativos do número de pessoas e de famílias que têm acesso às redes públicas de telecomunicações, sendo tradicionalmente o número de telefones por 100 habitantes o índice básico normalmente utilizado;
- a perspectiva da sua importância do ponto de vista dos postos de trabalho proporcionados, tanto pelo sector de fornecimento de serviços de telecomunicações propriamente dito como pelo sector de fabricantes de sistemas e equipamentos para as redes de telecomunicações, incluindo os equipamentos terminais, de que o telefone constitui o símbolo mais popular.

O número de telefones por 100 habitantes é normalmente considerado como o indicador por excelência, visto ele poder ser tomado como abrangendo directa ou indirectamente o conjunto das perspectivas mencionadas. De facto, considera-se que um país que tenha mais de 60 telefones por 100 habitantes, como é o caso da Suécia, é um país extremamente desenvolvido. Se tiver cerca de 40 telefones por 100 habitantes, como é o caso de Portugal, será um país que teria ultrapassado o limiar mínimo para poder ser considerado como um dos países desenvolvidos. A Grécia, por exemplo, ultrapassou este índice bastante antes do nosso país o ter conseguido. Um país como o Brasil anda próximo dos dez telefones por 100 habitantes e a República Popular da China anda por volta dos 6 telefones por 100 habitantes. Muitos países africanos andam por 1 telefone por 100 habitantes.

Uma comparação – ou correlação – que é frequentemente utilizada é a do índice de penetração telefónica *versus* produto por habitante. Com esta correlação pretende-se basear a afirmação de que a penetração telefónica dum país corresponde, de certo modo, ao seu nível de desenvolvimento, pelo menos de desenvolvimento económico. Com efeito, é possível determinar uma certa proporcionalidade entre os índices de penetração telefónica e o produto nacional por habitante relativamente a uma dada economia, a um dado país.

Contudo, tal como acontece com todos os indicadores estatísticos, devem ser tomadas precauções na sua interpretação e deve ser evitada toda e qualquer absolutização relativamente aos resultados obtidos. No nosso caso, o índice de penetração telefónica por 100 habitantes, os resultados podem variar consoante o tipo de organização socioeconómica do país que estiver a ser considerado. Números mais baixos de penetração telefónica do que o que seria de esperar pela aplicação da lei de correlação acima referida eram e são normalmente, encontrados em países com orientação socialista. Números mais altos de penetração telefónica dos que a consideração dessa lei faria prever em função do produto nacional por habitante poderão ser encontrados em países em que a actividade de «lobbying» das mais poderosas transnacionais fabricantes de sistemas e equipamentos de telecomunicações tenha um impacto duradouro e importante no poder político desses mesmos países. Foi o que aconteceu na Grécia do tempo da ditadura dos «coronéis».

As evoluções recentes na área das telecomunicações e áreas conexas levam, contudo, a que a questão da relação entre as telecomunicações e o desenvolvimento possua, na actualidade, características mais complexas. Do mesmo modo, o chamado processo de globalização da economia, ou das economias, conduz à necessidade de rever a questão da análise da relação entre telecomunicações e desenvolvimento e, em particular, a sua consideração país a país.

Na base destas mudanças estão evoluções tecnológicas profundas que permitiram o movimento de aproximação entre as telecomunicações e a informática. A tendência de disponibilidade dos computadores – hoje, predominantemente, os computadores pessoais – para camadas cada vez mais largas da população, bem como a generalização da sua utilização por um cada vez mais elevado número de pequenas e muito pequenas empresas de todos os sectores, constitui um factor determinante para este conjunto de mudanças.

## Realidade complexa

Do «casamento» das telecomunicações com a informática herdámos as comunicações mediadas por computador de que a Internet e o correio electrónico constituem as realizações principais.

A vulgarização da digitalização de todas as formas de informação, nomeadamente o áudio e a voz e o audiovisual (os dados da informática, os sinais telegráficos ou as letras dos jornais e dos livros são, por inerência, digitais), acabou por arrastar a convergência de um conjunto de subsectores que podem ser agrupados sob a designação genérica de indústria de conteúdos informativos, incluindo os conteúdos conhecidos comumente – na sua acepção restrita – como conteúdos culturais bem como outros conteúdos conhecidos sob a designação alargada – e pouco rigorosa – de conteúdos de entretenimento.

Começamos a ver bem, agora, o tipo e complexidade de animal que temos pela frente. Vemos bem a sua importância, que ultrapassa, de longe, as importâncias de cada um dos sectores anteriormente separados. Podemos ver, também, o papel acrescido das telecomunicações – se é que é ainda legítimo considerá-las como uma actividade com fronteiras bem definidas – relativamente às sociedades e ao seu desenvolvimento. Consideremos estas questões mais de perto.

Então, na actualidade, o número de telefones por 100 habitantes começa a deixar de ser o índice de desenvolvimento por excelência nas telecomunicações. Ter ou não ter telefone em casa, ou à mão, tanto no que se refere ao posto de trabalho como à mobilidade, é um indicador fundamental. Por exemplo, para um construtor civil, mesmo estando à frente de um negócio de pequenas dimensões, com várias obras a decorrer em lugares distintos e com necessidades de abastecimento diversificado «na hora» – *just in time* –, o telefone móvel pode tornar-se numa ferramenta fundamental.

Complementarmente, possuir um terminal fax – e este meio teve um processo de penetração espectacular nos últimos anos – é também outra condição indispensável para o desenvolvimento de quaisquer actividades económicas ou institucionais.

Mas, ter um computador pessoal e a possibilidade de, através dele, aceder a meios de comunicação é hoje, e sê-lo-á cada vez mais no futuro, outro índice fundamental revelador de desenvolvimento em termos de comunicações: Tal facto nem sempre é devidamente reconhecido visto tratar-se de um processo ainda em fase de maturação.

De maneira que a disponibilidade de um acesso à rede pública de telecomunicações, seja ele para ser utilizado para o serviço telefónico ou para o acesso às comunicações mediadas por computador, constitui um factor fundamental, este factor indicia não só a inserção num processo de desenvolvimento como é uma sua condição necessária. É simultaneamente ferramenta de trabalho e instrumento social – interpessoal – de comunicação. Para além do seu papel nas actividades económicas e institucionais, esse acesso à rede pública de telecomunicações desempenha um papel indispensável nas relações sociais em geral, para fins culturais, na educação, na saúde e na prestação de serviços de assistência social, em particular no caso das pessoas com necessidades especiais; ele está a passar, também, a ter uma relevância em termos de lazer e do entretenimento.

O acesso à rede pública de telecomunicações pode ser fixo, o modo tradicional, mais usual e dominante, ou móvel. O uso do telemóvel passou, em pouco tempo, de um meio de luxo ao serviço duns quantos, de uma moda e de um indicador de estatuto social, para uma posição de instrumento de que já existem em Portugal 600000 utentes (o número de acessos fixos é de cerca de 400000). Hoje, o telefone móvel já constitui um instrumento precioso para a actividade económica e é particularmente importante para a área das pequenas e médias empresas.

Portanto, na nossa época, ter acesso à rede pública de telecomunicações, incluindo a variante da mobilidade, é seguramente um índice a considerar no que se refere ao desenvolvimento (quantas linhas tipo telefónico fixo, que generalização do uso do telemóvel, etc.). Só que está ainda por inventar a melhor forma de o caracterizar. É uma tarefa que parece requerer alguma complexidade, ao contrário da situação anterior em que o índice da penetração telefónica era utilizado para mostrar, de forma que se pretendia clara e convincente, a ligação entre telecomunicações e desenvolvimento.

Do mesmo modo, coloca-se a questão já referida da disponibilidade de computadores pessoais, supostos ter sempre facilidades de acesso à rede pública de telecomunicações e capacidades multimédia, bem como todo o *software* de aplicações necessário. E sempre actualizado. Como é que se contabiliza esta disponibilização em termos de desenvolvimento? Quantos computadores e onde devem estar disponíveis? Meia dúzia numa escola com milhares de alunos? Nos locais de trabalho, um posto de trabalho? Nas residências, um ou mais computadores por casa (parece-nos, hoje, uma utopia)? Ambulantes e portáteis, os computadores em trânsito com o seu utente habitual? Nas zonas metropolitanas e nas zonas rurais? No litoral e no interior? Que significado podem ter estatísticas que não sejam entendidas segmento a segmento, social e territorial?



## O COURAÇADO POTEMKINE

Realização: Serguei Eisenstein

Preto e branco: 1925 – 75 min.

Esta é a história épica de um heróico motim de soldados em Junho de 1905, uma revolta, que é a primeira acção revolucionária de massas dos soldados russos.

A operação dos marinheiros de espírito revolucionário pela tirania dos oficiais, é a causa próxima da tomada de consciência no Couraçado Potemkine.

A tripulação recusa-se a comer a sopa feita com carne estragada. O capitão do navio dá ordens para que os chefes do tumulto sejam fuzilados.

As suas ordens, contudo, não são cumpridas, e o marinheiro Vakulinchuk inicia o motim.

Uma bandeira vermelha é hasteada e ondula durante onze dias. Mas o Potemkine não é apoiado pelos outros navios e é compelido a ir para a costa romena e a render-se às autoridades romenas.

O filme dá-nos o retrato vivo do heroísmo dos marinheiros, a sua solidariedade, disciplina e inseparáveis laços com o povo.



## SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

001 – O COURAÇADO POTEMKINE .....	5000\$00
002 – A MÃE .....	4000\$00
003 – ESCRAVA DO AMOR .....	2000\$00
004 – A BALADA DO SOLDADO .....	3000\$00
005 – AMOR EM TEMPO DE GUERRA .....	2500\$00
006 – A GREVE .....	3000\$00
007 – O PARAÍSO DAS IMAGENS .....	2500\$00
008 – O HOMEM DE PAPEL .....	2500\$00
009 – PANORAMA DO FILME ANIMADO DA CHECOSLOVÁQUIA.....	2350\$00

(Mais 540\$00 de Cobrança Postal)

## Cinema de qualidade em sua casa

Faça os seus pedidos para:

VIDEO CRAC FILMES – Apartado 90 – 2745 QUELUZ

– Telefones 437 50 86/437 68 21

– 0936 56 32 14



# e desenvolvimento

■ Francisco Silva

Comunicação ao Seminário sobre Telecomunicações realizado no Centro Jean Monet em 27 de Fevereiro



A primeira, e talvez a principal, consequência a retirar desta afirmação tem a ver com os custos operacionais variáveis. Isto é, por exemplo, a utilização de equipamentos electrónicos como os computadores obriga ao consumo de energia eléctrica, facto este que, em termos de custos é normalmente negligenciável, mas que obriga a considerar também a disponibilidade do fornecimento de energia eléctrica (em Portugal, esta questão não constitui obstáculo de maior, mas tal não acontece noutras partes do mundo). Mas, se o obstáculo da energia eléctrica não constitui um verdadeiro problema, o mesmo já não pode ser afirmado em relação aos custos relativos ao tempo de utilização e capacidade dos acessos à rede pública de telecomunicações que são empregues. Este é, aliás, um dos grandes problemas que obsta ao uso mais generalizado das telecomunicações. Um chamadas telefónicas internacionais mais longas ou uma utilização do acesso muito maior do que a que é própria de poucos telefonemas diários «para dar recados», como é o caso das horas infundas de navegação de quem se interna pelo *world wide web*, poderá ser suficientemente importante desequilibrar os frágeis orçamentos da maioria das famílias.

Outras consequências da necessidade «óbvia» de utilizar os meios de que se dispõe são os custos de conservação e actualização. Em particular, estes últimos poderão ser particularmente gravosos em sectores que sofrem um processo acelerado de inovação, como é o

caso das áreas relativas às comunicações e outras áreas conexas.

Além dos acessos e dos equipamentos, como os computadores, os utilizadores – as empresas, as instituições e as pessoas – deverão também possuir os meios e a vontade necessária para manter um nível de despesas adequado nestas áreas que são completamente diferentes do que ocorria até hoje. É, portanto, através da avaliação rigorosa duma realidade complexa deste tipo, e não apenas da penetração telefónica, que se poderá aferir uma nova «medida» que correlacione telecomunicações e desenvolvimento. E, a partir daí, traçar as tais políticas suscitadoras de progresso.

## Sociedade da informação

Entretanto, apareceu também o conceito das auto-estradas da informação – inventado por Al Gore, vice-presidente dos EUA –, conceito este inspirado num paralelo com as auto-estradas propriamente ditas, as auto-estradas do tráfego rodoviário. Estas auto-estradas constituíram as premissas necessárias à construção da sociedade da informação ou da sociedade global da informação. O apostolado destas auto-estradas da informação ou da infra-estrutura global da informação é, muito democraticamente, feito um pouco por toda a parte. A boa nova foi levada no ano passado pelo próprio Al Gore à conferência da UIT (União Internacional das Telecomunicações) que se realizou na Cidade do Cabo. Foram também os seminários recentemente realizados em Praga, dirigidos aos países do centro e leste europeu, e em Roma, dirigidos aos países da bacia mediterrânica, os do norte a tentarem industrializar os do sul. Na próxima Primavera é a vez da Comissão Europeia, junto com a Academia das Ciências da China (se não estou em erro), organizarem um seminário em Pequim sobre a sociedade da informação (a China parece constituir como que o Eldorado da época actual, convicção, aliás, algo alicerçada em fundamentos muito reais). Está previsto atribuir o papel de estrelas para este seminário em Pequim a personalidades como a Comissária Europeia para as questões da Ciência e da Investigação e Desenvolvimento, Edith Cresson, bem como aos presidentes da Deutsche Telekom e da France Telecom. Ainda no dia 25 de Fevereiro, Lisboa recebeu no Centro Cultural de Belém um seminário com as personagens do Forum Europeu para a Sociedade da Informação. É caso para dizer que não há fumo sem fogo!

É certo que, se com auto-estradas da informação se quer significar que as capacidades de telecomunicações hoje publicamente disponíveis são insuficientes, temos que aceitar que tal facto é indelével. E isto é verdade tanto quanto aos recursos de longa distância partilhados por todos como quanto aos recursos de acesso dos utilizadores às infra-estruturas comuns de telecomunicações, por exemplo à linha telefónica fixa ou o acesso ao telefone móvel. Contudo, também é verdade que, já desde meados da década de 80, que tal vem a ser referido como questão premente. No entanto, esta premissa tem sido, pelo menos parcialmente, adiada devido aos progressos que a técnica da compressão de dados tem alcançado. Hoje é possível fazer coisas com a linha telefónica de acesso usual – em puro cobre e não em fibra óptica – que, há dez anos, ninguém esperaria.

Os automóveis foram inventados muito tempo antes de serem construídas as auto-estradas ou mesmo as estradas vulgares da

segunda metade do século XX. No entanto, o tráfego automóvel foi-se fazendo e desenvolvendo até através das picadas. O princípio de utilização do automóvel não se alterou substancialmente com o tempo. O mesmo acontece hoje com o acesso à Internet ou com a utilização do correio electrónico (por vezes utilizado para mensagens exigentes em termos de capacidade, quando são incluídos, por exemplo, documentos multimedia). O utente tem que suportar, com frequência, a inclusão de «caminhos de cabra» electrónicos. Todos os utilizadores regulares das comunicações mediadas por computador já sofreram muitas vezes estas situações. A solução pode ter que passar por esperar pela madrugada para, enfim, navegar no *world web* com menos tráfego e maior facilidade.

Como o acesso normal, tanto para os clientes residenciais como para a esmagadora maioria das empresas – médias, pequenas e muito pequenas – é o acesso através da linha telefónica mais o respectivo modem – é dentro destes limites que a maioria se tem que encaixar. E, normalmente, não são necessárias capacidades maiores no acesso individual... uma vez que o engarrafamento está algures no domínio dos recursos de telecomunicações ou computacionais que são partilhados por todos. Com efeito, estes recursos têm crescido mais devagar do que a procura.

## A justa medida

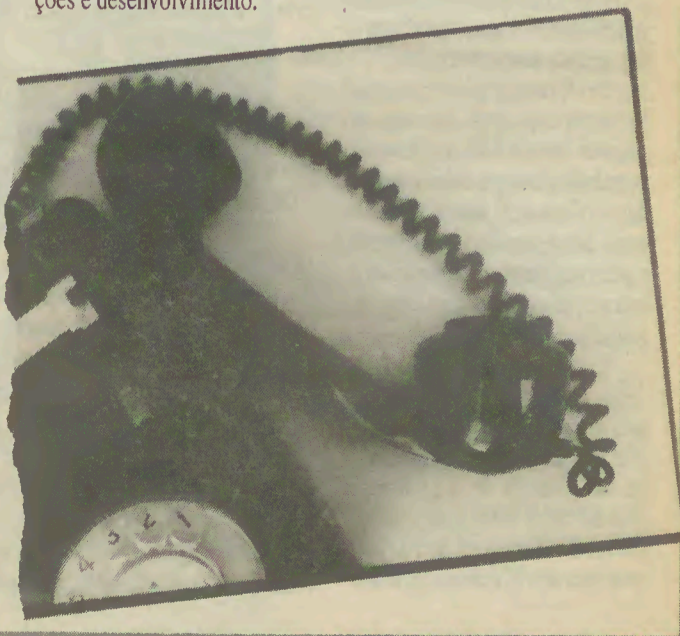
De qualquer maneira, com o decorrer dos tempos, tanto as estradas como os próprios automóveis foram melhorando. Isso é o que também foi acontecendo com as telecomunicações em geral, e isso é o que está a acontecer com as comunicações mediadas por computador e com a Internet. Maiores capacidades de transmissão, computadores mais poderosos, melhores ferramentas de navegação e encaminhamento, tudo num processo que se desenvolve em espiral.

Algumas vezes os progressos, em particular os que dizem respeito às infra-estruturas de telecomunicações, terão que corresponder a saltos mais pronunciados do que à simples substituição de modem ou mesmo o equipar da nossa linha de cobre com um acesso RDIS. Um dia, será necessário fazer chegar a fibra óptica a casa de cada um. Um dia, muito provavelmente ainda mais próximo do que a generalidade do acesso residencial em fibra óptica, o modo de transferência de informação, que na actualidade é feito com base na comutação de circuitos, será transformado no modo de transferência assíncrona. Qual será exactamente o futuro a um prazo não muito distante, julgo que ninguém será suficientemente adivinho para o dizer. Será que o uso da Internet, do chamado protocolo IP, virá a constituir uma solução muito divulgada? O que é que acontecerá ao serviço de voz através da Internet, terá alguma vez pernas para concorrer com o serviço telefónico universal em pé de igualdade, tal como o conhecemos hoje? Constitui a plataforma da Internet uma prefiguração duma plataforma universal quanto baste das redes de telecomunicações do futuro? Perguntas demasiado arriscadas para um engenheiro de telecomunicações com um currículo quase clássico. As possíveis respostas são, se é possível admiti-lo, ainda mais arriscadas.

Agora umas palavras a terminar, que o exercício já vai longo.

Importante, na época actual, é conseguir que todos possam usufruir do direito de acesso à rede de telecomunicações, acesso no sentido amplo que inclui os necessários meios financeiros enquanto cidadão e enquanto trabalhador, em casa e no local de trabalho, os meios informáticos adequados e o requerido «saber fazer». Importante é que estas possibilidades, e este direito, venham a ser cumpridas, também à medida que toda a envolvente das comunicações mediadas por computador, e as telecomunicações em geral, forem evoluindo, processo este que não é fácil, pois a evolução é rápida e os meios necessários apresentam custo que não são diminutos.

Será, como realcei mais atrás, através da análise complexa da profundidade do cumprimento de tais direitos, de tais projectos, que poderemos chegar a uma «medida» da relação entre telecomunicações e desenvolvimento.



Dois quebra-cabeças – o dos acessos à rede pública de telecomunicações e a disponibilidade de computadores. Em conjunto, índices que considerem as duas vertentes das comunicações mediadas por computador, convenientemente tratados, podem fornecer-nos elementos preciosos – embora parciais – tanto relativamente a níveis de desenvolvimento como para o traçar de políticas suscitadoras de progresso.

No entanto, isto não é tudo. Continuemos a escavar o nosso tema.

## Para além das máquinas

Se o ter acesso à rede pública de telecomunicações e a disponibilidade de computadores constituem parâmetros básicos a considerar na relação entre telecomunicações e desenvolvimento, eles não são os únicos.

Com efeito, só ter as máquinas – por muito que elas contenham de *software* e não apenas de *hardware* – não é suficiente se elas não constituírem um instrumento utilizado nas actividades desenvolvidas pelas pessoas e organizações no seu dia-a-dia.



■ Rodolfo Caseiro

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul

# Caldinhos e luta de classes na Hotelaria e Turismo

Há na Hotelaria e Turismo determinados períodos que já se tornaram tradição para o desenvolvimento das lutas. E eles prendem-se com a maior ocupação das unidades: e assim temos o mês de Dezembro, ligado ao fim do ano, o Carnaval e a Páscoa.

Ainda temos presente a luta desenvolvida, em Dezembro, nos hotéis Ritz, Sheraton, Tivolis e Penta, na altura da Cimeira Internacional sobre a Organização de Segurança e Cooperação Europeia, que assustou os patrões, o Governo e muitos organismos internacionais. Nesta acção, o prestígio do sindicato saiu reforçado.

Agora, na semana do Carnaval, foi o Hotel Estoril Sol e o Casino e, apesar de estarem em cima da mesa reivindicações como os salários e a evolução das carreiras profissionais, o que mais moveu os trabalhadores para a luta foi a exigência do respeito pela sua dignidade.

Os trabalhadores ganharam consciência de que a vida deles não se esgota no trabalho. E não têm que ser as empresas e os patrões, com a cobertura do Governo, a ditar as regras da vivência social de forma prepotente, através da flexibilidade e da polivalência.

Quando a forma de organização do trabalho não se adapta às pessoas, acaba por ser qualquer coisa de contranatural, logo indesejável e uma afronta à dignidade de quem trabalha. Assim, não resta outro caminho aos trabalhadores senão a luta.

A propósito desta luta muito há a dizer e a aprender, porque aprende-se sempre com as lutas. Os trabalhadores do Hotel Estoril Sol e Casino, que são cerca de 1200, deram-nos exemplos que ficam registados e gravados na nossa memória colectiva, demonstrando grande consciência, firmeza e, sobretudo, confiança nos sindicatos da CGTP. Sim, porque também há lá estruturas da UGT - o Sindicato da Banca, e a FETESE (escritórios) - que saíram diminuídos e chamuscados na luta.

## Unidade garante sucesso

A greve arrancou primeiro no dia 7 de Fevereiro, no Hotel Estoril Sol, com grande êxito mercê da actuação dos piquetes de greve no exterior e interior da empresa, originando em algumas secções mesmo confrontos com directores, com a Segurança e com a PSP, ao tentarem colocar extras contratados a substituir, ilegalmente, trabalhadores em greve. Os intentos saíram furados à administração e a greve atingiu a adesão de 98%.

Foi bonito, comovedor, inesquecível, o ambiente vivido à hora da refeição na rua, junto à porta de serviço do Hotel, com todos os grevistas unidos e solidários.

A certa altura, algumas mulheres, com lágrimas nos olhos, expressaram-se desta forma: *pensava que acabava por morrer, sem voltar a ver uma coisa destas tão maravilhosa, todos unidos, firmes e solidários em redor da luta.*

O exemplo desta disposição, a adesão à greve dos trabalhadores do Hotel Estoril Sol, influenciou positivamente a greve do Casino, que arrancaria no dia seguinte.

No Casino a greve excedeu todas as expectativas, com os piquetes constituídos por centenas de trabalhadores em todas as entradas do Casino. É justo destacar o papel desempenhado pelos jovens e pelas mulheres, que impediram a entrada de extras contratados ilegalmente pela administração.

A administração recorreu a todos os artifícios e chantagem para desmobilizar os trabalhadores, mas teve sempre a resposta merecida. No primeiro dia, a greve teve uma adesão de 90%. A administração tinha um banquete de 700 pessoas para servir, chamou os traba-

**Na Hotelaria também se servem caldinhos, com excelente sabor a luta de classes.**



Depois da dura luta travada pelos trabalhadores, a administração do Casino aceitou, pela primeira vez, negociar um acordo de empresa

lhadores do restaurante e propôs-lhes para irem trabalhar, que tinham todas as reivindicações asseguradas e garantidas e mais 15 contos a cada trabalhador. A resposta foi esta: - *Sim, aceitamos tudo isso, mas terá de ser extensivo a todos os outros, porque se assim não for o nosso lugar é na greve, junto de todos os trabalhadores.* Este exemplo de consciência e dignidade extraordinária originou que, no dia seguinte, a adesão à greve subisse para 98%.

## Divisionistas em queda

Outro episódio a registar foi a traição e o conseqüente esvaziamento completo dos divisionistas. De facto, eles nunca tiveram vontade de ir para a greve. Foram arrastados pelos próprios trabalhadores e obrigados a fazer o pré-aviso.

E numa luta que durava já 4 dias, era necessário, diariamente, fazer o ponto da situação e organizar o dia seguinte.

Os divisionistas, com o descaramento e a maldade que lhes é conhecida, sem darem cavaco a ninguém, nem aos seus sócios, numa altura em que a luta estava no auge, decidiram, unilateralmente e em segredo, desconvocar a greve.

Em plenário, realizado à uma hora da manhã, na rua, com cerca

de 600 trabalhadores, foram desmascarados e, perante a natural revolta dos trabalhadores, ainda tiveram o descaramento de entrarem na provocação propositada, pedindo a palavra para acusarem a Comissão de Trabalhadores e o Sindicato da Hotelaria de antidemocráticos. E porquê? Por não fazermos o que eles queriam. E eles queriam o que os trabalhadores não queriam que era desconvocar a greve.

Logo, ali, saíram para o nosso sindicato 40 sócios deles, número que até agora já chegou a cerca de 80. Foram completamente varridos do Casino.

A administração, que até ali se tinha recusado a negociar, aceitou dar resposta aos problemas apresentados e negociar o Acordo de Empresa. Pela primeira vez no Casino. Estão já acordados aumentos de salários de 4,1% e a subida de algumas categorias, e decorre a negociação da restante matéria. Quem é que ainda duvida de que vale a pena lutar?

Aqueles que arvoravam que a luta de classes foi *chão que deu uvas* e que passou de moda, continuam todos os dias a ter oportunidade de constatar, indesmentivelmente, o contrário. A luta de classes está viva, cada vez mais viva, e só poderá acabar quando as diferenças existentes nessas classes acabarem, e isso não acontecerá nunca com o capitalismo, porque esse, sim, é que tem que acabar primeiro, porque é nele que está a génese das diferenças, das injustiças e da luta de classes.

Os vendilhões do templo, os camaleões da baixa política, que advogam o fim da luta de classes, têm razões para se sentirem cada vez mais frustrados. E a frustração é má conselheira, fá-los perder a noção do ridículo e começam a voar num imaginário que eles gostariam que assim fosse. E como não é (porque os trabalhadores não deixam que assim seja), entram em pânico e mentem descaradamente, como fez o administrador do Casino dizendo, na televisão, que o Casino estava a funcionar normalmente, quando a greve tinha uma adesão de 98%. A comunicação social, aqui decerto influenciada pelo Sr. Monjardino, silenciou também uma luta com esta dimensão.

A Inspeção de Trabalho, face à ilegalidade e apesar de diariamente e a toda a hora ser solicitada, não interveio durante os 5 dias de greve. Ao mesmo tempo e a pedido da administração, interveio a PSP, a substituí-la, protegendo quem prevarica na lei (os patrões) e intimidando os trabalhadores. A este propósito, a Direcção do Sindicato da Hotelaria enviou e publicou uma carta-aberta ao ministro da Administração Interna, protestando pelo facto.

Sempre que são colocados obstáculos à luta dos trabalhadores, estes saberão sempre torneá-los, pois têm consciência de que a luta terá de continuar, não apenas pela exigência de resposta aos problemas actuais, como para alterar o que está na origem desses problemas, que é a política de direita deste Governo dito socialista, mas que de socialista não tem nada. Em vez de governar, faz a gestão do capitalismo e sempre em favor dos capitalistas, até um dia, que tudo faremos para que esteja próximo.

Seja, então, coerente. (...)

## A Polícia ao lado dos fora-da-lei Carta-aberta ao ministro da Administração Interna

(...)

Como, certamente, será do conhecimento de V.Ex.<sup>a</sup>, os salários dos trabalhadores portugueses e, particularmente, dos trabalhadores da Hotelaria são muito baixos, quer em termos nominais quer em poder de compra. Além disso, os horários são muito dilatados e as regalias sociais são, também, muito modestas.

No pólo oposto temos um patronato, salvo algumas excepções, prepotente, retrógrado e ansioso pelo rápido enriquecimento, não olhando a meios e passando por cima de tudo e de todos, numa total falta de respeito pela dignidade dos trabalhadores, circunstância que é viabilizada pelo comportamento dos governos, incluindo aquele a que V.Ex.<sup>a</sup> pertence.

(...)

É neste contexto que se processa a maior parte das negociações colectivas (...).

Quando não se chega a acordo, está garantido pela Constituição (a Mãe de todas as Leis) que os trabalhadores podem exercer o direito à greve, cujo normativo está publicado em forma de Lei.

A Lei existe e tem que ser cumprida. Ora acontece que a generalidade do patronato não a cumpre, o que provoca naturalmente a reacção dos trabalhadores.

E é aqui que queremos chegar.

Quando há um conflito laboral e o patrão subverte a lei, o sindicato solicita a intervenção da Inspeção de Trabalho, insistindo quando se trata de casos flagrantes, chegando ao ponto de lhes disponibilizar, se necessário, meios de transporte. E o que é que sucede? Numa clara demonstração de cobertura aos abusos do patronato, a Inspeção não actua e, em contrapartida, os polícias, sob o comando de V.Ex.<sup>a</sup>, intervêm no terreno de uma forma parcial, como aconteceu ultimamente no Hotel Estoril Sol e no Casino

Estoril, com a PSP, dentro das unidades, a proteger os patrões nas ilegalidades e a intimidar os trabalhadores.

Muitas vezes dão pancada nos trabalhadores (que têm razão).

Dão protecção aos patrões (que abusam da lei).

Perante isto, o que é que V.Ex.<sup>a</sup> tem a dizer?

Acha correcto que as forças policiais, nomeadamente a PSP, sejam chamadas a intervir, nos problemas laborais, pondo-se, sempre, ao lado dos cifrões (usando a expressão do Eng. Guterres) e perseguindo, sistematicamente, os trabalhadores e os grevistas?

V.Ex.<sup>a</sup> concorda que o dinheiro dos contribuintes (cujas boas gestões tanto é invocada pelo seu Governo) seja gasto, em grande escala, nas Polícias, para defender acéfalamente os interesses exclusivos dos capitalistas, em detrimento da defesa e protecção dos trabalhadores e dos cidadãos em geral? Acha bem?

Senhor ministro,

V.Ex.<sup>a</sup>, ao que se sabe, foi, enquanto estudante, no tempo do fascismo, alvo da brutalidade da Pide e da restante polícia. Não se sente envergonhado em comandar corpos policiais que, sob a capa do *blá-blá* democrático, fazem o mesmo, nos dias que correm, aos trabalhadores aquando de conflitos estritamente (e tão-só) laborais?

Pense nisto.

Pense bem, e não deixe de actuar em conformidade. Se tiver que mandar a polícia dar pancada, que ela seja dada a quem primeiro subverte as leis, ou seja, ao patronato.

Seja, então, coerente.

(...)

**«Se tiver que mandar a polícia dar pancada, que ela seja dada a quem primeiro subverte as leis, ou seja, o patronato.»**



EM FOCO

■ Rui  
Fernandes

# A revisão da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar e a programação política

Foi, recentemente, apresentada e discutida na Assembleia da República a revisão da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar, respeitante ao período 93/97. Esta revisão, nos termos da lei, deveria ter ocorrido em 1995, numa altura em que o Governo PSD de Cavaco Silva entrava na recta final da sua década de governação.

A proposta de revisão agora apresentada pelo Governo contém alterações no plano formal que importa registar. Relativamente à lei inicial (1993) foram aglutinados programas e de cada programa foi elaborada uma ficha que discrimina o que foi feito e o que é proposto fazer no corrente ano. Nos casos em que os programas tenham seguimento nos anos seguintes surge uma indicação das verbas envolvidas, sob a forma de "guião para a 3.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar" (LPM). Nos casos em que a execução de tal ou tal programa tem impactos directos ao nível do Pessoal, é indicado quantos efectivos serão reduzidos com a implementação do respectivo programa.

Há, sem dúvida, nesta forma um maior volume de informação relativamente a cada programa, e esse é um aspecto positivo a manter.

## A questão substantiva

Mas exactamente porque assim é, impunha-se elementos adicionais no plano das medidas a tomar, coisa que o Governo não fez porque não se quis comprometer e encetar, inevitavelmente, uma discussão mais vasta.

Se um dado programa, por exemplo o de *modernização das Estações Rádio-Navais*, vai implicar a redução de 300 militares da Marinha, tornava-se fundamental saber o que vai acontecer a esses militares. Vão manter-se na Marinha ou vai ser accionado outro tipo de medidas visando a sua saída das fileiras? E se assim for, que tipo de medidas? E a intenção é reduzir o efectivo ou substituir militares do QP por militares noutras formas de prestação de serviço?

Este é um exemplo que se multiplica e tudo somado é de quase um milhar de militares que falamos. Ninguém pode votar em consciência tais programas sem saber o que o Governo pensa e propõe relativamente ao Pessoal. Mas há mais. No que respeita às Corvetas, é dito que passam a estar afectas às missões de fiscalização, com redução de 50 homens por navio. Disto entende-se que esses navios vão perder quesitos militares-navais e são deslocados da vertente militar operacional e passam à vertente interesse público.

Ora, tal viragem (independentemente de se considerar correcta ou incorrecta) consubstancia uma alteração ao *dispositivo e ao sistema de forças* existente e decidido com base num dado Conceito Estratégico que não foi discutido nem alterado, colocando-se a questão de saber o que determina tais alterações. Poder-se-á até dizer que o que está definido não é realista e, por isso, há que enfrentar sem complexos essa situação. Não foi isso o que o Governo fez.

Neste quadro, a proposta do Governo de revisão da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar não foi mais do que uma proposta armadilhada.

Ao votar a revisão da 2.<sup>a</sup> LPM, implicitamente é dado o aval à redução de efectivos, ignorando qual o seu destino e, igualmente, é dado o aval à alteração do dispositivo e sistema de forças, sem discussão dos diplomas conceptuais que os determinaram.

Mas esta forma de fazer política não é nova. Todos se recordam do debate sobre o SMO em que, ao contrário das opiniões expressas por militares e políticos, o Ministro da Defesa na sua intervenção anunciou o fim do mesmo, dei-

xando os presentes perplexos e a questionarem-se sobre qual o sentido do debate se a conclusão estava há muito tirada.

Noutra vertente, e regressando à LPM, importa também registar a não afectação na revisão da lei da totalidade das verbas inscritas em 1993. Neste passe de mágica, cerca de 18 milhões de contos eclipsam-se. E nem o facto de a taxa de execução da LPM ser baixa justifica tais procedimentos. Importa, antes, analisar quais as razões e sobre elas agir. Mas importa também deixar claro que se impõe o reforço dos mecanismos de verificação da execução orçamental e da sua conformidade com a lei. As Forças Armadas só têm a ganhar com o aumento da transparência perante a sociedade.

Estamos, pois, perante um processo pouco sério, por parte do Governo, de fazer política e equacionar e tratar dos assuntos respeitantes às Forças Armadas.

## A programação política

A visualização do guia para a 3.<sup>a</sup> LPM é reveladora das orientações e prioridades políticas do Governo PS.

Para a Marinha é a aquisição de submarinos e reequipamen-

to dos fuzileiros (o reconduzido Almirante CEMGFA em entrevista recente ao "DN" diz a propósito dos fuzileiros: "São forças que merecem uma modernização, visto que (...) grande parte do seu equipamento está obsoleto. Foi esta circunstância que não permitiu ainda que se desse um passo em frente, com maior velocidade, em direcção à brigada anglo-holandesa"). Quanto à Força Aérea são mais F-16 (recordam-se os leitores da "oferta" feita há meses por William Perry, homem forte da política de Defesa dos EUA, quando esteve em Portugal?) e, por fim, relativamente ao Exército, é a Brigada Aerotransportada Independente (BAI), a Brigada Mecanizada Independente (BMI) e a aviação ligeira do Exército, sendo certo que esta última tem ligação estreita com a BAI.

A vertente da inserção e participação externa, da **projectão de força** erigida em objectivo fundamental, não poderia estar mais expressas numa LPM. Nem vale, também neste caso, malabarismos ou jogos de palavras de alguns relativamente a uma dupla ou tripla possível utilização dos meios consoante a orientação política. **A questão é política!** E é-o porque não se pode descontextualizar esta matéria, as prioridades e opções, das orientações e prática política mais geral do Governo PS. Qual a posição e atitude do Governo relativamente ao alargamento da NATO? O Brigadeiro Lemos Pires, num interessante artigo publicado no "JN" de 4 de Março, diz: "Portugal, que, neste contexto, com as outras pequenas potências se limitou a aceitar o exercício do poder real (refere-se ao poder dos Estados Unidos), vai sentir-se mais periférico, menos importante ficando obrigado, em nome da defesa colectiva, a defender vontades e interesses cada vez mais estranhos e distantes".

Mas falamos igualmente da mesma política, e interesses, que conduziu o PS a um vergonhoso acordo de revisão constitucional que, no caso concreto da defesa nacional e forças armadas, perspectiva a exploração no texto constitucional que incumbe às FA's a satisfação dos compromissos internacionais, no âmbito militar, e *participação em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais*.

Fica assim aberto o caminho ao envolvimento das FA's portuguesas em qualquer parte do mundo sem limitações. Mas mais. O texto não perspectiva quais os trâmites a seguir relativamente a essas eventuais participações. Será que a capacidade de decisão ficará somente nas mãos do Governo? Por outro lado, é também intenção deixar explícita a participação das FA's em missões de protecção civil. Ironizando, dir-se-á que passamos a ter bombeiros em armas. É ridículo.

Há muito que as FA's prestam ajuda às populações e se mais não fazem às orientações do poder político o devem. Mas colocar como enquadramento conceptual das missões fundamentais das FA's missões de protecção civil não é prestigiar e credibilizar as Forças Armadas. É somente a máscara que pretende disfarçar o essencial das opções políticas do acordo PS com o PSD, e que é a subida do grau de envolvimento externo das nossas FA's.

As opções para a 3.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar, a manterem-se, não partem da resposta à pergunta que forças armadas para *Portugal*, mas antes que forças armadas para *defesa comum*, nas múltiplas formas que tal assume.

Mas que importa tudo isto no quadro da orientação e opções políticas do Governo PS, que tem na Moeda Única o seu Conceito Estratégico para Portugal?

O PCP - que comemora este mês o seu 76.<sup>o</sup> Aniversário - prosseguirá a luta por um Portugal de progresso e justiça, soberania e independência, aberto ao mundo, e por um novo rumo para a integração europeia. Uma pátria com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.





## Mais jardinadas

O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, está em vias de se tornar um espectáculo ambulante. Agora mal apanha um cheirinho a auditório o homem desatina de imediato, provavelmente por ter chegado à conclusão que apenas o ouvem e lhe dão projecção quando diz disparates, no que não deve andar longe da verdade. Em rigor, nada mais do que isso se ouve daquela boca - pelo menos que valha a pena registar.

Desta vez foi a Matosinhos a um «jantar social-democrata», onde afirmou que, no tocante ao ministro da República para a Madeira, queria «de preferência um falecido», recordou os «tempos difíceis em que era necessário incendiar as sedes de esquerda», assinalou a ausência, no jantar, dos «grandes capitalistas que beneficiaram do facto do PSD

ter posto Portugal a funcionar», se afirmou como «o último dos socialistas» e desejou um «novo Portugal culto».

Certamente com uma cultura ao nível dele próprio, o que daria um Portugal brilhante. Perante (mais) tudo isto, o Governo de António Guterres e o Partido Socialista que o sustenta não vêem melhor resposta que cozinhar com o PSD a quase anulação do papel constitucional do ministro da República nas Regiões Autónomas e concomitante alargamento de poderes a gente desta...

## Os agradecimentos de Marcelo

Na mesma onda provocatória de João Jardim, embora em versão naturalmente mais inteligente e soft, está também o presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, que não faz a coisa por menos e considera

# PONTOS CARDEAIS

que o Governo chefiado por António Guterres «é pirómano, porque deixa que surjam os fogos para andar a apagá-los caoticamente», acusa o próprio Guterres de «não ter sentido de Estado» e conclui que, pura e simplesmente, «hoje não há Governo em Portugal». Lá que há Governo em Portugal, disse não pode duvidar Marcelo Rebelo de Sousa, quanto mais não seja porque foi precisamente graças a este Governo que o PSD obteve a promessa da subversão do regime democrático que há tantos anos perseguia infrutiferamente.

Quando a Guterres «não ter sentido de Estado», se Marcelo estiver a falar do Estado democrático saído da Revolução de Abril é capaz de ter razão, a avaliar pela quase completa subversão do regime



que Guterres está a preparar com o PSD e ele próprio, Marcelo Rebelo de Sousa. Finalmente quanto ao Governo de António Guterres ser pirómano, se o for, é em primeiro lugar pirómano de si próprio e do partido que o sustenta. Com o PSD, armado em

bombeiro, à espera de os «apagar» em definitivo... Certamente com os mais educados agradecimentos pelas facilidades concedidas por Guterres e o PS que este tão sagazmente dirige.

## Bota de fora

Mas as ambições no PSD não se concentram nas suas figuras de topo. Aliás, se o PSD tem algo de democrático é na busca dos ganhos pessoais generalizada entre os seus militantes, como lapidarmente o confessou o deputado-cantor Mendes Bota, líder do PSD/Algarve, quando afirmou a propósito do anúncio da sua candidatura à presidência da Câmara de Loulé: «Quem não está disponível para o PSD nos momentos difíceis, também não vale a pena pensar em cargos noutras alturas», explicitando mais à frente que quando foi das eleições para o Parlamento Europeu (onde o PSD impôs o nome de António Capucho para o círculo de Faro) «todos queriam ser deputados, mas quando se trata de roer os ossos das autárquicas, cá estou eu e o Macário Correia para dar a cara».

Reparem bem no mimoso raciocínio do rapaz: ser candidato à Câmara de Loulé - imagine-se! - é uma dura prova de militância, pelo que as duras provas de militância merecem... «cargos noutras alturas».

Um livro aberto, este Mendes com Bota de fora.

## Casqueiro encascado

O PCP divulgou no princípio desta semana a lista dos 100 maiores beneficiários das ajudas ao

rendimento agrícola, onde se verifica que esses cem maiores beneficiários - todos ligados à CAP - receberam, em 1996, cerca de 5,5 milhões de contos, o equivalente a 12 por cento do total pago pelo INGA às culturas arvenses a mais de 300 mil explorações. Um a um são identificados estes 100 beneficiários individuais e colectivos e o respectivo montante de ajudas que, em três casos, ultrapassou a casa dos 80 mil contos!

Confrontado com esta escandaleira (que apenas confirma o que há muito se sabia, ou seja, que a CAP existe para defender os grandes proprietários e esportular os dinheiros públicos a seu favor), o dirigente da CAP, Manuel Casqueiro, não encontrou melhor resposta que se indignar com o Ministério da Agricultura por ter dado acesso público a esta lista. «É a mesma coisa», regougava Casqueiro, «que o Ministério das Finanças anunciar os rendimentos dos contribuintes», acrescentando que «depois de mostrar os rendimentos dos agricultores, espera-se que o Governo divulgue a lista de rendimentos de todos os portugueses».

O homem tem dado provas de que não é lá grande águia, mas mesmo assim não era de esperar que confundisse «ajudas ao rendimento» com «rendimentos».

Na verdade, sr. Casqueiro, «ajudas ao rendimento» são subsídios públicos concedidos a particulares, portanto verbas que devem ser do domínio público.

Confundi-los com «rendimentos» dos agricultores é, na verdade, o mesmo que dizer que a CAP considera os apoios estatais ou comunitários ao desenvolvimento agrícola como meros proventos para engordar as contas bancárias privadas de umas dezenas de terratenentes...

# PONTOS NATURAIS

## Confidência de um oportunista

Lá porque um dia (e só de esguelha) passei pela TV cresceu a minha popularidade.

De tal modo que, à janela, se olho o céu (o céu sem fim) com a maior atenção

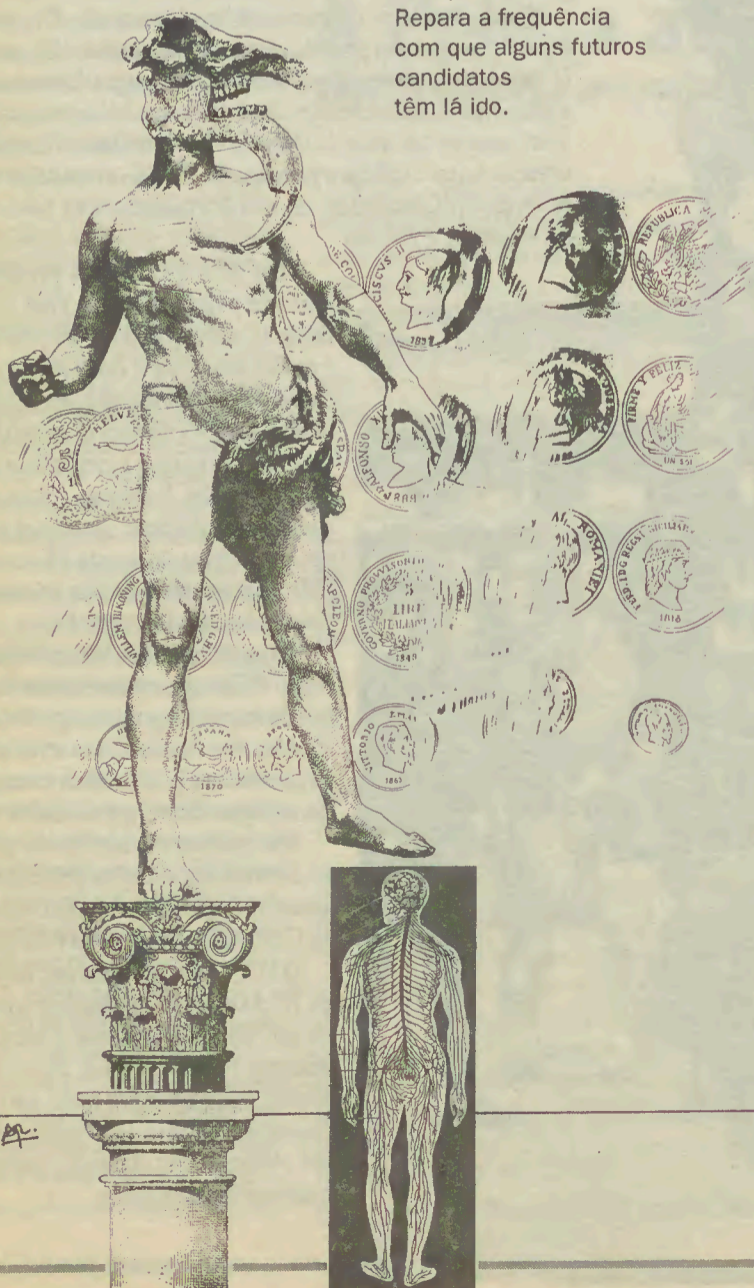
todas as estrelas estão com os olhos em mim...

E dizem-me os amigos: - Eh pá, não sejas parvo! Aproveita! Candidata-te a Presidente de uma Câmara. Uma qualquer. Eleições estão à porta. É limpinho! Repara a frequência com que alguns futuros candidatos têm lá ido.

Competência? Ó pá, patuá, patuá é que é preciso... Sim, vendo bem as coisas... Resolvido. Vou tratar do meu «lobby» em Carnaxide TVI Cinco de Outubro. Telefonemas. Faxes. Comunicados. Factos políticos. Muitos. À Marcelo. Estarei com os estudantes na cantina. Com as vendedeiras no mercado com os pescadores à beira-mar (é pitoresco...) paro no miradouro passearei olhando a lástima de alguns prédios em ruína com o ar circunspecto de Ferreira do Amaral. Com ele, passarei em revista todos os buracos da rua e garanto que vou tapar aquilo tudo. Vou mostrar-me capaz de resolver todos os problemas que os meus amigos tinham deixado antes com fartura. Atrás de mim irá sempre uma reportagem ou duas reportagens mesmo três reportagens irei, como quem leva cãezinhos pela trela e tudo o que eu disser (até os meus silêncios) será tão importante que lá no céu imenso estará quem da Via Láctea há-de dizer: - Dava um bom Presidente da Câmara cá para a gente...

Não brinco. Palavra. Conheço alguns presidentes que são autênticos filhos da... televisão.

Mário Castiwo





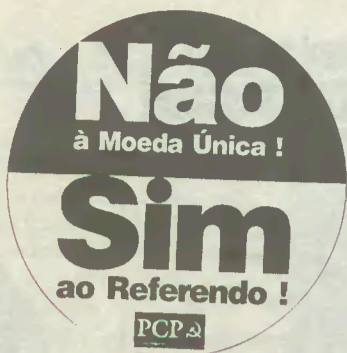
## AGENDA

#### 4.ª Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP

Sábado, 22, às 10h, no Auditório Municipal de Póvoa de Varzim com a participação do camarada **Carlos Carvalhas**, que intervirá na Sessão de Encerramento, às 18h

#### 3.ª Assembleia da Organização Regional de Vila Real

Domingo, 23, às 14h30, no Hotel Miracorgo, com a participação de **Carlos Carvalhas**



#### JORNADA DE ESCLARECIMENTO EM COIMBRA

- Debate público na Casa da Cultura, dia 20 às 21h30, com Octávio Teixeira e Maria do Carmo Tavares  
- Jornada de esclarecimento nos vários concelhos do distrito com recolha de assinaturas "Não à Moeda Única - Sim ao Referendo"

#### A MOEDA ÚNICA, O QUE É, QUE CONSEQUÊNCIAS

- debates no Algarve com a participação de Joaquim Miranda:

#### FARO

Dia 21 às 21h30, no Centro de Trabalho do PCP

#### SILVES

Dia 22 às 15h, na Sala de Conferências da FISSUL

#### MOEDA ÚNICA NÃO - REFERENDO SIM

- debates em Aveiro com a participação de Sérgio Ribeiro

#### ESPINHO

Dia 21 às 21h30, no Hotel Praia-Golfe

#### OVAR

Dia 22 às 15h, na Esc. Secundária Júlio Dinis

#### MOEDA ÚNICA

- mais desemprego, menos direitos sociais  
- debate em CASCAIS, dia 21 às 21h, com Octávio Teixeira

#### MOEDA ÚNICA

- o que é? para que serve? a quem serve  
- debate em PÓVOA DE STA. IRIA, no Grémio Povoense, dia 21 às 21h30, com Agostinho Lopes

#### MOEDA ÚNICA

e suas implicações na vida nacional  
- debate em SETÚBAL, dia 21 às 21h30, no CT do Edifício Arrábida, com Lino de Carvalho

#### MOEDA ÚNICA

- o que é? para que serve? quem a quer?  
- debate em TORRES NOVAS, dia 25 às 21h30, no Aud. do Museu Municipal, com Sérgio Ribeiro

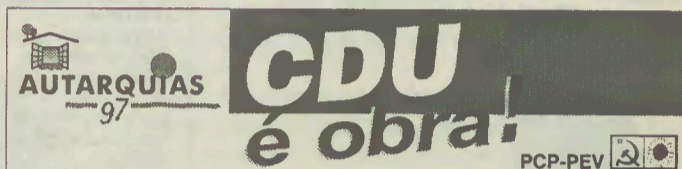
#### Carlos Carvalhas em iniciativas do PCP e da CDU

No decurso dos próximos dias, o Secretário-geral do PCP estará presente em várias iniciativas públicas do PCP e da CDU, nomeadamente no jantar promovido pela organização de Benavente no Restaurante Miradouro, sexta-feira, dia 21, em comemoração do 76.º aniversário do PCP, e no jantar de apresentação do cabeça de lista da CDU à CM de Sesimbra, a realizar na próxima terça-feira, 25 de Março, no Restaurante Sto. António (antigo "Talher de Ouro", em Caixas).

Ainda na terça-feira, dia 25, o Secretário-geral do PCP visita o concelho do Montijo, participando em encontros com eleitos autárquicos e populações, inteirando-se mais de perto de problemas e realidades locais.

Carlos Carvalhas desloca-se, por outro lado, à Póvoa de Varzim, onde no próximo sábado será recebido nos Paços do Concelho pelo Presidente da Câmara Municipal e outros autarcas, e, mais tarde, participará na 4.ª Assembleia da ORP que ali se realiza.

Em Vila Real, onde no domingo à tarde estará presente na 3.ª Assembleia da Organização Regional, encontra-se cerca das 11h com os Corpos Sociais do NERVIR - Núcleo Empresarial de Vila Real.



#### AMADORA

Apresentação da candidatura de **Joel Monteiro** à presidência da JF de Falagueira/Venda Nova: dia 23 às 17h no Centro de Dia dos reformados na Quinta de S. Miguel.

#### BARREIRO

Visita de activistas e eleitos da CDU (AF, AM e CM) à freguesia de Coia: dia 23, com concentração às 10h na sala de reuniões da Junta de Freguesia. Almoço-convívio às 13h no Grupo Desportivo Estrelas Areenses, na Quinta da Areia.

#### BEJA

Encontro concelhio da CDU: dia 22 às 15h, na Casa da Cultura, com a participação de **Luís Sá**.

Serpa - Apresentação pública do candidato da CDU à CM, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 22 às 17h, na residência Serpínia

Almodôvar - Apresentação do candidato da CDU à presidência da CM, com a participação de **Luís Sá**: dia 22 às 11h, no restaurante "A Canga".

#### LISBOA

Encontro CDU com a população de Alcântara, com a participação de **José Godinho**, presidente da JF, **Rego Mendes**, vereador da CML e eleitos do PCP na Freguesia: dia 21 às 21h, na Coop. 2.ª Comuna.

#### SETÚBAL

Debate sobre Rede Viária: na JF de S. Sebastião, dia 21 às 21h30, com a presença do vereador da CDU na CM Setúbal Arq. Ferrá Inácio.

#### QUELUZ

Forum CDU-Queluz sobre os mais graves problemas locais, com a participação de **Lino Paulo** e de eleitos CDU na freguesia: dia 20 às 21h, no Salão da Igreja do Monte Abraão.

#### ALGUEIRÃO/MEM MARTINS

Forum CDU-Queluz com a participação de **Lino Paulo** e de eleitos na freguesia: dia 21 às 21h30, no Salão dos Bombeiros Voluntários.

#### VILA FRANCA DE XIRA

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à AF de **S. João dos Montes**: dia 21, às 19h, no Grupo Columbófilo de A-dos-Loucos

#### Encontro Distrital da ORL sobre as questões da Cultura

Domingo, dia 23, a partir das 10h, no CT Vitória

#### Reunião dos naturais de Ourém e Ferreira do Zêzere

residentes na zona de Lisboa  
Quinta-feira, 20, às 19h no CT Vitória, com **Francisco Lancinha**

#### Outros plenários e reuniões

##### LISBOA

Reunião distrital com membros do Partido nas Coordenadoras, CT's e Sub-CT's, membros dos Secretariados de célula e de sectores de empresa e profissionais, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 25 às 18h30, no CT Vitória. O.T. - 1. As CT's e a situação política e social; 2. Eleições da CIL e de CT's no distrito de Lisboa.

3.ª Assembleia da organização dos comunistas trabalhadores em estruturas sindicais do Sector Sindical da ORL: dia 21 às 18h30, no CT Vitória, com a participação de **António Andrez**.

##### PORTO

Vila Nova de Famalicão - Sessão em **Joane** com **José Calçada**: dia 24 às 21h, a culminar a visita que o deputado do PCP fará durante todo o dia a empresas e sectores sindicais do concelho.

##### SETÚBAL

Reunião de militantes da freguesia de S. Sebastião: domingo, 23, às 15h no CT do Edifício Arrábida.

##### TORRES VEDRAS

Plenário de militantes sobre a situação política e as eleições autárquicas: dia 21 às 21h30, no CT local, com Convívios comemorativos.

#### Convívios comemorativos

**Alverca** - Almoço - Dia 23, às 13h, no Refeitório dos Trab. da JF de Alverca, com a participação de **Domingos Abrantes**.

**Barrancos** - Almoço - Dia 22, às 13h, com **Jerónimo de Sousa**.

**Moura** - Jantar - Dia 22, às 20h30, no restaurante "Patinho", também com **Jerónimo de Sousa**.

**Golegã** - Almoço - Dia 23, às 13h, no restaurante "O Bacalhau", em Azinhaga, com a participação de **José Casanova**.

**Algueirão/Mem Martins** - Almoço - Dia 23, 13h, CT Algueirão (Inscr.: tel. 9214498)

**Ferreira do Alentejo** - Almoço - Dia 23, às 13h, na Casa do Povo CT Alberto Araújo.

**Oliveira do Hospital** - Jantar - Dia 22, às 19h30, na Soc. Recr. de Penalva do Alva.

**Cascais** - Almoço promovido pelas células do **Casino Estoril** e **Hotel Estoril-Sol**: dia 25 às 12h30.

#### Grândola

Comunicação Social nacional e regional

- debate na Biblioteca Municipal dia 25 às 21h com **Carlos Brito**

#### Espaço Cultural Vitória

Dia 22 às 21h30

Noite-convívio

com projecção do filme "Amor em Tempo de Guerra", de Todorovski



JCP/Beja

Assembleia Distrital do Ensino Superior

Dia 22 às 14h30, no CT do PCP

76.º aniversário PCP

1921-1997





TELEVISÃO

Quinta, 20

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
13.55 Carmen
14.50 O Campeão
15.50 Seleção RTP
16.30 Nós, os Ricos
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Enviado Especial
21.25 Vidas de Sal
22.45 Imparáveis
23.20 Polícias
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times
01.05 Automobilismo (Mundial de Ralis)
01.35 Olho Vivo
02.05 Bom Bordo

RTP 2

- 15.30 Patinagem Artística (Campeonato do Mundo)
16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews

Sexta, 21

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.15 Tudo em Cima
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Em Jogo
13.55 Olho Clínico
14.30 Carmen
15.10 O Campeão
16.00 Os Principais
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
22.10 Imperdoável (de Clint Eastwood, EUA/1992, com Clint Eastwood, Gene Hackman, Morgan Freeman, Richard Harris. Ver Destaque)
00.40 24 Horas
01.25 Magazine
01.55 Mesa à Portuguesa
02.25 A Última Chance (de John "Bud" Cardos, EUA/1989, com Gary Busey, Belinda Bauer, Ray Sharkey «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Patinagem Artística
16.00 Informação Gestual

Sábado, 22

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
11.25 Cybermaster
11.55 Outras Estrelas de Hollywood
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top+
14.45 Amores e Rebelião
15.45 Jornal Jovem
16.20 2001
16.45 O Renegado
18.15 Super Bébés
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.00 Contra Informação (Compacto)
21.15 Publicidade / 40 Anos
23.00 Serviço de Urgência
24.00 24 Horas
00.30 Uma Família em Apuros (de Michael Bortman, EUA/1991, com Vincent D'Onofrio, Jennifer Jason Leigh, Pete Berg, Peter Coyote. Drama)
02.35 O Adolescente (de Claude Lallemand, França/1974, com Stephane Audran, Maurice Bonet, Eric Damain. Drama)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Oeste Selvagem
13.00 Spray
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
19.00 Onda Curta: «O Regresso» (de Josee Dayan Co-Prod. Internacional/1990, com Daniel Obyrsky, Evelyn Bouix. Curta-Metragem)
19.30 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - O Século do Cinema (IX)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
23.00 Casablanca (de Michael Curtiz, EUA/1943, com Humphrey Bogart, Ingrid Bergman, Paul Henreid, Claude Rains, Peter Lorre. Ver Destaque)

Domingo, 23

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
11.10 Sem Limites
11.40 Mundial de Cross (Transm. directa)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.45 Alta Voltagem
15.15 86-60-86
15.50 As Aventuras de Tarzan
16.45 Ilusões
18.00 O Regresso dos Marretas
18.25 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
21.50 Vidas de Sal
23.30 Domingo Desportivo
01.30 24 Horas
02.05 Oscars / 97

RTP 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Ciência e Tecnologia
12.10 Máquinas
12.30 Os 100 Melhores Vídeos
13.25 Desporto 2
17.35 O Desejado ou As Montanhas da Lua (de Paulo Rocha, Port.-Fr./1987, com Luís Miguel Cintra, Manuela de Freitas, Jacques Bonnafé, Inês de Medeiros. Drama)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Vida e Amores de Oscar Wilde»
21.00 Charlie
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «Os Gigantes da Montanha», de Pirandello/Strehler
00.45 Vidas do Século: «Anne Frank Remembered» (II)

SIC

- 08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional SIC



Prestes a terminar "Vidas de Sal", o último trabalho de Mário Pereira



Duma cerimónia de entrega dos Oscars a RTP faz top de programação durante três dias...

- 17.15 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Reviver o Passado em Brideshead
21.15 Remate
21.30 Olhar Amargo
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Filha de Satanás (de King Vidor EUA/1949, com Bette Davis, Joseph Cotten, David Brian. Drama. Ver Destaque)
0.55 Falatório

- 16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Colditz
21.00 RTP/Financial Times
21.15 Remate
21.30 Carolina na Cidade
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 As Baleias de Agosto (de Lindsay Anderson, EUA, com Bette Davis, Lillian Gish, Vincent Price, Ann Sothem. Ver Destaque)
00.25 Falatório
01.25 Rumo ao Sul

SIC

- 10.10 Buêrére
11.40 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Jó Soares
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Vida de Casal
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª.
18.10 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.05 Xica da Silva
20.55 Melrose Place
21.45 Futebol: Aik Estocolmo-Barcelona
23.35 Obsessão Mortal (de Kevin Connor, EUA/1994, com Jack Scalia, Veronika Hamel. «Thriller»)
01.20 TVI Jornal
01.55 A Balada de Hill Street



Oscar Wilde, cuja "Vida e Amores" - no "Artes e Letras" desta semana - fez (e faz) muitas vezes esquecer os seus talentos

- 00.50 "Evita" - A produção
01.35 Dirigindo Malher (Sinfonia nº 2)

SIC

- 08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cuidado com as Aparências
14.30 Shogun
15.20 Hércules
16.05 Raven
17.05 Suspeita Dupla (de Paul Ziller, EUA/1994, com Gary Busey, Kim Cattrall. Acção)
19.00 Walker
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 Rangoon (EUA, com Patricia Arquette, Frances Mc Dornand, Salding Gray. Drama)

TVI

- 09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.25 Cousteau: Os Grandes Rios
13.25 Contra-Ataque
15.10 Guerreiro do Tempo
16.50 Animação
17.10 Top of The Pops
18.10 Cybernet
18.40 Lar, Louco Lar
19.25 Futebol
21.20 Telejornal
22.00 Xica da Silva (Compacto)
23.15 O Tambor (de Volker Schlöndorff, RFA-Fr./1979, com David Bennent, Marcio Adorf, Angela Wionkier. Drama)
02.00 Notícias

- 14.30 Shogun
15.20 Xena, a Princesa Guerreira
16.10 A Balada de Nova Iorque
17.00 Os Imortais
17.50 Beirute, Zona de Alto Risco (de Steven Cornwell, EUA/1990, com Michael Paré, Lorenzo Lamas. Acção)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Chuva de Estrelas
21.40 Salsa e Merengue
22.50 A Testemunha do Crime (de Brian De Palma, EUA/1984, Melanie Griffith, Craig Wasson, Gregg Henry «Thriller»)
01.05 Último Jornal
01.25 Jó Soares
02.25 Portugal Radical

TVI

- 08.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 Cousteau: Os Grandes Rios
15.30 Dr. Otto (de John Cherry, EUA/1986, com Jim Varney, Ron K. James, Duke Emmsberger. Fantástico)
17.25 O Céu Como Horizonte
18.20 O Detective das Mil Caras
19.30 Futebol: Parma-Inter
21.20 Telejornal
22.00 Profiler
23.00 Os Melhores Anos das Nossas Vidas (de William Wyler, EUA/1946, com Fredric March, Myma Loy, Dana Andrews, Teresa Wright. Ver Destaque)
01.00 Notícias

Segunda, 24

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Rali de Portugal
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.45 Carmen
15.45 O Campeão
16.25 Rali de Portugal
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
20.00 Telejornal
21.00 Isto... só Vídeo
21.20 Futebol: Estrela da Amadora-Benfica
23.35 Vidas de Sal
00.25 24 Horas
01.00 Oscars/97 (Transm. directa)
05.30 O Tempo

RTP 2

- 15.00 Patinagem Artística
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.00 Metade do Céu
19.30 Encontros Imediatos
20.05 O Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 O Messias (de Roberto Rossellini, It/1975, com Pier Maria Rossi, Mita Ungaro. Drama bíblico)
01.20 Vida de Jesus

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.40 Donos da Bola
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ponto de Encontro
22.55 48 Horas Mais (de Walter Hill, EUA/1990, com Nick Nolte, Eddie Murphy. Acção)
00.55 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.25 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª.
18.10 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
22.45 PSI Factor
23.40 TVI Jornal
00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 25

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
09.25 Rali de Portugal
10.30 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
13.55 Carmen
14.25 O Campeão
15.20 Jet 7
16.25 Rali de Portugal
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País, País
20.00 Telejornal
20.50 Nós, os Ricos
21.40 Vidas de Sal
23.00 Oscars 97
00.45 24 Horas
01.30 Horizontes da Memória
02.30 Regresso Amaldiçoado (de Rod Holcomb, EUA/1991, com Jennifer O'Neil. Telefilme / Drama)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Será Legal?
22.00 Jornal 2
22.30 A Bíblia (de John Huston, EUA/1966, com John Huston, Richard Harris. Drama bíblico)
01.55 Vida de Jesus

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Conversas Secretas
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Era Uma Vez
21.50 O Rei do Gado
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.50 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª.
18.10 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Jornal do Mundo
22.00 Procurando Uma Mãe (de Michael Pressman, EUA, com Melissa Gilbert, Tim Matheson, Matthew Lawrence. Telefilme Dramático)
23.50 TVI Jornal
00.20 A Balada de Hill Street

Quarta, 26

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
09.25 Rali de Portugal
10.30 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Carmen
15.00 O Campeão
15.50 Queridas e Maduras
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.00 100% Natural
19.00 País, País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Teneças
21.25 Vidas de Sal
22.25 A Mulher do Sr. Ministro
22.50 Crime Violento
23.50 Rali de Portugal
24.00 24 Horas
00.45 O Admirador (de Edward Bianchi, EUA/1975, com Lauren Bacall, James Garner, Maureen Stapleton. «Thriller»)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 Encontros Imediatos
20.00 Shaka Zulu
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Quo Vadis (de Mervyn Leroy, EUA/1951, com Robert Taylor, Deborah Kerr. Drama bíblico)
01.55 Vida de Jesus

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Escrita em Dia
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
22.45 Cadeira do Poder
24.00 A Noite da Má-Língua
01.00 Último Jornal
01.25 Toda a Verdade
02.30 Vibrações

TVI

- 10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Rio Selvagem
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
17.30 Trapos & Cª.
18.10 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Melrose Place
22.00 Vidas Paralelas (de Linda Yellen, EUA, com Lisa Minelli, Dudley Moore, Robert Wagner, James Belushi, Gena Rowlands. Drama)
00.10 TVI Jornal
00.45 A Balada de Hill Street



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## A Filha de Satanás

(Quinta, 22.40, RTP2)

O ciclo dedicado pela RTP2 a Bette Davis prossegue com mais dois interessantes filmes. *A Filha de Satanás*, de King Vidor, é um excelente exemplo dos papéis que caracterizaram o trabalho de B. Davis nos anos 40-50: mulheres de forte personalidade, manifestando desequilíbrios e perversidades particularmente incriminatórias do estatuto feminino da moralista sociedade americana.

Bette Davis afirmava aliás gostar de representar esse tipo de papéis (de «bruxa», conforme dizia...) que acabaram a constituir uma sua imagem de marca, até na medida em que havia alguma ligação entre eles e a sua própria trajetória na indústria cinematográfica. A intérprete de *Jezebel* tornou-se uma das mais prestigiadas figuras de Hollywood pelo seu persistente conflito com os grandes estúdios e a sua recusa em sujeitar-se aos ditames do *star system*. Em 1936, com 28 anos e no apogeu da sua beleza, cortou com a Warner Brothers e emigrou para Londres para trabalhar em filmes britânicos, colocando exigências para o seu regresso aos estúdios americanos que se reflectiriam nas carreiras de muitas outras atrizes.

## As Baleias de Agosto

(Quinta, 22.50, RTP2)

*As Baleias de Agosto*, de 1987, é, na prática, o seu último filme (duas produções posteriores são irrelevantes) e o segundo de «diálogo» com outro «monstro sagrado» de Hollywood: em 1962 contracenara com Joan Crawford em *What Happened to Baby Jane?* e aqui com Lillian Gish, também no seu último filme, com 91 anos quando das filmagens!

Com um argumento essencialmente virado para as duas intérpretes brilharem, *As Baleias de Agosto* tem a especial curiosidade de colocar frente a frente duas atrizes que marcaram a técnica de representação cinematográfica de forma aparentemente contraditória, o que a diferença de idades desde logo explica (Lillian Gish começou em 1912 e participou já em mais de 80 películas quando Bette Davis iniciou a sua carreira em 1931).

Actriz emblemática de D.W. Griffith, Lillian Gish marcou o efectivo início da representação especificamente cinematográfica introduzindo, em pleno período do filme mudo, uma contenção dramática, uma expressividade e uma noção de tempo que claramente contrastavam com o estilo exuberante e excessivo que os actores, exclusivamente com preparação teatral, então utilizavam. Esta contenção e a imagem angelical e desprotegida que Griffith largamente explorou marcaram as heroínas cinematográficas até à década de 30, quando se revelou a preferência por figuras de personalidade e sensualidade mais marcadas com Greta Garbo, Joan Crawford e exactamente Bette Davis cuja coragem para desempenhar personagens psicologicamente controversas daria ainda maior autoridade profissional às atrizes.

(Russel) à sua terra natal e as dificuldades da sua reintegração. A excelente realização de Wyler (outro Oscar) evita qualquer transigência com efeitos fáceis ao longo das quase três horas de projecção e, apoiado na inigualável fotografia do Gregg Toland (também um Oscar), consegue transmitir o choque enfrentado pelos veteranos nos novos ambientes (igualmente famosas as imagens de Dana Andrews no, aliás, autêntico cemitério de aviões de Ontário, na Califórnia).

Harold Russel recebeu um Oscar como actor secundário e um galardão especial pelo apoio que a sua participação no filme constituiu para a reintegração dos mutilados de guerra.

## Imperdoável

(Sexta, 22.05, RTP1)

Quase todos os grandes realizadores de *western* sentiram a



Bette Davis em «A Filha de Satanás»



40 anos mais tarde, contracenando com Lillian Gish em «As Baleias de Agosto»



O fabuloso elenco de «Os Melhores Anos das Nossas Vidas», de William Wyler

## Os Melhores Anos das Nossas Vidas

(Domingo, 23.00, TVI)

*Os Melhores Anos das Nossas Vidas* mantém-se como um dos mais conseguidos documentos sobre um problema social que repetidas vezes ao longo deste século se colocou às sociedades contemporâneas: a reintegração de combatentes.

A ideia para esta película, que ganhou sete Oscars, foi de Samuel Goldwyn que, ainda em 1944, em plena II Guerra Mundial, na sequência da leitura de um artigo na revista *Time*, encomendou um argumento ao escritor MacKinley Kantor que lhe entregaria uma obra em verso livre em Janeiro do ano seguinte. O teor da obra desencorajou Goldwyn, mas, publicado o livro, o realizador William Wyler e o argumentista Robert Sherwood convenceram o produtor a de novo pegar no projecto. A filmagem começaria em Abril de 46 e terminaria em Agosto.

Por sugestão de Wyler, o cast incluiria Harold Russel, um sargento pára-quedista que perdera ambas as mãos na explosão de uma granada. Russel protagonizara um filme pedagógico destinado aos mutilados, *Diary of a Sergeant*, sobre a sua espectacular recuperação e o uso das suas mãos artificiais (a cena do casamento em que com elas Russel coloca a aliança no dedo da sua noiva transformar-se-ia numa imagem emblemática da película).

O excelente argumento de Sherwood (premiado com um dos Oscars) relata o regresso de três ex-combatentes, um do Exército (Fredric March), outro da Força Aérea (Dana Andrews) e outro da Marinha

*Imperdoável* baseia-se num argumento de David Webb Peoples,

produzido quando o escritor ainda não saltara para a celebridade com *Blade Runner*, e conta a história de um retirado e pouco recomendável pistoleiro que vive com o seu filho e resolve aceitar os mil dólares que as prostitutas de um bordel resolvem pagar a quem eliminar o assassino de uma das suas companheiras, deixado impune pelo xerife local (uma soberba criação de Gene Hackman que lhe valeria um Oscar).

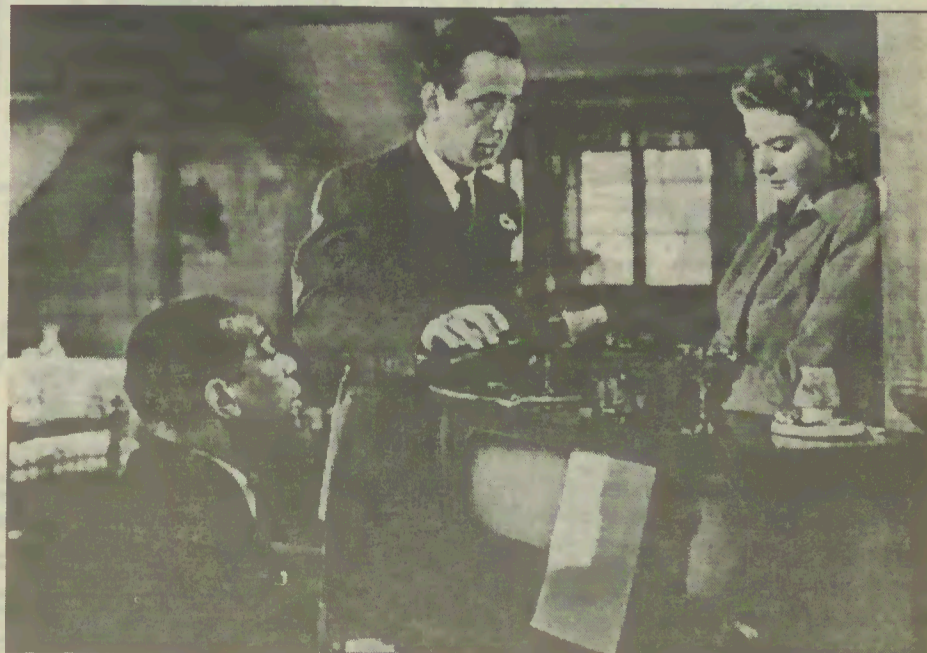
Peoples e Eastwood são implacáveis no ambiente decadente em que toda a violência se desenrola e um dos mais curiosos personagens é sem dúvida o autor de livros populares que mitifica a realidade de xerifes e pistoleiros, no fundo um cruel olhar sobre o papel desempenhado pelo próprio cinema.

necessidade de lançarem sobre a mitologia dos filmes do Oeste um olhar crítico, um pouco como se o impacto desses mitos na América contemporânea os levasse a repensar o papel exercido por um género cinematográfico que em muitas circunstâncias revelou pouco rigor histórico e polémicas posturas ideológicas (a imagem criada dos índios é apenas um dos muitos exemplos).

Clint Eastwood não fugiu à regra e este seu *Imperdoável* é mais uma daquelas surpreendentes criações onde um realizador e intérprete que deu corpo a alguns dos arquétipos mais violentos do cinema americano («Dirty» Harry de Don Siegel ou os cowboys de Sergio Leone) se confronta consigo próprio e com os universos a que deu expressão.



Clint Eastwood, autor e intérprete de «Imperdoável»



Uma das cenas emblemáticas de «Casablanca»

## Casablanca

(Sábado, 23.00, RTP2)

Quase tudo está dito sobre um dos mais míticos filmes da história do cinema: *Casablanca*.

Quando do 50º aniversário da obra de Michael Curtiz, em 1992, o crítico norte-americano Roger Ebert chamava contudo a atenção para um pormenor interessante e que valerá a pena lembrar em mais uma passagem da película nos ecrãs televisivos: a estrutura de *Casablanca*, seja na componente factual e seu encadeado narrativo seja na definição de personagens, quase torna obrigatória a sua visão mais do que uma vez.

A questão reside em que não só a história de *Casablanca* está longe de ser linear como, ao longo da narrativa, não apenas novos factos contrariam visões sugeridas por factos anteriores como as personagens se comportam de forma igualmente surpreendente que, inclusive, leva a que até ao final não seja inteiramente previsível o desenlace. De passagem, diga-se que até à conclusão das filmagens se admitiram (embora contra a opinião de Curtiz e do principal argumentista, Edward Koch, um dos «dez de Hollywood») duas alternativas: ou Lisa/Ingrid Bergman partia com Vitor Lazlo/Paul Henreid ou ficava com Rick/Humphrey Bogart.

Mas, na verdade, numerosas sequências forçam, à medida que vão aparecendo, a outra leitura do que entretanto foi visto, o que evidentemente solicita novo visionamento. Note-se, por exemplo, que as imagens do romance de Lisa-Rick em Paris modificam a imagem que foi criada quando do encontro destes no café, tal como a decisão de Rick é sempre duvidosa. O seu comportamento e postura é tudo menos linear, ao ponto de por vezes despertar antipatia, como é o caso do tratamento dado a Ugarte/Peter Lorre.

Inteiramente desconcertante é ainda a figura do comandante da polícia francesa Renault/Claude Rains: apresenta Lisa e Lazlo a Rick, mas acede à exigência do comandante nazi para fechar o café após «A Marselhesa»; ele próprio avisa Strasser/Conrad Veight da partida dos fugitivos, após a partida ameaça Rick de prisão e acaba a ordenar a prisão dos «suspeitos do costume» e a ouvir Rick anunciar em histórica sequência «*Louis, I think this is the beginning of a beautiful friendship*», na perspectiva de comum partida para Brazaville ao encontro das Forças Francesas Livres...

A história de *Casablanca* inclui numerosos episódios sobre a multiplicidade dos contributos para o diálogo e argumento. É já com as filmagens a decorrer que os irmãos Epstein, co-autores do argumento, sugerem a tirada «O major Strasser foi abatido. Prendam os habituais suspeitos» e a frase final de Bogart sobre a amizade com Renault foi uma ideia do produtor Hall Wallis gravada apenas em som já depois das filmagens concluídas, solução possível por Bogart e Rains se afastarem filmados de costas!

Por outro lado, e embora a publicidade da Warner Brothers nos tempos de solidariedade internacionalista da estreia tenha caído no exagero de

falar em naturais de 34 países participando no filme, a verdade é que não é difícil encontrar mais de uma dezena de nacionalidades e culturas a ele directamente ligadas. «Everybody comes to Rick's», a frase com que Renault apresenta o café de Rick a Strasser era aliás o título da novela do professor universitário Murray Bernet que deu origem ao filme e que este escrevera em 1938, após uma viagem à Europa onde o nazismo crescia e usando como inspiração um cosmopolita café do sul de França onde encontrara um pianista negro norte-americano e uma assistência de todas as nacionalidades e cores políticas...

Que seja na contraditória riqueza e diversidade de personagens e situações que reside o fascínio do mais emblemático dos filmes antifascistas, eis o que vem ao encontro dessa ideia antiga que a liberdade e a vida são inseparáveis.



## TELEVISÃO

■ Correia  
da Fonseca

# A dinâmica do inescrúpulo ou quanto mais reles melhor

Um protesto percorre a Europa. Pelo menos a Europa, que do resto do mundo sei ainda menos. Escrita assim, a lembrar uma outra que ficou inscrita na história dos homens, a frase podia aludir ao actual momento político, com milhares de cidadãos a darem sinais de terem compreendido que chegou o tempo de mostrar que estão despertos: camionistas em Espanha, milhares de franceses mobilizados contra o racismo e a xenofobia, trabalhadores de vários países reunidos em manifestação contra os despedimentos de Vilvoord. Mas não, esse é um tema para as outras páginas (se é que, na verdade, não é tema presente, em transparência, de perto ou de longe, em todas as páginas do «Avante!»).

O protesto de que falo e que, parece-me, percorre a Europa, é um protesto menos visível e menos audível, digamos que discreto: não visa péssimas condições de trabalho, não se ergue contra práticas sintomaticamente coincidentes com tónicas da propaganda neofascistas, não resiste a vagas de despedimentos. É um protesto manso e quase apenas murmurado: denuncia, nas páginas da Imprensa espanhola, francesa, inglesa, italiana, o insuportável mau cheiro que se desprende de boa parte da actual TV europeia.

## Alguns rumores

Dir-se-á que é um protesto contra bem pouca coisa, num momento histórico que pode ser de viragem para a Europa. Não sei: sei, ou julgo saber, que ainda é cedo para que se possa medir com mínima segurança o que pode ou não pode a Televisão para cegar povos, derrubar muros, perder as gentes. E sei também, como toda a gente sabe ou pode saber, que a degradação da qualidade da TV na Europa coincidiu com a degradação das perspectivas de ordenação social justa. Temos hoje, neste velho continente que um dia um europeísta da cultura designou por «essa Grécia ampliada», uma Televisão mais despididamente cretinizante e uma sociedade ainda mais selvaticamente injusta, num e noutro plano campeando a arrogância dos que, tendo vencido uma ou duas batalhas, passaram a acreditar que ganharam definitivamente a guerra e que, para maior segurança sua, a História acabou ali. É que os dois fenómenos têm raiz comum: a hegemonia de um capitalismo de perfil transnacional que, tendo-se finalmente desembarçado de uma realidade que embora defeituosa durante setenta anos o apavorou e encheu de pesadelos, passou a dominar sem aparente resistência todos e cada um dos sectores da vida quotidiana. Até que um dia destes, ninguém saberá dizer ao certo qual, se tornaram sensíveis alguns rumores, alguns movimentos. Era como o sangue que voltava a circular num corpo supostamente morto.

Apetece voltar atrás por um momento só e falar de qualquer coisa que não tem a ver apenas com a Televisão, mas também não lhe é tão distante quanto alguns supõe pela razão primária mas suficiente de que a TV também é parte integrante da vida. Foi, de resto, num recente número de uma revista francesa especializada em Televisão (o seu título, «Télérama», é suficientemente explícito), para mais de feição assumidamente católica e anti-comunista, que eu vi, ocupando toda a capa, o rosto de Karl Marx e uma legenda preocupada: «Marx - le retour?». Nas páginas interiores, políticos, filósofos ou sindicalistas, todos eles não - comunistas, concedem a Marx e ao marxismo a vitória

de terem razão por cima de todos os alegados desmentidos dos últimos anos. E, em editorial, François Ganon termina: «Reler Marx, não obstante os seus impasses, é reencontrar o sabor de um mundo onde os anjos têm sexo, os crimes têm um móbil, as ideias tornam-se o que nunca teriam deixado de ser: concretas.»

O suposto regresso de Marx, que de facto nunca esteve ausente mas apenas submerso em nevoeiros, resulta do facto de o capitalismo se ter revelado sem grandes disfarces, em toda a sua brutalidade. Paralelamente, os protestos que se vêm multiplicando contra os rostos mais nuamente imbecis de diversas TV's decorrem da ocupação que o mesmíssimo capitalismo veio fazendo, por essa (quer dizer: esta!) Europa fora, das estações

mais poderosas, e da influência crescente e indisfarçada que veio ganhando sobre as que não domina formalmente. Essa ocupação e influência realizaram-se, como se sabe, ao abrigo de uma impostura segundo a qual a livre concorrência entre empresas privadas iria segregar um crescente aumento da qualidade. Por uma questão de mera arrumação de ideias, sem a presunção de desencadear reflexões inovadoras, vale a pena lembrar que isso só seria assim se a estratégia capitalista de conquista de mercados e audiências se inscrevesse num entendimento da TV como instrumento ao serviço dos homens, isto é, da permanente construção de olhares lúcidos e informados. Mas não: um itinerário desses não está nem na natureza nem no interesse do capitalismo. Ele bem sabe, de uma sabedoria que nem precisa de grande trabalho de inteligência porque lhe está alojado sob a pele, que a sua «gestão» do processo político e económico do mundo tende a um irremediável desastre a médio ou longo prazo: a exaustão de recursos pela exploração incontrolada, a apocalíptica desvastação ao

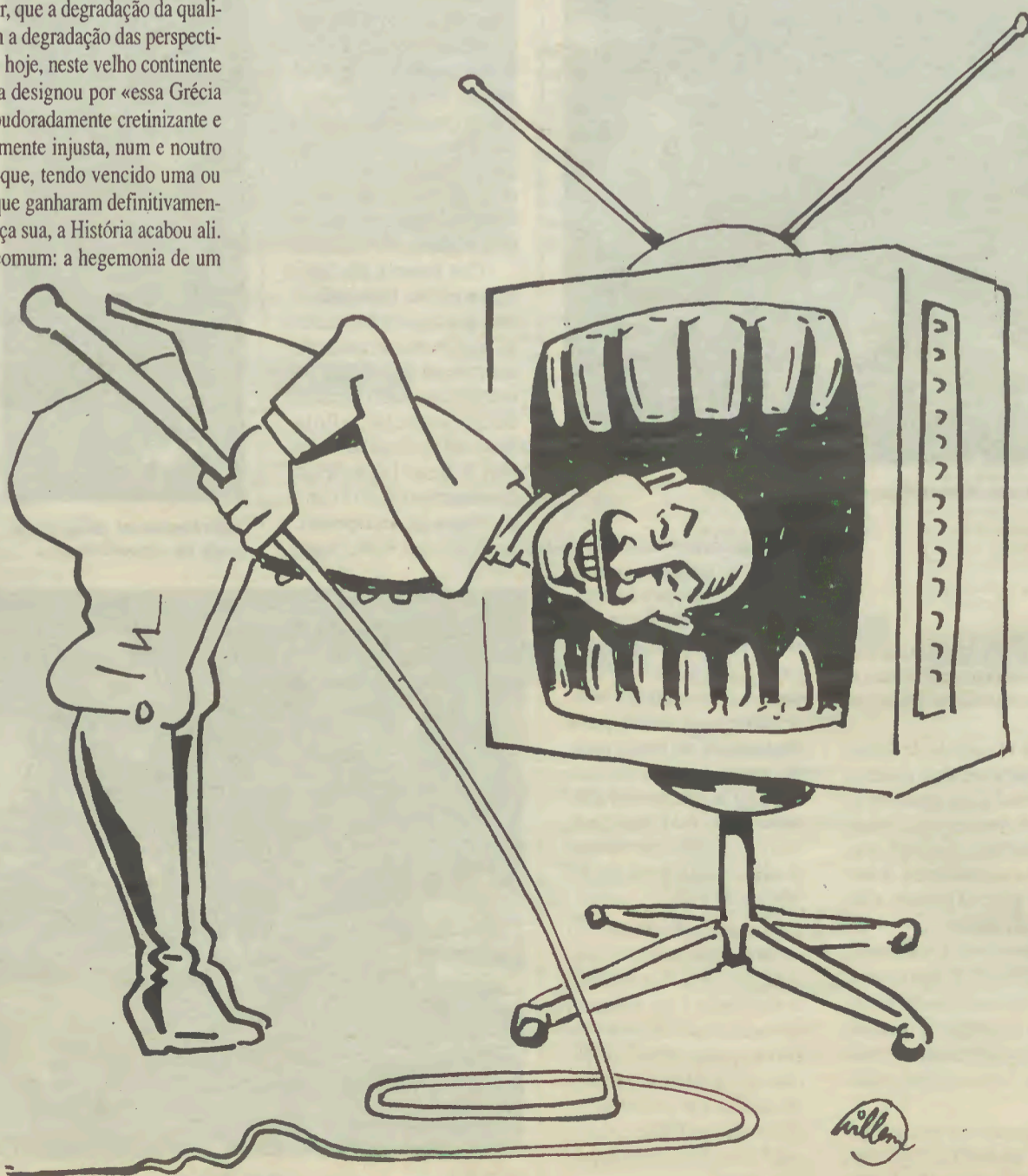
ambiente, e negociismo com meios de destruição hiperpoderosos, a agudização dos contrastes sociais, são problemas trágicos para os quais o capitalismo não tem solução. Mas, de facto, nem pensa neles: tudo quanto lhe interessa é o lucro maximalizado, já depois, porventura até já na geração seguinte, pode ser o dilúvio. Não quer saber disso seriamente. Toda a sua vocação é desenrascar-se agora, o melhor possível. Toda a sua perspectiva temporal se contém nesta palavra: **agora.**

## Uma lógica interna

Porém, o capitalismo é um sistema em que muitos perdem quase tudo para que só possa ganhar muito (voltamos ao velho Garrett, que nem podia ser marxista: «quantos pobres são precisos...?»), e este facto é de todo incompatível com uma TV que multiplique a lucidez. Sabendo-se isto, não é preciso acreditarmos que em cada estação de TV entregue ao capitalismo está um «comando» de especialistas na técnica de impor programações intoxicantes e emparvedoras a teleplateias que lhes resistem. Infelizmente, as coisas são-lhes mais fáceis: basta injectar como regra acima de qualquer suspeita o convencimento de que a TV mais profundamente justa e democrática é a que fornece a populações prévia e longamente inoculadas com o vírus da ignorância militante maiores doses de primarismo. A partir daí, tudo é fácil: o jogo da livre concorrência desencadeia um processo em que a falta de qualquer escrúpulo é o trunfo maior. Aí, sim, e não noutros casos muito denunciados, os fins (a vitória da «pureza» concorrencial não embaraçada por considerações éticas) justificam os meios (a redução dos telespectadores à condição de consumidores acéfalos de produtos não só altamente tóxicos mas também mutiladores da humanidade plena). Emerge então uma dinâmica interna de inescrúpulo que gera, estimula e multiplica

inescrúpulos posteriores, todos eles sempre abençoados pela maior glória do Mercado. De facto, abençoadas pela crescente segurança de um sistema que se reforça sempre que um cidadão soçobra às pressões diárias e começa a rir-se quando as gargalhadas «off» o mandam rir, a divertir-se quando alguém se vende em público para tentar ganhar um automóvel, a acreditar que «os políticos» são todos como os que vão à TV ridicularizarem-se a si próprios. Em resumo: à sombra dos direitos inalienáveis da concorrência entre estações «livres», isto é, privadas, floresce a lógica interna de um crescente abandono de regras ou de simples asseios, tudo sempre em benefício directo ou indirecto dos proprietários das libérrimas estações. E se o mercado foi condicionado para saborear coisas reles, em dar-lhe coisas reles é que está a virtude.

É, sem dúvida, um sistema óptimo: moderno, automático, quase perfeito. Quase. Porque, apesar de tudo, não é possível adormecer as gentes ao ponto de eliminar toda a capacidade de pensamento, de avidez por justiça, de revolta. E também aqui ocorre o que recentemente todos puderam aprender a propósito da clonagem: a partir de uma única célula viva, é possível chegar a um espécime humano integral. Por isso, sempre seria inevitável que, mais tarde ou mais cedo, assistíssemos ao que está a acontecer: um protesto percorre a Europa, por enquanto esparso, contra a TV que anda por aí, a trair os homens dentro das suas próprias casas.





ESCAPARATE



EXPOSIÇÕES

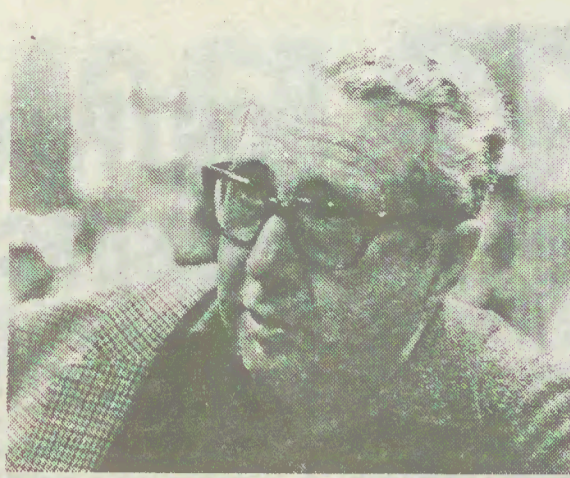
Visitas em companhia

Visitas, todas as quartas-feiras, às 15 horas, é o que propõe a *Fundação Gulbenkian*, convidando o público às suas galerias para **Encontros com a Obra de Arte**. Acompanhados por especialistas nos temas das várias exposições programadas, os **Encontros** tiveram o seu início com a visita à coleção de moedas gregas, e prosseguem até 18 de Junho. O Museu Gulbenkian abre-se, gratuitamente, todas as quartas-feiras. Aproveite quem puder. Este é o mês da cerâmica. **Maria Queiroz Ribeiro** comenta a *Presença da Europa na Cerâmica Otomana de Iznik*; **Maria Antónia Pinto de Matos** convida-nos a apreciar a *Porcelana da China na Coleção Gulbenkian - Da Dinastia Yuan à Dinastia Qing*. Dos próximos meses falaremos a seu tempo.

BANDAS

Festival Tocabrir

O *Pelouro da Juventude da CML* leva mais uma vez a efeito o **Festival Tocabrir**, em que participam numerosas *bandas de garagem ou underground*. O Festival já começou no passado dia 17, prolonga-se até ao próximo domingo e decorre no *Marquês Rock Clube, no Largo do Marquês do Lavradio, nº 1*. Todas as noites, com início às 21 horas. Cada banda tem cerca de meia hora prevista de actuação e as sessões prometem acabar tarde. Abundam os nomes em Inglês, como parece ser da praxe. Hoje actuam **Bloonman, Feitos à Pressão, Babe Wore Red, Black Widows, Emily's Midget, Geth, Blobbers** e **Dream Factory**.



Manuel Guimarães

Retomando os seus ciclos sobre cineastas portugueses, a Cinemateca Nacional torna aos clássicos, desta vez detendo-se na obra de **Manuel Guimarães**. E dá-lhe um nome - **Manuel Guimarães - a Travessia do Deserto**. Não veremos aí toda a obra do cineasta, neste ciclo que teve início com **O Desterrado**, realizado em 1949, a primeira curta-metragem deste artista do neo-realismo cinematográfico português, a que se seguiu - e segue, nesta retrospectiva - **Saltimbancos** (1959), a sua primeira longa-metragem. Outros filmes importantes são exibidos - **Nazaré, Vidas sem Rumo, o Trigo e o Joio**, num percurso em que não escapam variações, como por exemplo a incursão populista realizada em 1958, **A Costureirinha da Sé**.

Trata-se de uma importante retrospectiva, esta que a Cinemateca propõe, sobre um cineasta hoje menos recordado que outros seus contemporâneos e que entrou no cinema pela porta da assistência de realização, onde adquiriu a experiência que mais tarde o levaria à direcção de filmes. **Manuel Guimarães**, que não chegou a "aproveitar" Abril, tendo falecido sem completar a montagem de **Cântico Final** (1975), há-de deixar sempre, ao espectador que o revê, a interrogação sobre de que modo a sua arte sobreviveria à liberdade, ele que teve a coragem de trabalhar sob a censura fascista, sem abdicar da sua visão do mundo.

LIVROS



Crime em Montparnasse

Se calhar, a literatura policial já não é o que era, e sinais disso serão a menor produção vinda a lume neste género, os novos nomes que por aí se vão afirmando mastigando passadas já feitas, a procura de novos caminhos por entre as novas realidades. De vez em quando lá aparece um livro interessante. Como este que a **Caminho** recentemente lançou, na sua prestigiada mas muito mais comedida coleção policial, dirigida por **Belmiro Guimarães**, com as sóbrias capas de **Henrique Cayatte**, e que tantos nomes portugueses já afirmou. Assinado por **Howard Engel**, nome bem conhecido do público e várias vezes editado nesta coleção, este romance, muito ao gosto do autor, vai buscar ao passado um certo tom exótico. O tempo da acção é nada menos que os anos 20, o lugar é Paris nesse fulgor do longo momento entre as duas guerras mundiais. E as personagens... são Hemingway (ele mesmo!), com outro nome, mais os seus amigos arrancados das páginas do famoso livro **Fiesta**. Na ressaca da **fiesta**, há um crime, entre os componentes do grupo que Gertrude Stein apelidou de geração perdida. Gertrude, aliás, também faz parte da história... Mas não revelemos mais...

TEATRO E POESIA

Vozes da Paixão

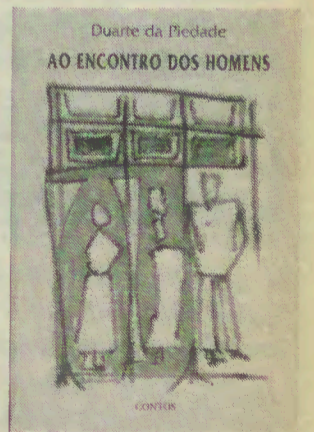
De **Almeida Faria**, por **Diogo Dória**, é assim que se apresenta este espectáculo que a partir de hoje e até dia 24, sempre às 21,30 horas, tem lugar no **Centro Cultural de Belém**. Trata-se de uma co-produção do CCB e da Sociedade Criativa, que leva à cena, no **Pequeno Auditório** daquele Centro um espectáculo em que participam **Isabel Muñoz Cardoso, Pedro Carraca, Eugénia Bettencourt, Diogo Dória, Américo Silva, Beatriz Batarda e Tiago Gomes**.

Projecto Um

Teve início em 7 do corrente a **Quinzena da Juventude Almada**, que se prolonga até 23. Com a designação de **Projecto Um**, o colectivo que edita **Debaixo do Bulcão**, *poezine* - cujo segundo número é agora publicado e inclui a participação de jovens poetas de Almada, Lisboa e Setúbal -, lança uma série de iniciativas, entre as quais o espectáculo **Auto dos Pastores Brutos**, cuja estreia se realizou no passado dia 13, em **Cacilhas, na Casa Municipal da Juventude - Ponto de Encontro**. Trata-se de uma «performance poética», com marionetas e acompanhamento audiovisual, em encenação colectiva. Os promotores da quinzena prometem, entretanto, encher Almada «com cartazes e faixas com frases poéticas»...

Encontro de Março

**Encontros com o Teatro** é uma das iniciativas que em Março são promovidas em Estremoz, entre as muitas actividades culturais propostas naquele concelho alentejano - cinema, exposições, desporto, lançamento de livros. No que toca ao espectáculo teatral, registamos o poema trágico de **Federico Garcia Llorca, Erma**, que foi levado à cena no passado sábado. E a peça de **Luigi Pirandello, o Homem, a Besta e a Virtude**, em encenação de **Fernando Ramos**, que será apresentada pelo **Centro Dramático de Évora no Teatro Bernardim Ribeiro**, no próximo dia 22.

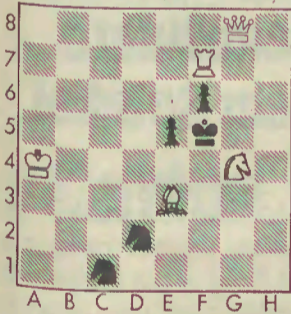


Ao Encontro dos Homens

Do autor, **Duarte da Piedade**, recebeu o nosso jornal um exemplar do seu livro de contos **Ao Encontro dos Homens**. São histórias vigorosas, escritas com a imaginação e a memória de lutas e de bravuras num mundo cercado de violências e rasgado de esperanças. A edição, com uma bela capa e ilustrações de **José Coelho**, é da iniciativa do próprio autor, que nos revela o seu endereço - 2350 Torres Novas, na Rua da Arrábida, 44, para onde se pode escrever a solicitar exemplares.

XADREZ

DCIII - 20 DE MARÇO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997X12  
Por: **Miroslav Havel**  
1.º Prémio «Zlatá Praha», 16.VI.1911  
Pr.: [5]: Ps.é5,f6-Cs.c1,d2-Rg5  
Br.: [5]: Cg4-Bé3-Tf7-Dg8-Ra4



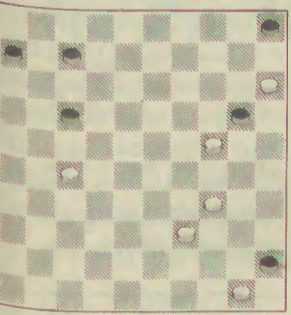
Mate em 4 [Três] lances  
\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº 1997X12 [M.H.]

1. Bc5 [Ameaça: 2. T:f6+,R64. 3. Cf2+], R64;  
2. Cf2+, Rd5; 3. Tc7+  
1. ..., Rf4. 2. Cf6,é4; 3. Cd7+  
A. de M. M.

DAMAS

DCIII - 20 DE MARÇO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997D12  
Por: **PAUL DEGUÉE**  
À L'ombre de Mon Clocher - Bélgica, 1970  
Pr.: [6]: 5-6-7-17-20-45  
Br.: [6]: 15-24-27-34-39-50

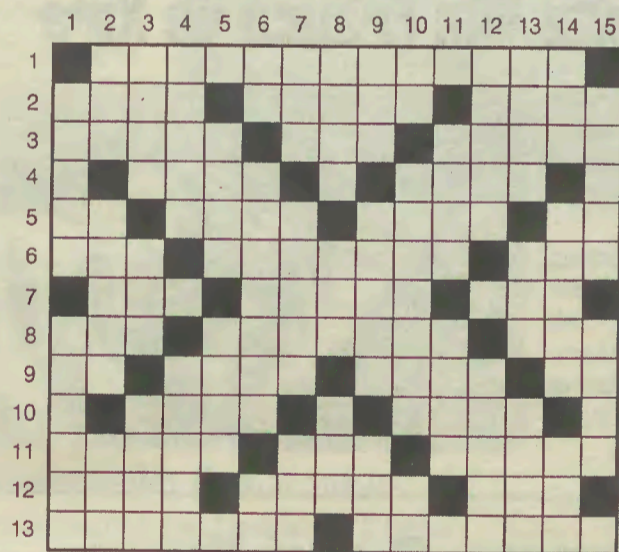


Brancas jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº 1997D12 [P. D.]

1. 27-21 (20x40). 2. 21x1-D (40-44). 3. 1-40 (45X43). 4. 50x48+ [posição] [posição]  
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



**HORIZONTAIS:** 1 - Depreciações. 2 - Fraude; indolente; anéis de cadeia. 3 - Osso do braço; rale; velha. 4 - Estigam; lavrar. 5 - Gume; cama de lona, para transporte de doentes; espécie de tatu; sexto. 6 - Propala-se; arrancar; bondosa. 7 - Irrita; cidade sede dos templários; ofertar. 8 - Gavinha; mudas; textualmente. 9 - Solitário; abre furos; vila célebre pelo seu pão-de-ló; nota musical. 10 - Brisa; procedia. 11 - Figura que representava uma divindade, objecto de culto; cont. prep. e art.; enjas. 12 - Consagra; nome de homem; rezai. 13 - Espécie; general francês que comandou a terceira invasão.

**VERTICAIS:** 1 - Parlamento russo (pl.); armação do tabuleiro de uma ponte de madeira. 2 - Donativo; mau crítico; título nobiliárquico que precede os nomes próprios de reis, príncipes, etc. 3 - Aqueles de que falamos; anel; macaco nocturno da América Tropical. 4 - Todavia; furiosas. 5 - Sem nada dentro; restabeleço a saúde. 6 - Vogal no plural; obedece; érbio (s.q.); 7 - Prep.; além; fileira. 8 - Enguias; patroa; já não é. 9 - Henrique VIII, teve duas mulheres com este nome; charrua; tio da América. 10 - Basta; recebia; saudável. 11 - Furores; bruxa entre os romanos. 12 - Estancar; zombarias. 13 - Cheiro; instrumentos de trabalho dos forneiros; de sabor picante. 14 - Pedido de socorro no mar; varonil; Joana sem pés nem cabeça. 15 - Estava informada; canela silvestre.

**VERTICAIS:** 1 - Dumas; estiva. 2 - Dom; zolito; Dom. 3 - Eles; arq; auto. 4 - Forém; fúlas. 5 - Ocas; curo. 6 - Es; acatar. 7 - Com; acola; ala. 8 - Irós; ama; fol. 9 - Ana; arado; Sam. 10 - Td; apara; sa. 11 - Iras; saga. 12 - Vedar; rissos. 13 - Olor; pés; acre. 14 - SOS; virt; oam. 15 - Sabia; castia.

**VERTICAIS:** 1 - Dumas; estiva. 2 - Dom; zolito; Dom. 3 - Eles; arq; auto. 4 - Forém; fúlas. 5 - Ocas; curo. 6 - Es; acatar. 7 - Com; acola; ala. 8 - Irós; ama; fol. 9 - Ana; arado; Sam. 10 - Td; apara; sa. 11 - Iras; saga. 12 - Vedar; rissos. 13 - Olor; pés; acre. 14 - SOS; virt; oam. 15 - Sabia; castia.

**HORIZONTAIS:** 1 - Depreciações. 2 - Fraude; indolente; anéis de cadeia. 3 - Osso do braço; rale; velha. 4 - Estigam; lavrar. 5 - Gume; cama de lona, para transporte de doentes; espécie de tatu; sexto. 6 - Propala-se; arrancar; bondosa. 7 - Irrita; cidade sede dos templários; ofertar. 8 - Gavinha; mudas; textualmente. 9 - Solitário; abre furos; vila célebre pelo seu pão-de-ló; nota musical. 10 - Brisa; procedia. 11 - Figura que representava uma divindade, objecto de culto; cont. prep. e art.; enjas. 12 - Consagra; nome de homem; rezai. 13 - Espécie; general francês que comandou a terceira invasão.

SOLUÇÃO





## A TALHE DE FOICE

### Tempo de luta

A notícia passou quase despercebida. Não se organizaram colóquios nem debates, não se escreveram artigos de fundo, não se realizaram entrevistas nem se fizeram programas de televisão. E no entanto a França fica aqui ao lado, e da pátria de Voltaire e Victor Hugo herdou a humanidade valores universais como a Liberdade, Fraternidade, Igualdade, que inspiraram gerações no combate a regimes caducos, repressivos, desumanos. Os factos falam por si. Na sua mais recente conquista autárquica, a direita francesa já ganhou cinco importantes municípios. A arma eleitoral utilizada para a vitória é sempre a mesma - a xenofobia. Legitimada pelo voto popular, os mais retrógrados valores da direita instalam-se servindo-se do poder do Estado dito democrático para levar a cabo autos de fé como a queima de livros defendendo a solidariedade entre os povos, a proibição de filmes sobre a miscigenação cultural, o corte de subsídios a organizações de apoio a emigrantes. É esta mesma direita que a nível do governo central faz aprovar a lei Debré sobre emigração, que começou por pretender fazer de cada cidadão francês um «bufo». É certo que a esquerda francesa protestou nas ruas a sua indignação, mas não é menos certo que todos os dados apontam para o facto terrível da maioria da população «apoiar» o essencial das medidas legais agora aprovadas.

Que a legislação nacional sobre a matéria obrigue os portugueses a informar as autoridades dos estrangeiros que acolhem, não parece incomodar ninguém. A obrigação existe mas não é aplicada, diz-se, pelo que todos continuam a fazer de conta que não tem importância.

Que o aumento do desemprego em massa numa Europa em crise social e moral faça nascer legítimos medos do futuro, é natural. O problema é que os arautos da direita mais reaccionária parecem estar a ser capazes de capitalizar esses medos para o fomento do racismo e da xenofobia, para o cercear da liberdade e da democracia. Entre a queima de livros em França e a defesa em Portugal, por Manuel Monteiro, da prisão de todos os toxicodépendentes, a diferença não é de conteúdo, mas de oportunidade. Quando deixa de ser possível distinguir as políticas económicas de governos de «esquerda» e de direita - como sucede em França, como sucede em Portugal, como sucede em quase toda a União Europeia -, e quando para «explicar» os graves problemas resultantes dessas políticas, em que avulta o desemprego, são escolhidos como bodes expiatórios os «outros», os «estrangeiros», está aberto o caminho para a sementeira da extrema-direita. O que está em causa não é o combate (necessário) à emigração clandestina. O que está em causa é o modelo económico, social e político que se desenha para a Europa, em que a classe política dominante parece ter perdido o contacto com as mais profundas aspirações dos povos.

As imagens do caos que chegam da Albânia deveriam constituir um sinal de alerta para o velho continente europeu. As verdadeiras forças de esquerda não podem permitir que aventureirismos recuperem a velha tese do «quanto pior melhor», que serviram sempre para fazer o jogo de todos os tipos de fascismo.

O tempo é de luta, e esta luta é de todos. É a luta pela Europa dos cidadãos e o inimigo continua a ser o capitalismo, seja qual for a máscara com que se esconda. As grandes lutas de trabalhadores, na Alemanha, na Bélgica, na França, em Itália, em Espanha, na Grécia, em Portugal, aí estão a apontar o caminho. É por aí que vamos.

■ AF

## Governo recua mas não satisfaz CGTP comenta despacho sobre as pausas

A CGTP considerou anteontem que o despacho do secretário de Estado do Trabalho sobre a lei das 40 horas veio confirmar «a justeza e validade das críticas» feitas pela central sindical, mas criticou o facto de se referir apenas ao trabalho por turnos.

Num comunicado, citado pela Lusa, a Intersindical critica o facto de o despacho emitido segunda-feira pelo secretário de Estado não se referir às pequenas pausas que ocorrem durante a prestação de trabalho que não é feito por turnos.

A CGTP repudia que o despacho estabeleça formas de tratamento diferentes para as inter-

rupções no trabalho em regime de turnos e para as pausas no trabalho em regime normal, quando a lei não estabelece qualquer diferenciação.

Para a central sindical, a filosofia do despacho continua a inserir-se numa linha interpretativa de redução do tempo de trabalho efectivo e não da redução do período normal de trabalho.

A CGTP reafirma que só a luta de milhares e milhares de trabalhadores, ao longo dos últimos quatro meses, contra a aplicação abusiva da lei, permitiu a elaboração deste despacho, que, «embora alvo das críticas referidas», deverá levar de imediato a que os trabalhadores em regime de turnos vejam os seus horários normais de trabalho reduzidos.

A Federação dos Têxteis, em comunicado aos trabalhadores, deu a conhecer o conteúdo do despacho, alertando para o facto de se manter a burla no que respeita às pausas de 10 minutos

nas linhas de produção intensiva (vestuário e calçado) e nos intervalos de 30 minutos com paragem dos equipamentos. A FESETE/CGTP regista o recuo do Governo quanto às pausas de 30 minutos nos turnos, contesta a exigência de uma declaração escrita por parte das equipas de trabalhadores e repudia o facto de o despacho pretender salvaguardar, a favor do patronato, casos onde haja acordos menos favoráveis aos trabalhadores.

«Foi a unidade e a luta dos trabalhadores que, ao longo das últimas 15 semanas, obrigou o Governo a reconhecer a razão dos trabalhadores. O caminho é os trabalhadores continuarem em unidade e luta, até às 40 horas e pelo respeito dos direitos contratuais das pausas de 10 e 30 minutos» - sublinha a federação.



**Contra a moeda única** No âmbito da campanha de informação e esclarecimento lançada pelo PCP em torno da moeda única, Carlos Carvalhas participou, na terça-feira passada, na acção de esclarecimento e recolha de assinaturas de apoio à realização de um referendo sobre a moeda única, realizada na Rua Augusta, em Lisboa.

## Carvalhas visita Vila Franca de Xira

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, visitou na passada terça-feira o concelho de Vila Franca de Xira, acompanhado de Daniel Branco, presidente da Câmara, e vários autarcas e activistas da CDU.

A iniciativa destinou-se a contactar com problemas e realidades locais tendo começado com uma recepção no Largo da Câmara. Dali a comitiva seguiu para as piscinas de Alverca, visitando depois o Palácio e parque urbano da Quinta da Piedade, na Póvoa de Stª Iria, terminando nas piscinas desta localidade.



## Nova greve na Grundig em defesa do emprego

Na passada segunda-feira, a totalidade dos trabalhadores do complexo industrial Grundig/Blaupunkt voltaram a entrar em greve solidarizando-se com os colegas da GIP - Grundig Indústria de Portugal, que está ameaçada de encerramento. A administração pretende fechar a empresa e vender instalações e equipamento à Bosch, pondo em causa centenas de postos de trabalho.

Já no passado mês de Novembro, os trabalhadores do complexo desencadearam uma poderosa luta contra tais ameaças, tendo então as administrações

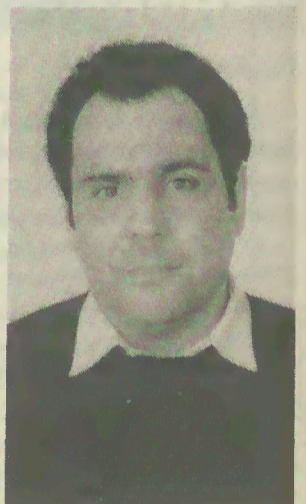
da Blaupunkt - empresa que em Braga representa os interesses da Bosch - e da Grundig assumido o compromisso de integrar nas restantes unidades do complexo os trabalhadores que não aceitasse a rescisão por mútuo acordo e que não coubessem nos quadros da Bosch.

Os trabalhadores aceitaram esta condição e retomaram a laboração. Mais de uma centena de operários aceitaram rescindir os contratos e a Grundig prosseguiu as negociações com a Bosch.

Na segunda-feira, contudo, os ORT's foram informados que os

600 trabalhadores da GIP só continuariam no complexo se assinassem contratos a termo certo com a Bosch, a qual garantiria assim trabalho para todos.

Sentindo-se vigarizados com a quebra do compromisso de Novembro, os trabalhadores atingidos entraram de imediato em luta contando com a solidariedade dos restantes colegas. Os grevistas exigem que o Governo de Guterres tome posição sobre o assunto, considerando inadmissível que a Bosch inicie a sua actividade em Braga apenas com contratados a termo certo.



## Ruben de Carvalho candidato em Setúbal

Ruben de Carvalho, membro do Comité Central do PCP, jornalista, deputado comunista na AR, foi ontem apresentado publicamente como cabeça de lista da CDU concorrente à CM de Setúbal. A apresentação do nosso camarada teve lugar durante um jantar promovido pela CDU, que decorria à hora do fecho da nossa edição. De destacar a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, de Jorge Pires, membro da Comissão Política, e de Valdemar Santos, do Comité Central, além de dirigentes do Partido «Os Verdes» e da Intervenção Democrática. A iniciativa reuniu mais de duas centenas e meia de pessoas, entre militantes comunistas, activistas da CDU e numerosos independentes destacadas personalidades do concelho.

